

## Sumário dêste número

**EDITORIAL:** Mapas Estaduais — Eng. CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO (pág. 451).

**COMENTARIO:** Interligações Ferroviárias das Capitais Brasileiras — Eng. FLÁVIO VIEIRA (pág. 453).

**TRANSCRIÇÕES:** Áreas Alimentares do Brasil — Prof. JOSUÉ DE CASTRO (pág. 456). — Notas sôbre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil — Prof. PIERRE MONBEIG (pág. 467).

**RESENHA E OPINIÕES:** Permanência do embaixador José Carlos de Macedo Soares na presidência do I. B. G. E. (pág. 474) — Os problemas das regiões tropicais — PIERRE GOUROU (pág. 476) — “Goiás, Estado do Futuro” — RAFAEL XAVIER (pág. 481) — Etnografia brasileira — BASÍLIO DE MAGALHÃES (pág. 488) — Estudos regionais para os problemas brasileiros — MANUEL DIEGUES JÚNIOR (pág. 493).

**CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO:** Sala-Ambiente de Geografia — Prof. LÚCIO DE CASTRO SOARES (pág. 496).

**NOTICIÁRIO:** CAPITAL FEDERAL — Presidência da República — Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (pág. 516) — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (pág. 516) — Ministério da Agricultura (pág. 519) — Ministério da Guerra (pág. 519) — Ministério da Justiça e Negócios Interiores (pág. 520) — Ministério das Relações Exteriores (pág. 520) — Ministério da Viação e Obras Públicas (pág. 520) — UNIDADES FEDERADAS — Minas Gerais (pág. 521) — Rio Grande do Sul (pág. 521) — EXTERIOR — Paraguai (pág. 521).

**RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS** — Alagoas (pág. 522) — Amazonas (pág. 523).

**BIBLIOGRAFIA:** REGISTOS E COMENTÁRIOS BIBLIOGRÁFICOS — Livros (pág. 526) — Periódicos (pág. 527) — RETROSPECTO GEOGRÁFICO E CARTOGRAFICO — Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes I a XXX (pág. 523).

**LEIS E RESOLUÇÕES:** LEGISLAÇÃO FEDERAL — Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 28 de fevereiro de 1948 — Leis (pág. 536) — Decretos legislativos (pág. 538) — Decretos executivos (pág. 538) — Integra da legislação de interesse geográfico — Leis (pág. 546) — Decretos legislativos — Congresso Nacional (pág. 546) — Decretos executivos (pág. 549) — Legislação estadual — Integra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico — Bahia (pág. 552) — Piauí (pág. 552).

# Boletim Geográfico

Ano VI

AGOSTO DE 1948

N.º 65

## Editorial

### Mapas Estaduais

*A Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, na sua VIII Sessão Ordinária realizada em julho último, aprovou duas Resoluções, de ns. 217 e 245, que autorizam a direção do Conselho a assinar convênios com os governos dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte para o preparo, em regime de cooperação, dos correspondentes mapas estaduais.*

*Abre-se ao Conselho nova modalidade de atuação, ao aplicar-se, já agora, na execução de programas cartográficos atinentes aos territórios estaduais, embora o faça para atender a solicitações dos governos dos Estados e com a responsabilidade dos mesmos quanto aos ônus específicos que a execução dos convênios acarretar.*

*Como organismo nacional, o Conselho tem a sua missão bem definida em torno de programas de significação nacional, e assim tem sido e continuará a ser, dentro da política geral que o Conselho se traçou no sentido de proporcionar ao país uma estrutura cartográfica fundamental, que sirva de apoio básico aos trabalhos de menor precisão e extensão.*

*Porisso, o programa cartográfico do Conselho, que está sendo executado religiosamente, dentro das suas possibilidades, compreende o preparo da carta geográfica do Brasil, como trabalho de gabinete, e levantamento de alta precisão (determinação de coordenadas geográficas, triangulação geodésica de 1.<sup>a</sup> ordem, nivelamento de precisão), como trabalho de campo.*

*A cooperação com as unidades federadas para a execução de programas cartográficos estaduais, conforme decidiu a Assembléia, não afeta o programa cartográfico do Conselho, ao contrário vem dar-lhe auxílio.*

*Não o afeta porque a cooperação é colateral, ela não se inclui no programa próprio do Conselho, é efetivada com as disponibilidades em pessoal e material do Conselho, correndo por conta dos Estados interessados as despesas que a tarefa acarretar.*

*Em outras palavras, o Conselho contribuirá com o seu pessoal, que existe devidamente habilitado, e com o seu material, que se acha instalado e em funcionamento adequado, porém, sem que a atuação do pessoal manipulando*

*tal material afete, prejudique ou diminua a execução dos trabalhos do programa do Conselho, tanto assim que não arcará o Conselho com qualquer ônus acrescido, cabendo-lhe tão somente aproveitar as disponibilidades da sua máquina de produção e executar, por sua conta, as tarefas que porventura se entrosarem nos planos próprios.*

*Por outro lado, a execução dos convênios representa um auxílio ao programa cartográfico do Conselho, porque, evidentemente, tudo quanto se fizer em favor da parte há-de beneficiar o todo, embora distintos sejam os objetivos dos trabalhos.*

*Ademais, segundo princípio firmado pela Assembléia, através de cada Convênio, o Conselho promoverá no Estado interessado o permanente enriquecimento do mapa, mediante a criação dum serviço cartográfico estadual onde não houver o desenvolvimento adequado do órgão existente.*

*É, portanto, sadia e fecunda a política dos convênios, que a Assembléia Nacional de Geografia acaba de firmar: tècnicamente, os convênios contribuirão para uma melhor representação cartográfica dos Estados; funcionalmente, proporcionarão, através do regime de cooperação, essa tão proveitosa conjugação de esforços na base duma harmoniosa união de ideais e propósitos; estruturalmente, os Convênios propiciarão o desenvolvimento do aparelho cartográfico nacional.*

CHRISTOVAM LEITE DE CASTRO  
Secretário-Geral do C. N. G.



# Interligações Ferroviárias das Capitais Brasileiras

Eng.º FLÁVIO VIEIRA  
Membro do Diretório Central do C.N.G.

Entre as notáveis conseqüências resultantes das construções ferroviárias que o Governo da República está realizando, no propósito de entrelaçar em breve tempo, de norte a sul, tôdas as regiões brasileiras, figura a que porá em comunicação, através dos trilhos metálicos, a quase totalidade das capitais dos Estados entre si e com o Distrito Federal

Para ter-se uma idéia de tão auspicioso acontecimento, basta considerarmos que as capitais estaduais que, presentemente, em número apenas de seis se acham ligadas à Metrópole da República pelos caminhos de ferro, passarão, depois de concluídas as construções aludidas, a ser em número de 17.

Isto quer dizer que, dos 20 Estados Federados, dezessete ficarão com as suas capitais interligadas e vinculadas por êsse meio à cidade do Rio de Janeiro.

De fato, atualmente, pode-se ir de trem da Capital Federal sômente para Vitória, Belo Horizonte, Niterói, São Paulo, Curitiba e Pôrto Alegre, pois são estas as seis metrópoles estaduais articuladas ferroviariamente à capital do Brasil.

Ainda não se acham assim ligadas ao Rio as restantes 14, sem falar nas capitais dos Territórios Federais, tôdas isoladas e das quais apenas a do Guaporé é servida por estrada de ferro. Se computarmos estas capitais (Pôrto Velho, Rio Branco, Boa Vista e Macapá), podemos dizer serem em número de 18 as que ainda se não vinculam pelas paralelas de aço à capital do país.

Algumas, porém, dessas capitais se interligam. Poderemos mesmo grupá-las segundo a classificação a seguir:

## I — LIGADAS ENTRE SI E AO RIO DE JANEIRO

a) *Nas Regiões Leste e Sul* (incluindo a própria Capital Federal). 1 — Rio de Janeiro; 2 — Niterói; 3 — Vitória; 4 — Belo Horizonte; 5 — São Paulo; 6 — Curitiba; 7 — Pôrto Alegre.

## II — LIGADAS APENAS ENTRE SI

a) *No Leste Setentrional*: 1 — Salvador; 2 — Aracaju.

b) *No Nordeste Oriental*: 1 — Natal; 2 — João Pessoa; 3 — Recife; 4 — Maceió.

c) *No Nordeste Ocidental*: 1 — São Luís; 2 — Teresina.

## III — SEM LIGAÇÃO ENTRE SI NEM COM O RIO DE JANEIRO

a) *Na Região Norte*. 1 — Belém; 2 — Manaus; 3 — Pôrto Velho; 4 — Rio Branco; 5 — Boa Vista; 6 — Macapá.

b) *Em outras Regiões*. 1 — Fortaleza; 2 — Salvador; 3 — Florianópolis; 4 — Goiânia; 5 — Cuiabá.

Agora, vejamos quais as capitais das unidades federadas que ficarão articuladas ao Rio e entre si, depois de terminadas as construções ferroviárias que o Ministério da Viação e Obras Públicas confiou ao Departamento Nacional de Estradas de Ferro.

Em número de 17, como já dissemos, são essas capitais:

- a) A do Pará, na Região Norte (1).
- b) As de todos os Estados do Nordeste e do Leste, num total de 12.
- c) As de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, na Região Sul (3).
- d) A de Goiás, na Região Centro-Oeste (1).

Restarão, assim, apenas três capitais estaduais e as dos Territórios Federais a serem interligadas e vinculadas ao Rio pelos caminhos de ferro, sendo que, daquelas três, a de Santa Catarina e de Mato Grosso, de acordo com o Plano Nacional de Viação, em futuro não muito remoto estarão articuladas ao sistema ferroviário brasileiro.

Esse plano vem de sofrer uma revisão pelo Ministério da Viação, a qual está submetida ao Congresso Nacional. Essa revisão, porém, não altera os traçados das linhas que estão sendo construídas para a conexão de nossas unidades federadas e suas capitais.

A ligação de Florianópolis à nossa rede geral ferroviária é de supor mesmo seja atacada logo que esteja concluído o prolongamento, em construção, da E. F. Santa Catarina, de Blumenau a Itajaí.

Depois de concretizadas as ligações de que nos ocupamos, cogitar-se-á então de pôr Cuiabá em comunicação pela via férrea com o Rio de Janeiro e as demais capitais estaduais, excetuada a do Amazonas. Manaus é a única que continuará desligada do conjunto ferroviário nacional.

No Plano de Viação a metrópole amazonense não foi contemplada, em virtude de sua situação geográfica na bacia do nosso portentoso rio-mar. E, assim, também as capitais dos Territórios de Amapá e Rio Branco. Quanto às do Guaporé e Acre, o Plano prevê a sua articulação com a Rede Nacional através da linha tronco TP-5, que ligará Cuiabá à E. F. Madeira-Mamoré e esta à cidade de Rio Branco, prolongando-se por Sena Madureira até Cruzeiro do Sul.

Quando alcançaremos essa articulação, é difícil prever, pois ter-se-á de cuidar primeiro de estender o nosso sistema ferroviário à capital de Mato Grosso, obra esta que ainda não está programada e deverá mesmo demorar um pouco.

Já no próximo ano teremos as capitais da Bahia e de Goiás vinculadas ao Rio e, portanto, interligadas às que já se comunicam pelas trilhas férreas ao Distrito Federal.

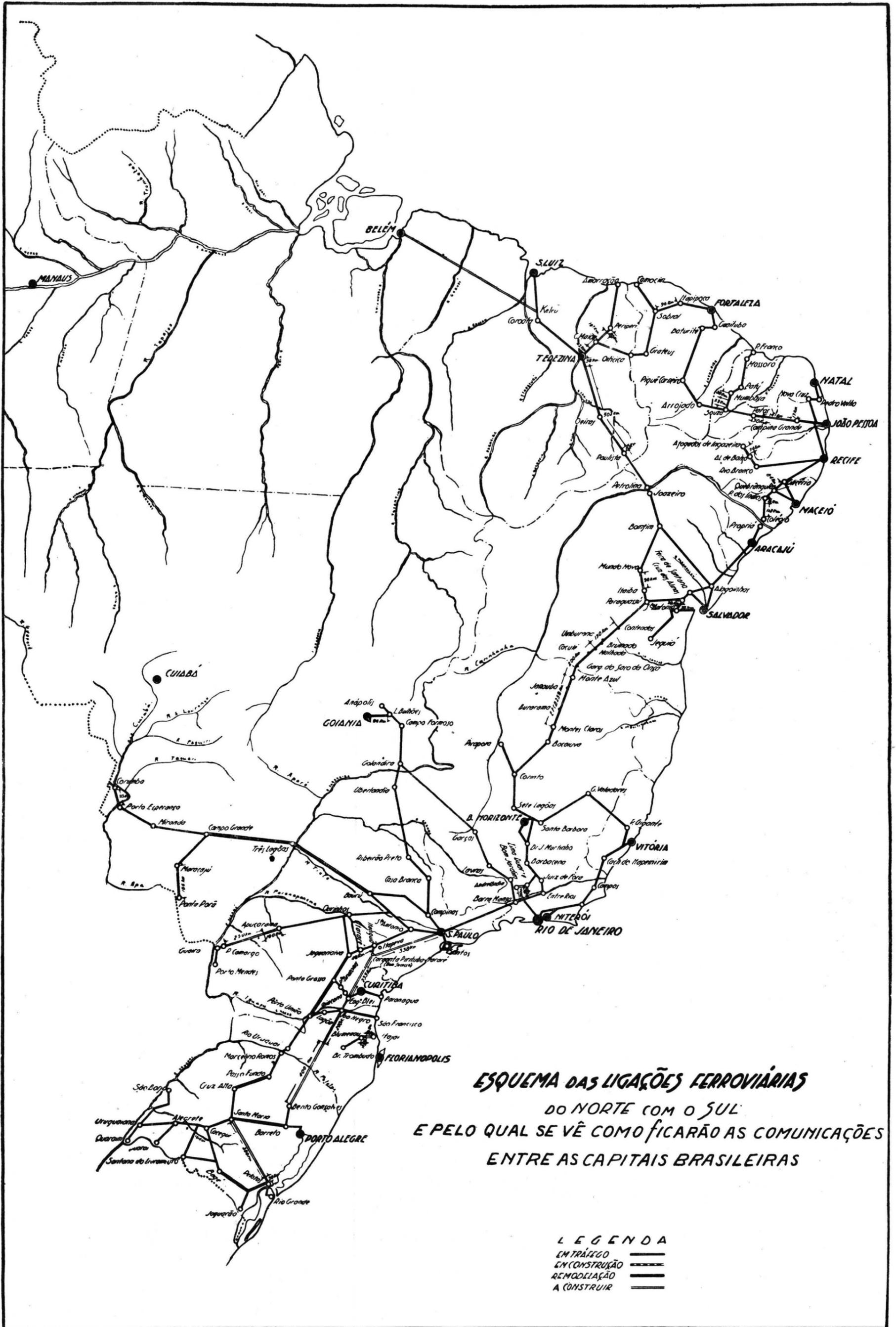
O Departamento Nacional de Estradas de Ferro pretende provavelmente em novembro de 1949, organizar um trem direto do Rio a Salvador, que conduzirá o Sr. Ministro da Viação, na viagem inaugural da linha mestra da ligação Norte-Sul, via Belo Horizonte, Montes Claros, Monte Azul, Brumado e Contendas, até a capital baiana.

Também nesse ano estará concluído o trecho Leopoldo de Bulhões-Goiânia, na E. F. Goiás, o que permitirá festejar-se em 1949 a chegada à mais nova das capitais brasileiras do primeiro trem procedente diretamente da capital da República.

E aproveitemos o ensejo para anunciar que em 1949 mais duas ligações, também de importância para as nossas conexões ferroviárias, serão inauguradas. Queremos referir-nos às linhas de Itapipoca a Sobral, na Rede Cearense, e de Itaíba a Mundo Novo, na Rede Baiana.

A primeira porá em comunicação as estradas de ferro Baturité e Sobral e constituirá trecho do futuro caminho para os trens que irão de Fortaleza a Teresina, São Luís e Belém. A segunda estabelecerá a junção da E. F. Central da Bahia com a E. F. do São Francisco, na Viação Leste Brasileiro, e será segmento do caminho mais curto entre Belo Horizonte e Teresina, na linha Norte-Sul.

Para as ligações com as capitais do Nordeste o Departamento Nacional de Estradas de Ferro está tratando de construir, como obras complementares e necessárias a essas ligações, duas grandes pontes sobre o rio S. Francisco: uma entre Propriá e Colégio, para articulação da Leste Brasileiro com a Western of



Brazil Ry. Co. Ltd., e outra entre Juazeiro e Petrolina, na segunda das linhas acima citadas (Belo Horizonte-Teresina).

A construção desta última deverá ser iniciada dentro dos próximos meses, pois já foi realizada a respectiva concorrência pública, e quanto à primeira (Propriá-Colégio) estão sendo ultimados os necessários estudos.

A superestrutura da ponte ligando Juazeiro, na Bahia, a Petrolina, em Pernambuco, obedecerá às seguintes especificações:

a) Cinco vigas contínuas metálicas, cada uma com comprimento total de 139,10 m entre os centros de apoio, divididas em três vãos, sendo o vão central de cada uma de 53,50 m e cada vão lateral de 42,80 m;

b) Um vão móvel de 32,10 m, podendo ser levantado até 15,00 m da enchente máxima e ladeado por duas vigas simplesmente apoiadas de igual vão.

 A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

## Áreas Alimentares do Brasil

Prof. JOSUÉ DE CASTRO  
Consultor-Técnico do C.N.G.

*Resenha Clínico-Científica* — Ano XIV  
— Abril de 1945 — N.º 4

A alimentação do brasileiro se tem revelado, à luz dos inquéritos sociais realizados, com qualidades nutritivas bem precárias, apresentando, nas diferentes regiões do país, padrões dietéticos incompletos e desarmônicos. Procurando investigar as causas fundamentais dessa alimentação defeituosa, que tem pesado tão duramente na evolução econômico-social de nosso povo, verifica-se que são elas mais produtos de fatores sócio-culturais do que de fatores de natureza geográfica. De fato, com a extensão territorial de que o país dispõe e com sua infinita variedade de quadros climatobotânicos, o Brasil poderia alimentar racionalmente uma população muitas vezes igual a seu atual efetivo humano; e se nossos recursos em alimentos são, até certo ponto, deficitários e nossos hábitos alimentares, defeituosos, é que nossa estrutura econômico-social tem trabalhado sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. Vejamos, através de rápida síntese histórica, como se estratificaram os hábitos e as tradições alimentares brasileiras.

Os primeiros colonos portugueses que aportaram a estas novas terras da América traziam consigo a tradição de um bom tipo de alimentação. Tipo de alimentação ibérica, caracterizado principalmente por sua grande riqueza vegetal, sua razoável variedade de frutas, verduras e legumes, produtos do cultivo intensivo, fino e delicado da horta e do pomar, cultivo que o árabe introduziu na península e transmitiu a portugueses e a espanhóis.<sup>1</sup> Infelizmente este tipo de alimentação bem equilibrada, que constituía, até certo ponto, uma das superioridades técnicas dos povos mediterrâneos sobre os nórdicos como colonizadores de terras tropicais, por várias razões não se pôde manter no Brasil. Primeiro porque seu alimento básico (o trigo) não se encontrava em nossas terras e teve de ser substituído pela mandioca, com grave prejuízo para o valor nutritivo do regime. É verdade que teria sido possível desenvolver, deste outro lado do Atlântico, a produção de muitos dos vegetais de cultura mediterrânea e intensificar o cultivo de plantas nativas outras, o que permitiria a obtenção de recursos alimentares adequados. Aconteceu, porém, que os colonizadores portugueses, preocupados pela ambição de se enriquecerem depressa, de se fazerem donos da terra, de seu ouro e de seus tesouros, em lugar de continuar na colônia a rotina do cultivo de plantas de sustentação que lhes forneceria recursos de uma alimentação completa, lançaram-se com furor, ou na monocultura do açúcar, ouro branco que, exportado, lhe proporcionava lucros fabulosos, ou na busca direta do ouro, oculto nos filões da terra. E nestes misteres mercantis abandonaram por completo sua tradição de poliagricultura e rebaixaram, deste modo, seu padrão alimentar. A influência do índio em nosso atual padrão de alimentação tinha que ser forçosamente pequena. Vivendo de simples economia recoleitora, ou da proto-agricultura seminômade, nossos nativos pouco poderiam contribuir para a organização alimentar de grupos humanos mais densos e de nível cultural superior. Suas contribuições básicas se limitaram à mandioca e ao milho (alimentos pouco valiosos) que eles cultivavam por processos primitivos. Já a influência do negro na alimentação e na cozinha brasileira é bem mais significativa. Trazendo da África uma boa tradição agrícola, acostumado ao

duro trabalho agrário em terras tropicais, o negro foi, na verdade, a força criadora de nossa agricultura e contribuiu para que nossos recursos alimentares não se tornassem ainda mais exíguos. Ademais, introduziram êles na alimentação usual uma série de hábitos alimentares africanos, principalmente o uso abundante do óleo de palmeira ou dendê (da palmácea africana *Elaeis guineensis*) hábitos que, sob certos aspectos, constituíram a salvação de grupos humanos inteiros contra os estragos de certas avitaminoses.

Desenvolvida sob a influência conjunta destas diferentes correntes culturais e sob a ação sempre prejudicial da monocultura e do latifundiarismo, como teremos ocasião de demonstrar melhor mais adiante, nossos tipos de alimentação sofreram sempre de certa monotonia alimentar e da pobreza habitual dos alimentos protetores: carne, leite, ovos, frutas e verduras.<sup>2</sup> Um fato, que veio acentuar ainda mais essas falhas, foi o surto de urbanização que se processou entre nós no fim do século passado — o nascer das grandes cidades, com a predominância das atividades urbanas sobre as rurais e o conseqüente abandono relativo da vida do campo, criando graves dificuldades, para o abastecimento adequado das grandes concentrações demográficas, de núcleos como o Rio de Janeiro e São Paulo, com populações na escala dos milhões de habitantes. E concentrando grandes massas de nossa gente nas profissões, de operários industriais, de pequeno funcionário e de comerciário, todos vivendo de salários insuficientes para suas necessidades básicas de vida, das quais a mais prejudicada é sempre a alimentação.

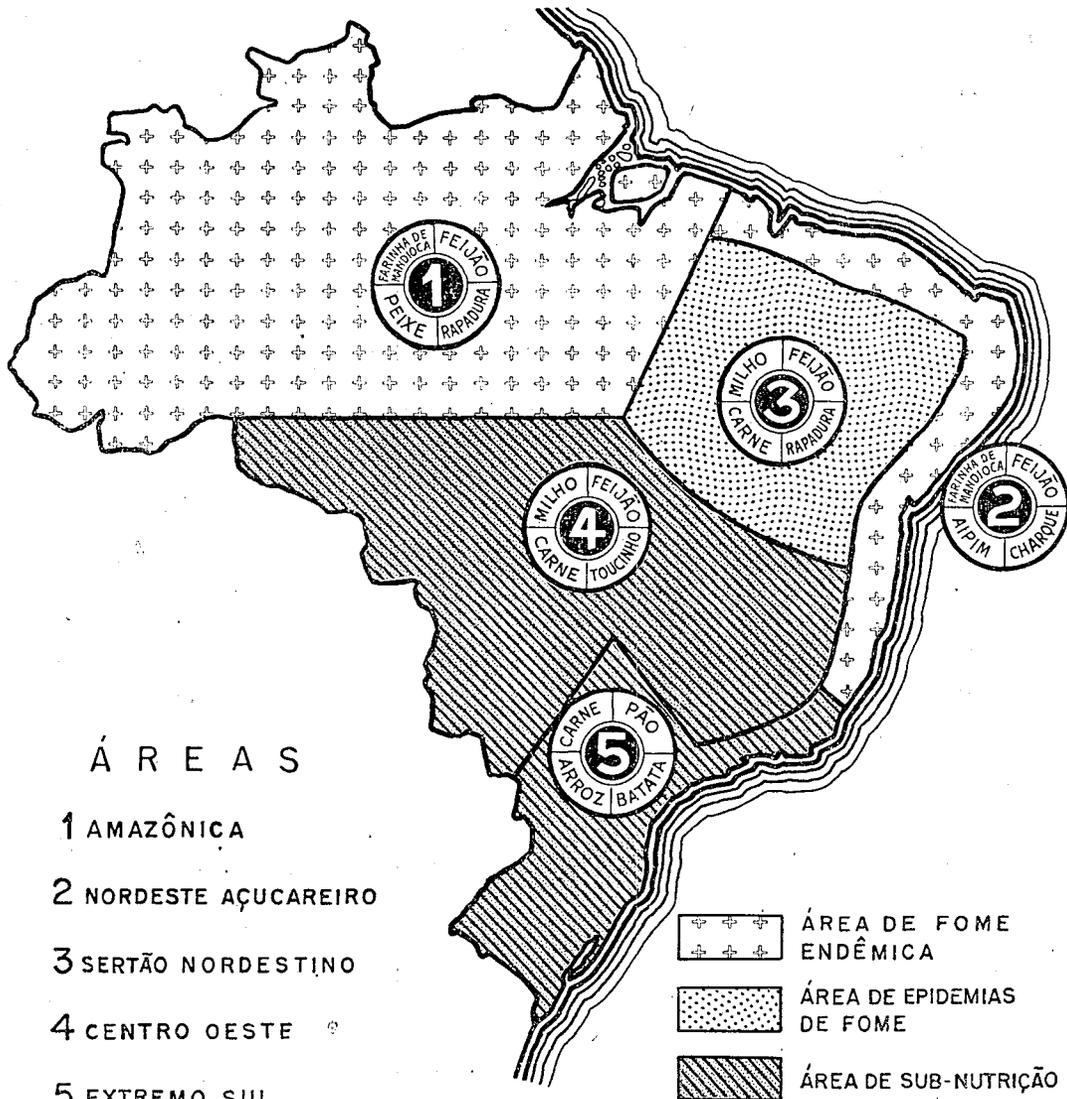
Neste rápido estudo desejamos mostrar as características de nossos tipos de alimentação, seus principais defeitos e suas conseqüências sobre os grupos humanos regionais. É claro que, dada a enorme extensão territorial do país (oito milhões de quilômetros quadrados), não é possível apresentar, num simples artigo, senão uma idéia geral do problema — uma visão panorâmica de nossas condições alimentares. Para realizar êste estudo lançamos mão do método geográfico. Único método que, a nosso ver, encara o problema em sua realidade total, sem arrebentar as raízes que o ligam subterraneamente a inúmeras outras manifestações econômicas e sociais da vida do país. Não o método descritivo da antiga geografia, mas o método interpretativo da moderna ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que se passam na superfície da Terra.<sup>3</sup> Neste nosso ensaio procuramos, exatamente, localizar e delimitar as diferentes áreas alimentares brasileiras, relacionando sua existência com os fatores naturais e culturais que interferem em sua distribuição. Representa, em última análise, êste estudo uma tentativa de sondagem ecológica da alimentação, inspirada no conceito fecundo de ecologia, ou seja, do estudo das ações e reações dos grupos vivos em face dos quadros naturais.<sup>4</sup>

Dentro dêste conceito, podemos dividir o país em cinco diferentes áreas alimentares: 1) a Área Amazônica da Mandioca; 2) a Área da Mandioca do Nordeste; 3) a Área do Milho no Sertão do Nordeste; 4) a Área Central do Milho; 5) a Área do Sul. Vejamos o estudo particularizado de cada uma destas áreas:

1. A área n.º 1 corresponde à região da floresta equatorial amazônica, de clima quente e super-úmido, com um revestimento vegetal formado de árvores gigantescas concentradas no mais denso e compacto tipo de vegetação do mundo.<sup>5</sup> As populações dessa zona, principalmente as do alto Amazonas, viveram, até quase nossos dias, num regime de simples economia recoletora. Da coleta dos produtos naturais da floresta (raízes, frutos e brotos de palmeira), da caça de animais selvagens e da pesca da rica fauna aquática da bacia amazônica, peixes, crustáceos e tartarugas. Para completar sua alimentação, êstes grupos humanos, formados quase que exclusivamente de indígenas, realizavam um cultivo rudimentar de mandioca, de milho, de arroz e de feijão. Cultivo insignificante, procedido em pequenas áreas conquistadas à floresta pelo processo das queimadas, sendo as sementes lançadas no meio dos caules, dos galhos e dos garranchos de árvores meio carbonizadas. A base dêste tipo de alimentação foi sempre a farinha de mandioca, chamada de farinha d'água<sup>6</sup> e usada dos mais variados modos, complementando-se a alimentação com um pouco de arroz ou de feijão, de peixe ou de carne de tartaruga. A carne de boi é excepcional, desde que a floresta constitui um obstáculo à criação pela falta de

# MAPA DAS ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL

ORGANISADO PELO AUTOR



pastagens locais, não permitindo a vegetação arbórea e cerrada, o crescimento da vegetação rasteira, das gramíneas, que constituem a base de pastagens adequadas. E também porque a falta de insolação associada ao excesso de umidade anemiza o gado que se tenta introduzir na região. O leite e os ovos são alimentos praticamente inexistentes. Poucas verduras e quase nenhuma fruta, desde que é mais lenda do que realidade a riqueza frutífera da floresta equatorial. É verdade que aí se encontra, em grande quantidade, como planta nativa, a *Bertholletia-excelsa*, que produz a famosa castanha do Pará, fruto oleaginoso do mais alto valor nutritivo, contendo proteína com uma riqueza em ácidos aminados idêntica à da carne, donde o epíteto que deu Bottazzi a este fruto de "carne vegetal". Infelizmente, esta proteína completa, a única de origem vegetal até hoje conhecida, se encontra associada a uma proporção demasiado alta de gordura (68% de gordura e 17% de proteína), o que torna o fruto indigesto, com baixo coeficiente de digestibilidade e portanto de uso pouco aconselhável numa zona de clima quente e úmido como é o da Amazônia.<sup>7</sup> Aí está a razão pela qual a castanha do Pará, constituindo uma das riquezas desta região, não é absolutamente um produto de sustentação regional, mas de simples exportação para as zonas frias e temperadas.

A análise do regime alimentar típico desta região revela múltiplas deficiências nutritivas. Deficiências em proteínas de alto valor biológico, em certos sais minerais e em vitaminas. O acentuado *deficit* proteico tem sua tradução eloquente na pequena estatura das populações autóctones, as mais baixas do país.<sup>8</sup> Dos *deficits* vitamínicos os mais graves são os dos elementos do complexo B, principalmente o de vitamina B<sub>1</sub>. Durante o chamado ciclo da borracha amazônica, que durou de 1890 a 1910, com a região mantendo o monopólio mundial do produto, foi esta zona assolada por tremenda epidemia de beribéri, que atacava tanto os nativos como os imigrantes, vindos de outras áreas do país, principalmente do nordeste, atraídos pelo *rush* da borracha, chamada, na época, de ouro negro. Pelo menos 50% destes pioneiros perderam a vida nesta aventura, atacados por esta forma trágica de avitaminose B<sub>1</sub>: beribéri. Tal recrudescência dos *deficits* alimentares regionais nesta época do monopólio da borracha tem sua explicação num fato de natureza econômica. É que, alcançando a borracha preços fabulosos, tôdas as populações amazônicas abandonaram por completo o trabalho de obtenção de alimentos, concentrando tôda a sua atividade na exclusiva extração do látex, passando a alimentação regional a ser exclusivamente formada de conservas, de alimentos secos, importados de outras terras. O regime habitual do seringueiro do alto Amazonas compunha-se de *corned-beef*, feijão, doces em conserva, bebidas alcoólicas e chocolates finos não dispondo absolutamente da menor parcela de alimentos frescos; daí o espantoso surto de beribéri e certamente de outras carências alimentares não identificadas naquela época. Surto que se extinguiu automaticamente, como por milagre, com a simples queda dos preços da borracha, pela concorrência da produção do extremo Oriente e com a volta necessária aos misteres da coleta natural e da agricultura incipiente dos produtos regionais.<sup>9</sup> Agricultura rudimentar e deficiente, mas mesmo assim capaz de anular os efeitos epidêmicos da carência alimentar. Hoje não se encontram mais na Amazônia os casos típicos de beribéri, mas restam os casos frustrados e principalmente as hipovitaminoses ocultas, sem manifestações clínicas alarmantes. Dos *deficits* minerais, os mais acentuados são os de ferro, de cálcio e de cloreto de sódio. Por conta do *deficit* ferruginoso se apresenta um tipo especial de anemia microcítica, atribuída geralmente ao clima (anemia tropical) ou à verminose, mas sendo fundamentalmente de natureza carencial, a verminose apenas acentuando sua intensidade e incidência. A pobreza em cálcio dessa alimentação se traduz principalmente pelo raquitismo, cuja manifestação é ajudada pela falta de insolação adequada dos exploradores da borracha, que trabalham dentro da floresta fechada, onde a luz penetra com dificuldade. É esta a única área do país onde existe raquitismo. O *deficit* em cloreto de sódio resulta da ação conjunta de fatores climáticos e fatores culturais. O clima local, acarretando por seu excesso de temperatura uma transpiração excessiva (cerca de 8 a 10 litros diários de suor), constitui-se num fator de espoliação permanente do organismo em cloreto de sódio.<sup>10</sup> Por outro lado, como as populações indígenas consomem por tradição muito pouco sal, o *deficit* fisiológico neste elemento se acentua, apresentando os indivíduos uma cloropenia constitucional. Este *deficit*

em sódio acarreta naturalmente um aumento vicariante do potássio no sangue e nos humores para reequilíbrio da tensão osmótica, aumento que se traduz clinicamente por um estado de fadiga muscular e nervosa permanente. Devemos lembrar-nos de que este desequilíbrio sódio-potássico, com baixa do primeiro elemento e elevação do segundo, constitui um dos sinais fundamentais da insuficiência supra-renal, doença que se caracteriza principalmente por uma terrível astenia. O clima amazônico, provocando este estado humoral, conduz as populações locais ao que costumamos chamar de insuficiência supra-renal climática. Apresentando tão variados *deficits* alimentares, o tipo de dieta habitual desta área é, sem nenhuma dúvida, o mais carencial de todo o país, residindo em sua impropriedade e insuficiência um dos fatores mais tenazes de resistência do meio à aclimação do homem nesta zona e a sua colonização.

2. Área da Mandioca do Nordeste: Esta segunda área alimentar se estende pelas terras baixas no nordeste do país, correspondendo à faixa litorânea e à zona chamada da Mata, de clima menos quente e menos úmido que o da área amazônica. A paisagem natural da região era formada de floresta de um tipo menos compacto, mais aberto que a floresta amazônica, com menos exuberância e menor riqueza de espécies. Floresta mais fácil de penetrar e de conquistar. As características climáticas regionais (com uma estação seca e uma estação chuvosa bem definidas) e as condições do solo são as mais propícias à agricultura de uma infinidade de plantas tropicais. Cereais, como o arroz e o milho, frutas como cocos, bananas, mangas, cajus, ananases, abacates e mangabas (todos maravilhosos em seu aspecto, gosto e valor nutritivo como não existem em nenhuma região da terra), leguminosas e grande variedade de verduras. Infelizmente essas enormes possibilidades naturais nunca foram aproveitadas. Descobrimos cedo que a terra do nordeste se prestava maravilhosamente para o cultivo da cana de açúcar, os colonos portugueses sacrificaram inteiramente essas suas possibilidades a seu cultivo exclusivo. A monocultura intempestiva da cana, destruindo quase que inteiramente o revestimento florestal da região, subvertendo por completo o equilíbrio ecológico da paisagem e enterrando todas as tentativas de cultivo de outras plantas alimentares no lugar, constituiu-se num fator degradante da alimentação regional. O Nordeste sofreu por ação dessa monocultura os mesmos males de que foram vítimas Barbados, Porto Rico e Cuba, outras grandes zonas açucareiras da América<sup>11</sup> e destes males o maior foi exatamente o de levar quase à miséria os recursos alimentares regionais pela proibição estabelecida pelos produtos de açúcar de que se plantasse na região outra coisa senão cana, e de que se fizesse qualquer espécie de criação, reservando-se toda a terra disponível e cultivável para o apetite sempre insaciável de seus canaviais. Estes produtores de açúcar, homens com um ciúme de suas terras maior do que o de suas mulheres, conseguiram mesmo, no século XVII, que fosse baixada uma Carta-Régia proibindo, sob ameaça de duras penalidades, a criação de gado a menos de 60 quilômetros da costa.<sup>12</sup> Como consequência dessa atividade exclusiva em produzir açúcar para a exportação, a alimentação regional tornou-se muito parca, tendo normalmente por base a farinha de mandioca, produzida quase que clandestinamente nas zonas de terras menos férteis, menos atraentes ao cultivo da cana, do feijão e da carne-seca (charque), importados de outras áreas do país, do café e do açúcar. Regime com falta quase absoluta de leite e de queijo, de verduras e de frutas, principalmente nas cidades por falta de zonas de abastecimento suficiente. Num inquérito alimentar que realizamos em 1932 (o primeiro a ser levado a efeito no país) numa das cidades desta área, a cidade do Recife<sup>13</sup>, verificamos que apenas 19% da população local consumiam leite, 18% verduras e 15% frutas, e esta pequena parte que consumia estes alimentos protetores o fazia em quantidades irrisórias. Basta ver que o consumo de leite *per capita* era de cerca de 26 gr. por dia. O regime individual se apresentava dos mais deficientes do mundo, com uma deficiência quantitativa manifesta, fornecendo apenas 1 643 calorias diárias e com *deficits* qualitativos de variadas categorias: *deficits* em proteínas, em cálcio e em ferro, em vitaminas A, do complexo B e C. Escapam, em parte, dos *deficits* em proteína e em sais minerais as populações das praias e das margens dos rios da região que suprem a falta de carne, leite e ovos com um consumo abundante do côco da praia, de peixes e de crustáceos, apresentando, por esta razão, melhor estado de nutrição, melhor desenvolvimento e mais elevada estatura que os habitantes das zonas mais distantes da

água. Estes recursos do mundo aquático têm mesmo fixado vários grupos de população quase que dentro d'água com suas casas construídas nos baixios, nos paúis e nos mangues que vegetam nos deltas dos rios, constituindo-se como populações anfíbias, nem da água nem da terra, mas de uma zona de solo ins-tável, formado pela mistura permanente dos dois elementos.<sup>14</sup> Um bom recurso alimentar de que dispõem estas populações praiadeiras é fornecido pelo cajueiro (*anacardium occidentale*), cujo pedicelo carnoso da fruta, conhecido pelo nome de caju, representa uma das fontes mais ricas de ácido ascórbico (vitamina C) do mundo. Como consequência dos hábitos alimentares regionais, evidenciam-se clinicamente nesta zona uma série de avitaminoses: manifestações cutâneas de avitaminose do tipo hiperqueratósico, idêntico ao encontrado por Frazier e Hu na China<sup>15</sup> perturbações circulatórias e digestivas, reconhecíveis como deficiências em elementos do complexo B; escorbuto infantil, etc. Diante da monotonia e pobreza do regime alimentar parece, à primeira vista, verdadeiro milagre que não se manifestem, além destas, muitas outras carências declaradas num cortejo nosológico idêntico aos de certas regiões famintas do Oriente. Uma das explicações deste milagre aparente reside na influência que a cultura negra projetou sobre nossos hábitos alimentares com a introdução, na cozinha brasileira, de condimentos especiais, de óleo de dendê e da pimenta, ingredientes obrigatórios no preparo dos pratos da famosa cozinha baiana,<sup>16</sup> cozinha que foi durante muito tempo impiedosamente condenada pelos higienistas como irritante e prejudicial por seu excesso de gordura e de tempêro até o dia em que as análises químicas revelaram a extraordinária riqueza do óleo de dendê em betacaroteno (pró-vitamina A) e das pimentas em vitamina C, chegando-se à evidência de que esses primitivos hábitos alimentares, longe de piorarem nossos tipos de alimentação, têm sido uma de suas poucas qualidades nutritivas favoráveis, defendendo o organismo de graves avitaminoses.

O estudo desta área alimentar demonstra, de maneira conclusiva, como as condições sócio-culturais podem arrastar os grupos humanos à verdadeira fome, numa região natural das mais férteis do mundo.<sup>17</sup> Com razão afirma Sorokin que "as fomes coletivas nunca representam um produto dos fatores cósmicos ou biológicos; ela é principalmente o resultado de circunstâncias sócio-culturais que tornam a sociedade incapaz de obter suficientes recursos alimentares".<sup>18</sup> No nordeste do Brasil os hábitos alimentares prejudiciais à saúde foram consequência quase que exclusiva da monocultura e do latifundismo.<sup>19</sup>

3. A terceira área alimentar corresponde à zona semi-árida do sertão nordestino. Zona de clima quente e seco, com chuvas escassas e irregulares, que arrastam periodicamente esta região aos terríveis cataclismos das secas. Condiçãoada por este clima áspero, encontramos uma vegetação natural rala e adusta, representada por savanas (associações herbáceas, com árvores soltas, isoladas) por florestas espinhentas (*scrub-forest*) formadas por organizações florísticas de árvores nanicas, de arbustos e de cactos. É a famosa área da "caatinga", paisagem ríspida, cinzenta, de fisionomia violentamente contrastante com a da região verde e úmida da Mata.<sup>20</sup> Com tal complexo climatobotânico, esta região é bem pouco propícia à agricultura, apresentando, no entanto, boas possibilidades à criação de gado, principalmente de gado caprino, que encontra, em sua vegetação estepária, recursos suficientes para seu desenvolvimento.

Obedecendo a tais contingências geográficas, os grupos que aí vivem se fizeram criadores, tendo na pecuária a base de sua vida econômica. Mas, felizmente, estas populações pastoris não se extremaram neste gênero de vida a ponto de desdenhar as atividades agrícolas e sedentárias, como acontece noutras regiões do mundo.<sup>21</sup> Longe disto. Para completar seus recursos alimentares, elas realizam, nas terras mais férteis e principalmente nas mais úmidas (vales dos rios, solos aluvionais, vazantes, etc.), e mesmo pelo uso dos processos de irrigação, o cultivo de vários produtos de subsistência. De fato, à exceção do algodão, toda a agricultura desta área é de alimentos para consumo local: milho, feijão, favas, batata-doce, melancias, abóboras etc. O sertão do Nordeste se apresenta, assim, como uma espécie de ilha econômica idêntica aos oásis africanos do Saara, onde os bérberes desenvolveram um cultivo intensivo de sustentação para seu auto-abastecimento. Exclusivamente à base desses seus recursos agro-pecuários se constituiu no sertão nordestino um tipo regional bem

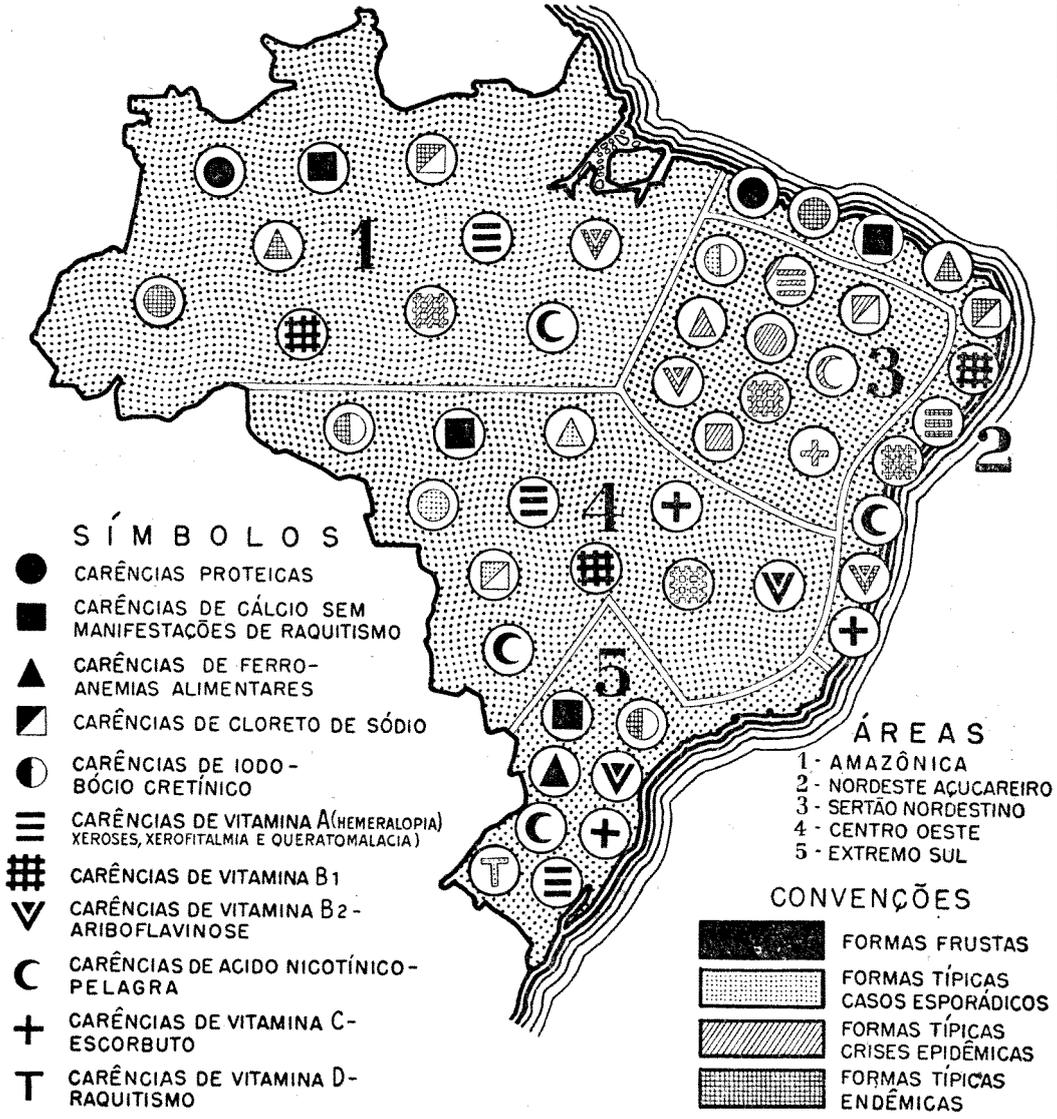
definido de alimentação, tendo como alimento fundamental o milho, fornecedor do grosso do valor energético de sua dieta. Milho, que é consumido sob as mais variadas formas, mas quase sempre associado ao leite de vaca ou de cabra, criando-se com tal combinação um bom complexo alimentar, completando o leite o *deficit* em ácidos aminados da proteína incompleta do milho, falha em cisteína, serina e glicocola (ácidos aminados indispensáveis ao crescimento e ao equilíbrio orgânico) e corrigindo também a tendência habitual e comum nas áreas alimentares do milho ao aparecimento da pelagra, como ocorre na Rumânia, na Itália e no sul dos Estados Unidos. Na área do milho do sertão do Nordeste a pelagra é praticamente inexistente. Completam esta alimentação de milho e leite, a coalhada, o queijo tipo coalho e requeijão, o feijão, a carne de bode e o café temperado com rapadura ou com mel de abelha do tipo urucu, que constitui um produto de colheita natural nesta zona<sup>22</sup>. Está é a alimentação dos tempos de abundância, quando as chuvas suficientes permitem boas colheitas. Nas épocas das sêcas, com o solo inteiramente desértico, surgem as epidemias de fome, lançando-se mão, como últimos recursos alimentares, de certas plantas silvestres, plantas xerófitas, que resistem melhor à falta d'água, tais como a macambira e o xiquexique, com os quais se prepara uma farinha de incrível pobreza nutritiva.

A análise do regime alimentar nas épocas normais revela qualidades nutritivas bem superiores às das duas áreas anteriormente estudadas: maior teor proteico, maior quota de proteínas de alto valor biológico, maior abundância em cálcio e em vitamina A. Apresenta, além disso, esta dieta sertaneja melhor equilíbrio proporcional de seus componentes orgânicos, sem o excesso em hidrocarbonados das áreas da mandioca, dando, portanto, menor tendência aos *deficits* relativos de vitamina B<sub>1</sub>, donde a raridade do beribéri nesta zona apesar de não figurarem no regime regional fontes muito abundantes de vitamina B<sub>1</sub>. A boa insolação desta região, onde o ar quase isento de vapor d'água permite a passagem de alto teor de raios ultra-violeta, promovendo boa fotossíntese da vitamina D ao nível da pele, protege os indivíduos mais do que em qualquer outro tipo de região tropical, contra os possíveis *deficits* alimentares desta vitamina, donde a inexistência absoluta do raquitismo no sertão nordestino. As avitaminoses C frustra, gengivites e estomatites, e principalmente o escorbuto infantil, surgem de vez em quando nesta área, onde o consumo de frutas, principalmente de frutas cítricas, é muito baixo. Há certo *deficit* em ferro, acarretando o mesmo tipo de anemia encontrado nas duas áreas anteriores, o qual, no caso, não pode absolutamente ser atribuído à infestação parasitária, desde que a verminose é excepcional nesta região de solo tão pronunciadamente sêco. A cegueira noturna e a xerofalmia, conseqüências da falta de vitamina A, só ocorrem nos períodos de sêca, quando, secando o solo e morrendo a vegetação, secam também os úberes das vacas e das cabras, e não há mais leite, nem coalhada, nem manteiga, fontes naturais de betacaroteno e vitamina A.<sup>23</sup> Numa das últimas grandes sêcas que assolou esta região (1932) foram assinalados pelos especialistas vários casos desta avitaminose. Já Euclides da Cunha em seu famoso livro *Os Sertões*, descrevendo os horrores da sêca, faz referência a essa moléstia que freqüentemente se vem juntar aos outros tormentos que desabam sobre o sertanejo, quando a natureza o abandona na espera angustiada das chuvas: "Uma moléstia extravagante completa a descida — a hemeralopia". E acrescenta o autor de *Os Sertões*, procurando explicar a causa do fenômeno: "Esta falsa cegueira é paradoxalmente feita pelas reações da luz, nasce dos dias claros e quentes, dos firmamentos ondulantes, do vivo ondular dos ares em fogo sobre a terra nua. É uma plethora do olhar. Mal o sol se encontre no poente, a vítima nada mais vê. Está cega. A noite afoga-a de súbito, antes de envolver a terra".

O que levou esse arguto observador de nossos fenômenos naturais a ver, no excesso de sol, a causa produtora da cegueira noturna, foi exatamente a coincidência observada de que a doença só aparecia nesses períodos de prolongadas estiagens, com dias claros, secos e ardentes. Ora, no começo de nosso século, quando foi escrito *Os Sertões*, não se suspeitava sequer da existência da vitamina "A", o que obrigava o raciocínio a atribuir ao excesso de luz o que na realidade é produzido pela falta de alimento que sempre ocorre nesses dias secos de alegre orgia luminosa, mas, também, de triste miséria e de fome.<sup>24</sup>

# MAPA DAS PRINCIPAIS CARÊNCIAS EXISTENTES NAS DIFERENTES ÁREAS ALIMENTARES DO BRASIL

≡ ORGANISADO PELO AUTOR ≡



## SÍMBOLOS

- CARÊNCIAS PROTEICAS
- CARÊNCIAS DE CÁLCIO SEM MANIFESTAÇÕES DE RAQUITISMO
- ▲ CARÊNCIAS DE FERRO-ANEMIAS ALIMENTARES
- ◻ CARÊNCIAS DE CLORETO DE SÓDIO
- ◐ CARÊNCIAS DE IODO - BÓCIO CRETÍNICO
- ≡ CARÊNCIAS DE VITAMINA A (HEMERALOPIA) XEROSSES, XEROFITALMIA E QUERATOMALACIA)
- # CARÊNCIAS DE VITAMINA B1
- ∇ CARÊNCIAS DE VITAMINA B2 - ARIBOFLAVINOSE
- C CARÊNCIAS DE ACIDO NICOTÍNICO - PELAGRA
- +
- T CARÊNCIAS DE VITAMINA D - RAQUITISMO

## ÁREAS

- 1 - AMAZÔNICA
- 2 - NORDESTE AÇUCAREIRO
- 3 - SERTÃO NORDESTINO
- 4 - CENTRO OESTE
- 5 - EXTREMO SUL

## CONVENÇÕES

- FORMAS FRUSTAS
- ◻ FORMAS TÍPICAS CASOS ESPORÁDICOS
- ▨ FORMAS TÍPICAS CRISES EPIDÊMICAS
- ▩ FORMAS TÍPICAS ENDÊMICAS

M. MEDINA

Fig. 2

Em conclusão, apesar de sofrer de crises de fome periódica, o sertanejo nordestino apresenta um estado de nutrição relativamente bom, confirmação no campo social de outra lei básica da alimentação de que as fomes agudas, mesmo freqüentes, são muito menos graves para as coletividades do que a subnutrição crônica e permanente. O sertanejo apresenta um tipo antropológico superior ao do homem da região da Mata. Segundo os estudos e as medidas biométricas, levados a efeito por Alvaro Ferraz e Andrade Lima Jr.,<sup>25</sup> eles são predominantemente longilíneos, enquanto na região da Mata predomina o tipo brevilineo. Também os coeficientes de mortalidade, tanto infantil como global, são bem mais baixos na região do Sertão. Não queremos dizer com isto que todas estas vantagens biológicas resultem exclusivamente da superioridade alimentar da região, mas, o que não há dúvida, é que este fator influi poderosamente nesta caracterização do tipo sertanejo.<sup>26</sup>

4. Mais para o centro, para o sul do país, encontramos outra área alimentar típica, tendo também como alimento básico o milho, associado, porém, a outras substâncias alimentares diferentes das da área do Sertão nordestino, adquirindo, o regime local, peculiaridades que lhe dão individualidade própria. É a Área Central do Milho, que abrange as regiões montanhosas de Minas Gerais, o sertão do sul de Goiás, os pantanais de Mato Grosso. Zona em sua maior parte de clima quase subtropical, com chuvas abundantes e regulares e de temperatura abrandada em seus extremos de calor pela altitude. Esta é a zona por excelência do cultivo do milho, concentrando aí 50% da produção nacional. *Corn-belt* brasileiro, que, como o norte-americano<sup>27</sup>, possui também os maiores rebanhos de porcos do país: os dois mapas de produção, o do milho e o da carne de porco, superpondo-se rigorosamente, traduzindo deste modo a interdependência absoluta dos dois fatos econômicos. O porco funcionando como o processo mais rendoso de ensacamento e exportação do milho. Não se conclua daí que se limitam a esses dois produtos os recursos alimentares da região. Há também a criação abundante de gado bovino (concentra esta região cerca de vinte milhões de cabeças) e o cultivo de vários produtos agrícolas, como o feijão, o café, o arroz e a cana de açúcar, sendo sua paisagem regional verdadeiro mosaico de manchas agrícolas e de pastagens. Apesar da criação de gado em grande escala nesta zona, o milho, que é seu alimento básico, não se associa preferentemente ao leite no regime local, mas ao feijão e à gordura de porco, num complexo nutritivo cuja expressão típica é o tutu de feijão mineiro, preparado com farinha de milho, feijão, gordura, toucinho e lombo de porco, complexo alimentar de alto valor calórico, mas qualitativamente de valor nutritivo bem inferior ao do angu ou dos cuscus de milho com leite do sertão nordestino, principalmente por seu teor mais baixo em cálcio e em vitaminas.<sup>28</sup> Inferior mesmo aos pratos de milho e de feijão da cozinha do litoral baiano, onde os negros fabricam seus abarás, açaás e acarajés, afogando bolos de farinha de fubá ou de feijão num banho de óleo de dendê e de pimenta, verdadeira infusão concentrada de vitaminas A e C. Já a gordura de porco com que é refogado o tutu mineiro é inteiramente desprovida de vitaminas. Por outro lado, ganha de categoria o regime alimentar desta área por seu maior consumo de verduras, principalmente pelas diversas variedades de couves, consumidas com liberalidade pelas populações locais; consomem-se, também, leite e queijo em proporções que são, no entanto, bem inferiores ao que era de esperar na zona de maior produção destes alimentos no país. A análise química deste regime permite-nos verificar que nele não há *deficits* calóricos; pelo contrário, deve haver até certo excesso quantitativo, por conta do amido do milho e das gorduras de porco, o que resulta em maior incidência, nesta zona, da obesidade e do diabetes, e na formação do tipo biológico dos mineiros lentos e pesados, conservadores e pachorrentos; quanto aos *deficits* qualitativos, não são tão intensos a ponto de se exprimirem sob a forma gritante de carências declaradas, manifestas clinicamente, mas apenas sob a forma discreta dos estados frustros. Desvitaminoses A, B e C, representadas por sinais mais apagados, que só o olho bem avisado e experiente do especialista é capaz de apanhar. Há apenas uma carência que, por exceção, se estampa de maneira espetacular nesta área — é a carência em iodo. A pobreza deste metalóide nestas terras montanhosas, em seu solo, em sua água e nos vegetais aí produzidos, é responsável pela enorme incidência do cretinismo endêmico nesta região, cretinismo que se manifesta numa rica gradação de formas clínicas, bociosas ou não. Nesta região a

endemia bócio-cretínica é conhecida desde os tempos coloniais, mas foi graças aos estudos de Carlos Chagas que se fixou bem sua extensão e sua significação nos quadros nosológicos do país. Chagas julgou serem os portadores do bócio sempre atacados de um mal de natureza infectuosa (doença de Chagas), mas os continuadores de sua obra (Baeta Viana, Alvaro Lôbo<sup>29</sup> e outros) demonstraram que se trata, as mais das vezes, de um estado carencial, produto exclusivo da falta de iodo na região.

5. A última área alimentar do país a ser estudada é a do sul, caracterizada principalmente por maior variedade de seus elementos componentes, não havendo mesmo um alimento básico, mas muitos deles associados em proporções variáveis: o arroz, a batata, o feijão, o milho, o pão de farinha de trigo. Combinados ainda a quantidades bem mais liberais de carne, de verduras e de frutas do que nas áreas anteriormente analisadas. Geograficamente, esta área compreende o Distrito Federal, os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, abrangendo zonas intensamente agrícolas, como o planalto paulista, e zonas estritamente pastoris como os pampas gaúchos. Sendo esta a zona mais rica do país, concentrando a maior parte de sua população e seus mais importantes núcleos urbanos, não é de admirar que possua padrão alimentar mais elevado. Ademais, as condições de solo e de clima também condicionam maiores possibilidades. Nela se distribuem zonas da famosa terra roxa, de grande fertilidade e sobre ela atua um clima subtropical, que se faz temperado, frio mesmo, de características européias, nas regiões mais altas dos Estados do Sul. Trabalharam também como fator de diversificação do regime alimentar desta região as influências das diferentes correntes de imigrantes, que se fixaram em alta proporção nesta zona: italianos, alemães, poloneses, lituanos, etc. Não se conclua daí, deste conjunto de fatores naturais e culturais favoráveis, que a alimentação nesta zona é perfeita, inteiramente isenta de *deficits* e de desequilíbrios. Estamos muito longe disto. Os inquéritos realizados em diversos pontos desta área mostram que as dietas locais são, sob diversos aspectos, incompletas e impróprias. No inquérito que em 1937 realizamos em colaboração com outros especialistas na cidade do Rio de Janeiro,<sup>30</sup> verificamos que o regime alimentar nesta cidade é deficiente em cálcio, ferro<sup>31</sup> e vitaminas A e do grupo B e C. Deficiências que resultam principalmente do baixo consumo de leite, de verduras, de legumes verdes, de cereais integrais e de frutas entre os elementos das classes proletárias. Os inquéritos levados a efeito em São Paulo também revelaram carências parciais desses elementos, embora um pouco mais discretas do que as do Rio. De fato, São Paulo apresenta o padrão alimentar menos defeituoso de todo o país. Seu regime começa por se basear mais no trigo, havendo um consumo local de sua farinha duas vezes mais alto do que o consumo médio nacional. E nós sabemos que as proteínas do trigo são superiores às dos outros cereais — milho e arroz. Também o consumo de saladas verdes é bastante elevado neste Estado por influência das ondas mais recentes de imigrantes italianos, com hábitos arraigados ao tipo de alimentação mediterrânea, rica em vegetais. Esta alimentação de tendência vegetariana, que tem sua expressão mais nítida na área paulista, se vai transformando mais para o sul, tornando-se na área gaúcha uma alimentação predominantemente animaliana, tipicamente carnívora. A subárea do Rio Grande é a zona de maior consumo de carne do país, podendo-se caracterizá-la como a do complexo da carne e do mate chimarrão.

Sem apresentar avitaminoses e carências minerais clinicamente evidenciáveis em escala social, esta área do sul tem, em seu tipo de alimentação ainda bem defeituosa, um dos fatores condicionantes da inferioridade antropológica de seus grupos humanos e de sua falta de resistência orgânica, deixando-se, por isto, contaminar de corpo aberto por inúmeras doenças infectuosas, principalmente pela tuberculose, que cobra alto tributo em seus coeficientes de mortalidade.

E aqui terminamos esta nossa análise panorâmica da alimentação brasileira, através da caracterização de suas diferentes áreas alimentares. Caracterização que reflete, com maior nitidez do que quaisquer outros fatos de natureza ecológica, o grau de adaptação e de ajustamento dos diferentes grupos regionais de população às variadas zonas geográficas do país.

## BIBLIOGRAFIA

1. Dantin Cereceda — *La Alimentación Española* — 1934.
2. Louis Couty — *L'Alimentation au Brésil et dans les pays voisins* — 1881.
3. E. Martonne — *Geographie Physique* — 1934.
4. Bryan — *Man's adaptation of nature* — 1933.
5. Josué de Castro — *Geografia Humana* — 1938.
6. Araújo Lima — "Ligeira Contribuição ao Estudo do Problema Alimentar das Populações do Amazonas — *Boletim Sanitário*; n.º 4 — 1923.
7. Josué de Castro — *Alimentação e Raça* — 1936.
8. Morris Steggaerda — "Statures of South American Indians" — *Amer. Journal of Physical Anthropology* — (New series) vol. I, n.º 1 — Março, 1943.
9. Araújo Lima — *A Amazônia — A Terra e o Homem* — 1937.
10. Josué de Castro — *O Problema da Alimentação no Brasil* — 1934.
11. Gilberto Freyre — *O Nordeste* — 1937.
12. Roberto Simonsen — *História Econômica do Brasil* — 1937.
13. Josué de Castro — *Condições de vida das classes operárias no Recife* — 1937.
14. Josué de Castro — *Documentário do Nordeste* — 1937.
15. Frazier e Hu — *Archives of Dermatology and Siphilology*, 33-1936.
16. Manuel Quirino — *Costumes Africanos no Brasil* — 1938.
17. Josué de Castro — *A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana* — 1937.
18. P. Sorokin — *Man and Society in Calamity* — 1943.
19. Gilberto Freyre — *Casa Grande e Senzala* — 1934.
20. Preston James — *An Outline of Geography* — 1935.
21. Jean Brunhes — *La Geographie Humaine* — 1934.
22. A. J. Sampaio — *A Alimentação Sertaneja* — 1944.
23. Orlando Parahym — *O Problema Alimentar no Sertão* — 1940.
24. Josué de Castro — *Alimentação e Raça* — 1936.
25. Álvaro Ferraz e Andrade Lima Jr. — *A morfologia do homem do Nordeste* — 1939.
26. Djacir de Meneses — *O Outro Nordeste* — 1937.
27. Mc. Carthy — *The Geographic Basis of American Economic Life* — 1940.
28. Lima Duarte — *Ensaio sobre a Higiene da Escravatura no Brasil* — 1849.
29. Álvaro Lôbo Leite Pereira — "Profilaxia do Bócio Endêmico pela Iodetação do Sal". *Arq. Bras. de Nutrição*. Junho de 1944.
30. J. Barros Barreto, Josué de Castro e Almir de Castro — *Inquérito sobre as condições de alimentação popular no Distrito Federal* — 1938.

# Notas sôbre a Geografia Humana do Nordeste do Brasil

Prof. PIERRE MONBEIG

*Bulletin de L'Association  
des Geographes Français —  
Ns. 185/86 — Mars-Mai, 1947*

A originalidade do Nordeste do Brasil decorre, como se sabe, dos caracteres opostos e complementares da zona costeira e do interior. A orla litorânea associa a umidade ao calor, ao passo que as extensões do sertão estão sujeitas a um regime de chuvas irregulares e desigualmente distribuídas; é lícito falar-se em um Brasil semi-árido.<sup>1</sup> Enquanto a altura das precipitações, no litoral, é de cêrca de 1566 milímetros, ela cai a 800, 700 milímetros no-interior, reduzindo-se localmente a 500 e mesmo a 400 milímetros. O habitante do litoral pode contar, cada ano, com um período de chuvas bem longo, no outono e no inverno; o homem do sertão, o sertanejo, nada pode esperar: se o ano é normal, isto é, se corresponde às médias de nossas estatísticas, será caracterizado por alguns aguaceiros em outubro e novembro, seguidos de fortes bátegas durante o verão. Mas o ano normal é quase uma exceção. Sobretudo, é muito raro que todo o interior goze de um ano normal. Dois ou três anos de pluviosidade reduzida são um fenômeno freqüente. Sem dúvida, um distrito pode ser mais feliz que o vizinho. Mas se a sêca prolongada se generaliza, é todo o sertão que se afunda na miséria. As vêzes, também, as chuvas caem com violência e abundância no fim do verão e comêço do outono; para o homem e suas culturas, os resultados não são em nada melhores aos da sêca, porque é então muito tarde para plantar e as águas correntes carregam as plantações já existentes.<sup>2</sup>

A oposição dos climas se confirma nos contrastes de vegetação e de gêneros de vida. Não é necessário insistir no que é a "caatinga", a vegetação do sertão, enfezada, espinhenta, rica em cactos. Por outro lado, limitemo-nos a lembrar que a zona do litoral recebeu o nome de "zona da mata" nos primeiros tempos da colonização. Encontram-se as mesmas rochas numa e noutra parte: granitos, gnaisses e micachistos da base arqueana formam o conjunto da topografia do Nordeste. Mas no litoral o clima facilitou a decomposição, produzindo solos avermelhados e ácidos nas colinas, negros e férteis nos vales; no interior, ao contrário, a aridez traz resultados inteiramente diversos: freqüentemente a rocha aflora; mais freqüentemente ainda, não se vê senão um tapêde de pedras de arestas ainda marcadas, recobrinado uma fina camada de solo. Assim, tudo favoreceu o povoamento e a atividade agrícola na zona da Mata, enquanto o sertão ficava pouco povoado e tornava-se o domínio da criação, fornecedor das plantações de cana do litoral.

Como se colocam atualmente os grandes problemas humanos das duas regiões: no interior semi-árido, que tentativas são feitas para proteger o sertanejo contra os efeitos de um clima calamitoso? e, no litoral, como se apresenta essa experiência quadrissecular de colonização branca em clima tropical?<sup>3</sup> Hoje, no interior, a criação não é mais suficiente, como nos bons tempos coloniais, para assegurar um elemento de troca; prejudica-a a concorrência de pastagens mais próximas

N.R. — Vertido do francês pelo Prof. Henrique Miranda.

<sup>1</sup> Pudemos visitar o Nordeste do Brasil graças ao apoio que amavelmente nos deram o Sr. Reitor da Universidade de São Paulo, o Sr. Diretor do I.F.O.C.S., o Sr. Diretor do Instituto do Açúcar e do Alcool, os Srs. Presidente e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia. Sentimo-nos felizes de aqui poder expressar-lhes nosso mais vivo reconhecimento.

<sup>2</sup> Em Icó (Ceará), em 1942, as primeiras chuvas caíram em janeiro; no mês de março contaram-se 19 dias de chuva consecutivos e foi impossível fazer a menor plantação. Para os anos normais, cf. Freise: *The drought region of Northeastern Brazil: Geog. Rev.*, 1938, ps. 363-378.

<sup>3</sup> Cf. Henrique Morize: *Contribuição ao estudo do clima do Brasil.*

dos centros consumidores do litoral e a da carne seca importada do sul. Não somente o clima não permite intensificar a criação, mas a concorrência econômica é muito forte.

É preciso então eliminar essa "vocaçao pastoril" do sertão e investigar se outros recursos podem ser aproveitados; antes de tudo, em que medida a agricultura pode progredir? questão ligada às possibilidades e aos modos de proviñonamento de água.

O modo de cultura mais simples e mais comum é a plantação nos solos ainda úmidos dos *oueds*. Por toda parte onde se estende a monotonia da base arqueana (alto sertão de Pernambuco, base ocidental da Borborema, por exemplo) esta cultura dos "baixios",<sup>4</sup> completada pela água de poços pouco profundos (cacimbas) parece ser a única possível. Ela se faz acompanhar da utilização dos terraços ao longo dos cursos d'água mais importantes (rio Salgado, entre Missão Velha e Lavras, no Ceará).

As condições são mais favoráveis na base das "chapadas" de calcáreo e de grés. As baixas rampas setentrionais da chapada do Araripe, de Jardim, Crato, Santanópolis são verdadeiros oásis. Desde as margens dos rios plantadas de palmeiras e de árvores frutíferas, até o pé do escarpamento de grés onde brotam as fontes, as culturas se apresentam na seguinte ordem: cana de açúcar, arroz, mandioca, batata, milho e feijão. A codificação do direito à água e a organização dos canais de irrigação remontariam a menos de um século, no Crato. Se se compara o estado atual de coisas com as descrições dos viajantes como Gardner, nota-se bastante progresso. Atualmente a separação entre as culturas irrigadas e o domínio da criação na chapada torna-se a regra. Esta especialização marca um progresso da agricultura que se basta a si mesma. A chegada da via férrea ao Crato contribuiu para despertar a região, dando a essa pequena cidade a supremacia como mercado regional, onde se trocam os produtos do sertão e os da zona irrigada. Mas os oásis das chapadas não resolvem o problema do socorro ao sertanejo; não parecem elas capazes de fornecer mais do que isso.

Tentou-se então, com êxito, barrar os vales mais encaixados na base arqueana e mais ainda fechar os boqueirões das serras algonquianas que a dominam, seja no Ceará, seja no Rio Grande do Norte, seja na Paraíba.<sup>5</sup> A obra empreendida nesse sentido pelos engenheiros da Inspeçao Federal de Obras Contra as Secas é considerável. Os canais das barragens servem para irrigar pequenos domínios, vendidos ou arrendados, cujos possuidores são dirigidos pelos engenheiros-agrônomo. Nos anos de seca, os "flagelados" (literalmente aqueles que são tocados pelo flagelo) se refugiam nas margens dos reservatórios, cujas águas, ao baixar, descobrem "várzeas" cultiváveis. Cada família de refugiados recebe um lote de terra e as sementes necessárias para cultivá-lo. Assim que notam o retorno das chuvas, arrumam a bagagem para voltar na seca seguinte. Tal é o sistema de cultura de "vazante", que se tornou a salvaguarda das populações do Nordeste. Em 1942, cerca de 10 000 pessoas se refugiaram nas ribanceiras do reservatório de Lima Camões; no ano seguinte, relativamente mais clemente, seu número foi ainda de 7 000. Antes da construção do reservatório, a zona era inteiramente deserta; em 1944, abrigava 3 500 pessoas. Em resumo, a irrigação das grandes barragens é ainda pouca coisa e sua função essencial se reduz à de um socorro de urgência em período de crise.

A construção de barragens-reservatórios, a I.F.O.C.S. acrescenta a de estradas fáceis de tracar e manter num clima seco e numa topografia pouco acidentada. De cada capital, na costa, parte uma artéria de penetração: a "Central" de Pernambuco, que vai de Recife a Leopoldina; a "Central" da Paraíba, que vai de João Pessoa à fronteira do Ceará. Uma grande transversal recorta essas estradas, a "Transnordestina", de Salvador a Fortaleza. O Exército, por sua vez, abriu uma estrada de Petrolina a Leopoldina. Essa rede de estradas, como os reservatórios d'água, serve primeiramente nos casos de graves secas: permite o transporte de gêneros alimentícios para os municípios assolados, que não eram acessíveis senão após longas caminhadas. Mas, as estradas têm, bem

<sup>4</sup> As terras baixas.

<sup>5</sup> Além do antigo trabalho de Luciano-Jacques de Moraes (*Serras e montanhas do Nordeste*), ver: Avelino Inácio de Oliveira e Othon Henry Leonardos: *Geologia do Brasil*. Rio de Janeiro, 1943. A utilização do relevo e dos boqueirões é particularmente visível na Paraíba, na serra de Santa Catarina, com as barragens de Piranhas, Mãe d'Água e Curema.

entendido, outros efeitos; contribuem para o desenvolvimento das culturas algodoeiras, assegurando o escoamento rápido das colheitas. Nos cruzamentos, pequenas cidades despertam e animam-se as indústrias locais (em Salgueiro, por exemplo).

Sem estradas, o sertão não teria conhecido a febre de "mineração", que ocorreu durante a guerra. Como tôdas as velhas plataformas, a do Brasil Norte-Oriental abunda em minerais de tôdas as espécies. As autoridades brasileiras e americanas ativaram a exploração do berilo e da tantalita; os filões de pegmatito da chapada da Borborema foram explorados com ardor. Outros ensaios foram tentados no sertão. A partir dos últimos quinze anos, esforçam-se para tirar melhor partido da vegetação espontânea. Desde sempre, os índios, e depois os portugueses, souberam utilizar as palmeiras, como o babaçu e a carnaúba, para sua nutrição, para a nutrição de aves e do gado, para a construção de habitações e fabricação de diversos objetos. Atualmente, esboça-se uma melhor colheita, não somente dos frutos das palmeiras, mas das plantas fibrosas, como o caroá<sup>6</sup> ou a figueira brava. O caroá sobretudo alimenta uma pequena indústria de fiacão e tecelagem para fabricação de tecidos baratos. A estrada foi a condição necessária para o início dessa industrialização, permitindo o encaminhamento das fibras dos centros de colheita do sertão até os pontos terminais das vias férreas e daí às tecelagens de Recife.

A amplitude dessas inovações não deve ser exagerada. O tráfego rodoviário não é intenso, as minas se beneficiaram de circunstâncias excepcionais do tempo de guerra e as barragens-reservatórios ainda não fazem sentir seu pleno efeito. O interior do Nordeste brasileiro continua deserdado. As condições geográficas são as grandes responsáveis por essa situação, mas não se torna necessário salientar os caracteres próprios da massa humana que se tenta proteger?

O problema é o de instalar, numa vida estável e equilibrada, uma população que se acostumou à instabilidade e ao desequilíbrio. Consideremos, por exemplo, seu regime alimentar: largamente abastecido de mandioca, milho, batata, mais pobre em arroz e carne, é quase totalmente desprovido de legumes e frutas. Nos anos normais, o sertanejo mantém um regime alimentar satisfatório quantitativa e qualitativamente.<sup>7</sup> Mas tudo muda havendo a menor seca e, nos casos extremos, não fica nada que comer no sertão ressecado. Chega então a época das epidemias e das avitaminoses. A falta de vitaminas, agindo provavelmente junto com a noeira, desencadeia numerosas doenças dos olhos: o cego mendicante, cantor de queixumes, é uma silhueta tão familiar no sertão como na África do Norte.

E' tentador ver uma relação entre êsses desequilíbrios fisiológicos e as atitudes psicológicas extremadas a que o sertanejo facilmente se abandona: fanático, místico, acompanha cegamente iluminados como em Canudos ou o padre Cícero; desesperado, torna-se bandido, "cangaceiro". Essas formas de loucura coletiva não deixam de ter conseqüências geográficas; assim, a floresta que cobria a chapada do Araripe foi devastada pelos peregrinos que se destinavam a Juazeiro, domicílio do padre Cícero. Essa cidade, situada no mesmo vale que Crato, reuniu homens vindos de todo o Nordeste, vivendo uns da mendicância, outros do artesanato. Alguns trabalham o couro do sertão, outros o ouro de Goiás, outros ainda o ferro de Minas e São Paulo para fabricar facas e punhais ou então anzóis vendidos na Amazônia. Assim, Juazeiro abandonou decisivamente a agricultura, quando tudo parecia convidá-la a essa atividade.

Longos esforços serão necessários para acostumar o sertanejo a sujeitar-se a um trabalho permanente. Ele está tradicionalmente resignado à solução mais simples: partir. Pode-se partir momentaneamente, para um município vizinho que a seca ou as chuvas excessivas tenham poupado. Pode-se também ir muito mais longe: para a Amazônia, quando o preço da borracha se eleva e, sobretudo, para São Paulo, onde os capinadores e os colhedores de algodão são bem pagos. Mas os sertanejos do Ceará, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco preferem, acima de tudo, engaiar-se na colheita da cana na zona costeira ou amontoar suas famílias num arrabalde malsão de Recife. Assim, mantém-se o velho intercâmbio entre as duas grandes regiões geográficas do Nordeste. O

<sup>6</sup> Caruá ou caroá, bromeliácea (*Neoglaziovia variegata*). Notar também os progressos da mamona e da oiticica.

<sup>7</sup> As informações recolhidas no local foram completadas pelo livro de Josué de Castro: *Geografia da fome*, Rio de Janeiro, 1946.

antigo comércio de gado tinha uma margem financeira que lhe permitia comprar alguns produtos importados da metrópole portuguesa. Hoje, a emigração do sertão para a costa não produz nada: esvazia o sertão e amontoa desempregados nas grandes cidades. Mas é ainda essa emigração que constitui a única oportunidade de não morrer de fome num ano de seca geral.

A chapada da Borborema, de vertentes abruptas, domina o sertão semi-árido a oeste, e a região úmida e quente a leste. Grande bloco elevado na alta superfície fracamente ondulada (de 800 a 1 000 metros), é a zona de contacto entre os dois climas, entre as duas paisagens. A oeste, a subida desde Patos se faz numa estranha paisagem de pedras e cactos. A surpresa é tanto maior quanto, depois de ter atravessado a cidade de Campina Grande, a vista pode enfim repousar sobre verdes plantações de cana, bosques espessos, na frescura das palmeiras do vale do Zumbi. É a zona do "brejo", úmido e fresco. Não há transição entre as duas paisagens, mas um contacto brutal.

Campina Grande, situada à margem dum velho caminho colonial que vai dar na estrada real, é o tipo da cidade mercado (34 343 habitantes). O sertanejo leva para lá mandioca, algodão, carne, cordas; o homem do brejo lá vende milho, frutas, cana, aguardente, madeira e mesmo essa coisa rara no sertão: móveis. Graças às estradas e à via férrea Campina Grande atrai novas fiaçãoes de algodão. Não é mais somente um mercado local, mas um centro regional em contacto directo com a capital do Nordeste, Recife.

De Campina Grande a João Pessoa ou Recife, a viagem é pequena. Ao pé da Borborema, atravessa-se rapidamente a zona do "agreste", onde se encontram de novo os aspectos da caatinga, porém menos acentuados. Protegido dos ventos do largo pelos pequenos planaltos costeiros, não sendo bastante elevado para gozar da frescura do brejo, o "agreste" já sofre da irregularidade das chuvas. Mas já o carro de bois substitui o jumento do sertão, as cores negras são cada vez mais numerosas, a chaminé duma usina se eleva sobre os canaviais. Penetra-se num mundo diferente.

Os portugueses designavam pelo nome de "Marinha" toda região de clima tropical, sem ter em conta os matizes locais. Sem dúvida as praias, com os recifes de grés e de coral, as plantações de coqueiros e suas populações de pescadores mereceriam um lugar à parte. Poder-se-ia dizer outro tanto dos "tabuleiros", pequenos planaltos de areias terciárias (às vezes também de calcários cretáceos) de solos estéreis. Mas o elemento preponderante sempre foi a zona da cana de açúcar, estreitamente associada aos portos e à atividade marítima e comercial.

Essa zona da cana de açúcar é sempre a animadora do Nordeste. Corresponde exatamente aos terrenos cristalinos que aparecem a oeste da franja dos "tabuleiros" que, aproximando-se muitas vezes do litoral, o atingem ao sul de Recife. Seu limite oriental é pois muito claro; é mais difícil determiná-lo na direção oeste onde a cultura da cana depende da pluviosidade. A cana desaparece no agreste, mas reencontramo-la na vertente úmida da chapada. Os principais centros de produção com as usinas mais importantes se localizam todos além do agreste, ali onde as chuvas são abundantes: a isoleta de 1 200 milímetros poderia talvez servir de fronteira à região de grande produção.

Um grande número de rios desce da chapada da Borborema e atravessa a "Marinha" para alcançar o oceano. Recortaram eles os terrenos arqueanos num dédalo de colinas e desempenharam um papel de primeiro plano no povoamento e na valorização da região. Seus vales oferecem sucessivas bacias dilatadas, de fundo chato, cobertas por um profundo solo negro muito fértil, o "massapê", e estrangulamentos com cascatas que cortam as barras de granito. Depois, a jusante, de novo se alargam e são facilmente navegáveis por pequenos veleiros. Cada trecho recebeu uma função na economia da cana: "as várzeas"<sup>8</sup> do "massapê" apresentam as melhores plantações, e barcos de fundo chato podem daí transportar as canas até as usinas. As quedas d'água forneceram a força, e a água limpa para os usos industriais e o consumo. No curso inferior, pequenos portos puderam ser instalados para exportar o açúcar até as grandes cidades onde se fazia e se faz ainda, o embarque para os mercados consumidores.

Nas colinas, reconhecem-se constantemente dois níveis sobre as "várzeas". O mais baixo as domina com uns trinta metros, no máximo; recobre-o um

<sup>8</sup> Várzea designa terreno de vale bastante largo e mais ou menos pantanoso.

solo vermelho escuro, o "barro vermelho", mais ácido e menos rico que o "massapé". E' capaz, entretanto, de dar uma produção conveniente; as "várzeas", as rampas inferiores e o primeiro nível são cobertos de cana de açúcar. Mas as últimas rampas das colinas cristalinas (40 a 50 metros acima do primeiro nível) conservam ainda um revestimento florestal: floresta secundária quase sempre, mas que testemunha, por seu vigor, a justeza da denominação antiga: zona da Mata. Nas partes altas, o solo vermelho claro e amarelado provém da decomposição dos granitos e gnaisses e tende à lateritização; é irmão dos solos da serra do Mar próxima do Rio de Janeiro e São Paulo. Seria de toda vantagem deixá-lhe uma cobertura de bosque, ao mesmo tempo para limitar a erosão e guardar uma reserva de madeira de construção e de combustível.

Durante os séculos de dominação portuguesa, constituiu-se na "zona da Mata" uma sociedade aristocrática de fazendeiros, os "senhores de engenho", enquadrando a massa servil.<sup>9</sup> Não é sem interesse notar que ali onde dizemos "planteur" (plantador), isto é, onde damos ênfase ao valor da terra, eles, os portugueses, sublinham o lado industrial: o senhor do engenho (moenda). Não é tanto de agricultura e, pois, de povoamento, o de que se tratava, porém mais de uma indústria e, em consequência de comércio e de especulação. Os "senhores de engenho" instalavam suas moendas e caldeiras para a fabricação do açúcar ao pé das cascatas; ao lado, construíam a residência, a "casa grande", flanqueada pelas habitações dos escravos, a "senzala", e sempre acompanhada dum pequena capela. Assim, os elementos essenciais de exploração estavam agrupados em torno da casa senhorial, rodeada de prados para os bois de trabalho e as mulas, à sombra de belas mangueiras, algumas bananeiras e elegantes palmeiras.<sup>10</sup>

Paisagem e sociedade sofreram grandes transformações. Desde o fim do século XIX, os "engenhos" foram absorvidos por organismos mais poderosos, dotados de capitais que lhes permitissem possuir um bom aparelhamento moderno. Os que conservaram sua autonomia não fabricam mais açúcar e sua função limita-se a fornecer cana às grandes usinas. Assim, os usineiros tomaram o lugar dos "senhores de engenho". Não se contentaram eles com a função transformadora; quiseram assegurar sua própria produção e compraram as velhas plantações. Uma "usina" moderna é pois constituída ao mesmo tempo pelas construções industriais (a central) e por um certo número de engenhos. Por exemplo, a "central" de Tiúma (30 quilômetros ao NW de Recife) agrupou uma dezena de antigos engenhos cuja superfície variava de 300 a 1367 ares, ou seja um total de 6 005 ares em diversas porções. Este processo de concentração influi na paisagem da cana: todas as terras de um "engenho" não eram inteiramente postas em cultivo; nelas se conservavam pastagens e trechos de floresta. A reunião de diversos "engenhos" sob um só dono não foi necessariamente acompanhada de um reagrupamento; mesmo em semelhante caso, o reagrupamento é muito recente para que as plantações já tenham ganho terreno a ponto de recobrir tudo. Acrescentemos que as superfícies plantadas não podem ser aumentadas, pois disso resultaria um aumento da produção perigoso para um mercado limitado ao consumo nacional. Também, não encontramos nada que lembre os "oceanos de café" de São Paulo; a paisagem é muito mais variada e entrecortada.

A moderna indústria do açúcar exige uma vasta superfície plana para o estabelecimento não somente da usina propriamente dita, mas também dos armazéns, reservatórios para o álcool, edifícios administrativos, casas do pessoal. E' uma pequena cidade. As condições de situação favoráveis aos "engenhos" não são, pois, mais utilizáveis. Foram abandonados os pontos em que os vales se encaixam por aqueles em que se dilatam. Entretanto, a modificação do *habitat* está longe de ser generalizada: para ficarem próximos dos campos de cana em cada engenho, os trabalhadores rurais preferem afastar-se dos edifícios centrais. Procuram, antes de tudo, a proximidade dum armazém onde possam encontrar mantimentos, roupas e instrumentos agrícolas; esse "barracão" é aberto pelo usineiro, ou com autorização sua, seja perto dos prédios arruinados dos velhos engenhos, seja numa das pequenas colinas cujo solo possa ser sacrificado a um

<sup>9</sup> Engenho: a moenda onde são moídas as canas e no qual a força motriz é produzida pelos animais ou pela água. Quase sempre a fabricação do açúcar era acompanhada da moagem.

<sup>10</sup> Ver os livros de Gilberto Freyre, particularmente *Casa Grande e Senzala*, última edição, Rio de Janeiro, 1946.

uso improdutivo. Mais que a usina ou engenho, parece que é o barracão que cristaliza o povoamento rural da cana.

No massapé dos campos, a cana brota em filas cerradas, não deixando lugar às ervas daninhas e facilitando assim o trabalho. Sobre o "barro vermelho" das colinas, ao contrário, é preciso proceder a diversas limpezas das plantações. O solo, mais ácido (p.H. de 4,5 a 5,5 contra 5,8 a 6,6 nos campos) não permite boas colheitas. E, nas melhores terras, os rendimentos estão em diminuição, interiores aos obtidos em outras regiões açucareiras do Brasil (Campos, no Estado do Rio de Janeiro, e nas plantações paulistas). Os usineiros do Nordeste se vêem compelidos a utilizar, cada vez mais, tôdas as espécies de adubos. A usina fornece uma parte com seus resíduos. Mesmo juntando-se-lhe bagaços de algodão e mamona, os resultados são insuficientes e é preciso resolver-se a comprar adubos químicos, especialmente fosfatos. Estes são rapidamente assimilados pelos solos ricos em alumínio, e seria desejável pôr nêles grandes quantidades. Mas a procura é difícil de satisfazer e os preços são elevados. O problema dos solos se apresenta com uma gravidade cada vez mais sensível; de sua reconstituição, depende a manutenção dos rendimentos capazes de resistir à concorrência dos outros Estados.<sup>11</sup>

Para compensar os baixos rendimentos aumentando as superfícies cultivadas e para se premunir contra os riscos duma deficiência pluviométrica, os fazendeiros empreenderam a cultura irrigada. A necessidade se faz sentir sobretudo na parte mais ocidental da região açucareira, ao contacto do agreste (usina de Catende, por exemplo). Fechar um vale entre duas serras para construir uma barragem, retirar água de um rio por meio de bomba, não é nem difícil nem oneroso. Mas para fazer passar água de uma colina para outra, foi preciso construir aquedutos, e êsse trabalho veio agravar os encargos dos fazendeiros no momento em que era preciso comprar os adubos químicos, e em que tentavam modernizar o maquinismo agrícola ou industrial.

A indústria do açúcar na tradicional zona colonial continua sólida todavia, com preços de custo inferiores aos dos seus rivais do sul. Deve-o, em grande parte, à barateza da mão de obra. A maioria dos trabalhadores é de negros que se contentam com pouco. No momento da ceifa, os usineiros vão buscar, em caminhão, bandos de sertanejos, que se sentem muito felizes por ganhar alguns cruzeiros entre o fim de setembro e o princípio de maio.

Não é dos menores paradoxos das zonas tropicais o contraste entre a exuberância da vegetação e a mediocridade do nível de vida dos habitantes. O litoral norte oriental do Brasil não escapa à regra. As culturas alimentares ali são fáceis; as árvores frutíferas prósperas, e, entretanto, já reina a fome em estado crônico. Farinha de mandioca misturada com feijão preto, carne seca, café e açúcar são os pratos quotidianos tanto dos cidadãos como dos homens do campo. Em consequência de tal regime alimentar, não é surpreendente constatar que o crescimento da população do Nordeste é inferior ao das outras regiões brasileiras. A mortalidade, entre os jovens e as crianças bate ali todos os *records* e, entre as grandes cidades do Brasil, Recife é a que apresenta a taxa mais alta de mortalidade (27,67 por 1000). Tuberculose, infecções intestinais e oftalmias de origem alimentar são freqüentes na zona da mata.

A origem dessa situação deve ser procurada na organização do trabalho e da agricultura dos séculos passados. A monocultura da cana sempre dominou tudo; os esforços dos trabalhadores deviam ser exclusivamente consagrados à cana, à sua indústria, a seu transporte. Nada devia distrair o escravo disso. Também não era êle jamais encorajado a praticar culturas alimentares ou a ocupar-se de árvores frutíferas. Devotado à cana, não vivia senão para ela e por ela. O trabalhador do açúcar não pensa que poderia, por sua conta, fazer pequenas culturas de mantimentos, cuidar de um pomar e comer melhor. Não o pensa porque jamais viu fazer-se isso e porque herdou uma tradição alimentar.

Conhecido isto, não é mais de espantar a displicência e a imprevidência que os usineiros em vão se esforçam por combater. O cortador de cana, pago por tarefa, cessa o trabalho em pleno meio da jornada quando atinge o ganho

<sup>11</sup> Em 1943 Pernambuco, com 114 466 ares colhia 3 976 519 toneladas, e São Paulo, com 100 000 ares, 3 000 000 de toneladas. Para 1944, os números foram em Pernambuco, 113 608 ares e 4 138 940 toneladas e em São Paulo, 103 173 ares e 7 144 574 toneladas. Cf. *Boletim Estatístico*, ano IV. Julho-setembro de 1946, n.º 15.

mínimo indispensável para pagar sua pobre alimentação. Estima-se por vezes em 55 e 60%, o número de jornadas de trabalho por ano. Ai está um outro obtáculo para o usineiro que procura intensificar sua exploração, assegurar a irrigação, utilizar instrumentos modernos e empregar adubos.

Eis, pois, mais uma peça a juntar ao arquivo da colonização e da exploração do solo nos trópicos. Certamente, a empresa colonial dos portugueses não malogrou. É mesmo talvez um dos casos mais interessantes de enraizamento da raça branca em clima úmido e quente. Os portugueses, apoiados na multidão de escravos e com eles se misturando largamente, criaram ali uma civilização original e que tem perdurado; uma civilização material que tem suas riquezas, que se apóia numa sólida rede urcana e criou uma paisagem; mas também uma civilização espiritual, pois o Nordeste é um centro ativo de vida intelectual e artística. Entretanto, o Nordeste perdeu a preeminência de que gozava outrora. Seu papel atual depende em grande parte da espécie de proteção, no sentido econômico da palavra, de que se beneficia: que viria a ser dos "canaviais" do Nordeste se os usineiros de São Paulo tivessem inteira liberdade de aumentar suas plantações? E vimos os sinais de cansaço dos solos, a obrigação de aumentar os preços de custo com a compra de adubos químicos e a construção da rede de irrigação.

Mas dessa fraqueza econômica e também da grande miséria dos homens, não é tanto o meio geográfico que tem a responsabilidade, como se estivesse ele fundamentalmente viciado. A despeito das mudanças políticas e das transformações sociais, a agricultura da cana continuou a ser em essência o que foi durante os séculos de dominação portuguesa: uma colonização de exploração empregando métodos destinados mais a extrair a riqueza do que a criá-la. O que é verdadeiramente surpreendente, é que o solo seja ainda capaz de fornecer as colheitas que fornece. Hoje, é preciso ao mesmo tempo adotar novos métodos de cultura e renovar as condições de vida da mão de obra. Isto equivale a dizer que o problema depende dos homens, herdeiros daqueles que o deixaram constituir-se.

## Resenha e Opiniões

### **Permanência do Embaixador J. C. de Macedo Soares na presidência do I. B. G. E.**

— O Sr. embaixador José Carlos de Macedo Soares enviou ao Sr. Presidente da República, a 18 de junho findo, uma longa carta expondo a futura execução dos novos encargos previstos no plano de trabalho do I. B. G. E., e, do mesmo passo, por julgar finda sua missão à frente do Instituto, solicitando sua exoneração do cargo que vem exercendo desde a instalação do órgão estatístico-geográfico do país.

Divulga o *Boletim* neste número o teor da aludida carta, bem assim a resposta do Sr. Presidente da República não aceitando o pedido de afastamento daquele ilustre homem público da presidência do Instituto. Os termos altamente honrosos com que o chefe da Nação se dirigiu ao embaixador Macedo Soares, constituem motivo de sobrejo orgulho a todos quantos, sob sua clarividente direção, vêm emprestando seus serviços ao I. B. G. E.

É o seguinte o teor da carta do embaixador Macedo Soares:

“Excelentíssimo Senhor Presidente Eurico Gaspar Dutra. Respeitosas saudações. Por decreto de 19 de julho de 1935, assinado pelo Presidente Vargas e referendado por todos os senhores ministros de Estado, fui nomeado “para exercer interinamente as funções de presidente do Instituto Nacional de Estatística”, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a fim de instalá-lo e organizá-lo.

“Interinamente” permaneci na presidência do Instituto durante treze anos, e venho hoje dizer a Vossa Excelência que a missão que me foi confiada está cumprida.

Graças ao apostolado benemérito de Mário Augusto Teixeira de Freitas, o operoso secretário-geral do Instituto até data recente, e da dedicação até o sacrifício de seus companheiros de trabalho, à frente deles o engenheiro Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, o I. B. G. E. está completamente organizado e em condições de prestar à Nação os mais valiosos serviços.

Instalado o Instituto, foram logo criadas várias repartições de estatística e geografia em diversos Estados da Federação; novos processos de trabalho foram introduzidos no estudo e na prática das duas ciências; melhoraram-se as condições dos serviços especializados; aprofundaram-se e ampliaram-se as pesquisas; criaram-se, enfim, no Brasil, o espírito estatístico e o espírito geográfico.

A organização do I. B. G. E. não apresenta apenas a já bastante conhecida cúpola da estrutura, instalada na capital da República, e as colunas mestras, representadas pelas repartições estatísticas e geográficas, em sua maioria de eficiência comprovada, existentes nos Estados da Federação. Hoje, extensa rede de Agências Municipais cobre todo o território nacional, possibilitando exata coleta dos dados primários e permitindo que as pesquisas estatísticas se façam com rigorosa precisão, em todo o país.

Algumas das publicações do Instituto, notadamente a conceituada *Revista Brasileira de Estatística* e o *Boletim Estatístico*, publicam, com a necessária atualidade, além de artigos doutrinários, estatísticas minuciosas e que interessam tanto à administração pública quanto às classes produtoras. O *Anuário Estatístico do Brasil*, hoje com a sua publicação perfeitamente normalizada, constitui um repositório de dados cada vez mais útil a tôdas as atividades nacionais, e cuja progressiva atualização representa um dos melhores atestados da eficiência dos serviços do Instituto.

O I. B. G. E. está realizando, a contento das autoridades respectivas, os levantamentos de interesse militar, que permitem o conhecimento, sempre atualizado, de nossos recursos de mobilização.

A seu cargo se encontra, igualmente, o levantamento bimestral dos estoques dos principais gêneros, em todo o país, e a realização de importantes “Inquéritos Econômicos”, que completam os numerosos outros levantamentos estatísticos realizados normalmente pelas várias repartições integradas em seu sistema de serviços.

A já afamada *Revista Brasileira de Geografia* e o *Boletim Geográfico* divulgam valioso material geográfico e cartográfico. O Conselho Nacional de Geografia tem feito regularmente a revisão do quadro administrativo e judiciário do país e neste momento está trabalhando a fundo na revisão correspondente ao quinquênio 1949/1953. Conseguiu ainda realizar a tarefa, considerada impossível, da unificação toponímica das cidades e vilas brasileiras. As cartas geográficas já editadas, conhecidas de Vossa Excelência, e as que estão sendo cuidadosamente preparadas só por si justificariam a existência de tão eficiente órgão técnico.

Creio desnecessário continuar a enumerar os importantes trabalhos já realizados pelo I. B. G. E., mas devo informar Vossa Excelência de que o Instituto poderá prestar ainda ao Brasil, dentro e fora de seu campo de ação especializada, importantíssimos serviços.

Dentre êles:

1.º — deverá encarregar-se da realização, no que toca ao Brasil, do censo continental de 1950, já assentado em compromissos internacionais, — tarefa essa para a qual se encontra perfeitamente aparelhado, em virtude de sua rede de órgãos municipais, necessitando apenas de recursos para o preparo do vultosíssimo material de coleta e para a pequena expansão que a natureza extraordinária do trabalho censitário exigirá, em seu quadro de pessoal;

2.º — poderá incumbir-se, graças à ação permanente que desenvolve em todo o território nacional, dos serviços relativos à fiscalização (ainda tão precária no Brasil) dos estrangeiros entrados com permissão temporária;

3.º — dada a sua sólida organização de âmbito nacional, estará em condições de arcar, dentro de pouco tempo, com a responsabilidade dos serviços de Registro Civil — nascimentos, casamentos e óbitos — em todo o território do país, serviços êsses, infelizmente, ainda executados no Brasil com tanta deficiência.

Desejo acentuar, todavia, que, para a realização dos numerosos e utilíssimos encargos atualmente em curso e para que, progressivamente, possa o Instituto incumbir-se das tarefas mencionadas e de outras patrióticas missões, se torna necessário que Vossa Excelência, usando da alta autoridade decorrente do cargo que ocupa e das

excelsas qualidades pessoais que o tornam respeitado e acatado, não permita o enfraquecimento de tão valiosa organização.

Sabe Vossa Excelência que o I. B. G. E. é constituído por um sistema federativo de serviços integrados nas três órbitas governamentais brasileiras — a União, os Estados e os Municípios —, sendo dirigido por delegados seus, na Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística e Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, os quais nestas se fazem ouvir em pé de igualdade. Cumpre a Vossa Excelência, como disse, empregar sua indiscutível autoridade, no sentido de não permitir que qualquer dos Estados da Federação denuncie a Convenção Nacional de Estatística, celebrada em 1936 entre a União, os Estados e os Municípios, e que constitui, por assim dizer, o estatuto da atual organização estatístico-geográfica do país.

É também, absolutamente indispensável que o necessário apoio de Vossa Excelência impeça qualquer modificação na atual legislação sobre taxa de diversões criada para o fim de custear os serviços estatísticos municipais administrados pelo Instituto, por delegação das respectivas Municipalidades, nos termos do decreto-lei n.º 4 181, promulgado graças ao espírito altamente compreensivo e vontade firme do então ministro da Guerra, o Excelentíssimo Senhor General Eurico Gaspar Dutra. É sabido que aquela taxa, a incidir sobre as diversões com entradas pagas, se destina, sobretudo, a assegurar aos levantamentos estatísticos, no âmbito municipal, o necessário grau de precisão e atualidade, em benefício dos interesses dos órgãos militares, no que respeita à segurança nacional. Mas, ao mesmo tempo, permite que, fazendo boa estatística nos Municípios, possa o Instituto bem servir, nesse particular, aos governos municipais, estaduais, e federal, servindo, também, aos interesses privados, notadamente aos das classes produtoras, que tanto necessitam de tais elementos, para a segura orientação de suas atividades.

Faço, ao deixar a presidência do I. B. G. E., um caloroso apêlo a Vossa Excelência, para que, em seu patriótico e criterioso governo, não se verifique a denúncia, por parte de nenhuma unidade da Federação, dos acordos em que se baseia a organização do Instituto, e sobretudo, para que seja mantido o sistema decorrente dos Con-

vênios Nacionais de Estatística Municipal, inclusive no que toca ao "sêlo de estatística", cuja renda é indispensável à consecução dos meritórios objetivos do Instituto, sem maior ônus para o Tesouro Nacional.

Na verdade, Senhor Presidente, é missão de todos os Governos, na hora atual, implantar, em bases concretas e permanentes, os princípios de solidariedade humana e equidade social que encontram seus fundamentos mais profundos e indestrutíveis na doutrina que o Cristianismo legou aos homens de boa vontade. E não tenho dúvida de que a Estatística e a Geografia serão convocados a desempenhar importante papel no encaminhamento e na solução dos graves problemas contemporâneos.

Para que, na encruzilhada em que se acha a Humanidade, as nações possam promover a sua reconstrução em termos que assegurem a todos os seus filhos uma existência digna e feliz, num ambiente de justiça e de paz, necessário é que possam os responsáveis pelos destinos de cada país contar com os elementos de orientação proporcionados pela Estatística e pela Geografia. E o I. B. G. E. — cuja orientação, na parte executiva, está entregue, nesta hora, à inteligência, capacidade e dedicação de Rafael Xavier, recentemente eleito seu secretário-geral, e de Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia — aí está, para bem servir à Nação e ao benemérito governo de Vossa Excelência.

Isto posto, venho, mais uma vez, e agora expressamente, depor nas mãos de Vossa Excelência a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, visto como os trabalhos, também de interesse público, dos postos que atualmente ocupo não me permitem cumprir os árduos encargos de presidente do I. B. G. E..

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus mais elevados sentimentos de apreço e consideração, subscrevendo-me,

*José Carlos de Macedo Soares.*

É o seguinte o teor da carta dirigida ao embaixador José Carlos de Macedo Soares pelo general Eurico Dutra:

"Recebi sua carta de 18 de junho corrente, em que se refere à sua nomeação para exercer as funções de presidente do Instituto Nacional de Estatística, hoje Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Durante os treze anos de sua profícua gestão, muito, muito foi realizado, e o felicitado por isso.

Li com atenção o programa que se impõe agora aos dirigentes do Instituto e que reclama o seu crescente fortalecimento, objeto de referência em a mensagem que, em 15 de março último, dirigiu ao Congresso Nacional.

Por isso, é meu desejo que o Instituto continue nas suas mãos hábeis, para que prossigam os benefícios, de tanta monta, até aqui recolhidos. É mais um sacrifício que lhe exige o país, e com o qual muito me penhorará".

★

### Os problemas das regiões tropicais \*

Está hoje bem assente que os velhos sonhos de riqueza e exuberância inspirados por noções lendárias, não têm nenhuma relação com a realidade tropical. Tais sonhos tiveram uma existência tenaz, visto como resistiram às duras experiências que os europeus viveram desde que travaram contato com as regiões de calor e chuva. Constitui um belo tema para os historiadores perquirir as razões pelas quais coexistiram o mito da plethora tropical e os desastres dispendiosos que assinalaram as tentativas de estabelecimento europeu nas regiões equatoriais e subequatoriais.

O estudo das áreas tropicais, levado a efeito após os progressos decisivos das ciências naturais fez ressaltar as asperezas dos climas quentes e chuvosos e revelou que, para a quase totalidade — senão para a totalidade — das relações do homem com o meio, as terras quentes e úmidas, são menos favoráveis aos empreendimentos humanos do que o domínio temperado da Europa ocidental em que vivemos. O ser humano, qualquer que seja a sua raça, sofre duramente com a insalubridade do mundo tropical. É inútil insistir numa noção que é hoje trivialíssima, mas cedemos ao amargo prazer de citar algumas impressões da Nova Guiné, que se devem a Miss L. E. Cheesman.<sup>1</sup> A autora evoca admiravelmente os riscos que ameaçam o homem na floresta úmida da Nova Guiné, a malária quase

— Estudo publicado em *Les Cahiers D'Outre-Mer. Revue de Géographie de Bordeaux et de l'Atlantique* — N.º V, 1re. année — Janvier-mars, 1948.

<sup>1</sup> Japanese operations in New Guinea, *Geographical Journal*, 1943, 101, pp. 97-110.

\* A tradução para o vernáculo foi feita pelo Sr. João Milanez da Cunha Lima, redator da Secção de Publicações do C.N.G.

inevitável, as diversas doenças intestinais, as de carência determinadas pelo desequilíbrio alimentar, as micoses e outras afecções da pele que atormentam o homem, as sanguessugas silvestres que o espreitam e o dessangram ferozmente — a África acha-se felizmente livre desses monstruosos adversários — os inumeráveis insetos que se cevam no homem. “Nas encostas inferiores das montanhas, largas extensões acham-se infestadas de sanguessugas; não encontrei meio de afastá-las — se uma sanguessuga é retirada enquanto se ceva, cumpre dar-se pressa em utilizar a tintura de iôdo, para sustar o risco de uma infecção, pois em tal clima qualquer ferimento pode custar a sarar”. É difícil dormir, pois nos mantém despertos os ataques de pequenos e cruéis dípteros, pertencentes a muitos grupos diversos e que passam através dos mosquiteiros mais cerrados. Nas montanhas e especialmente nas proximidades de onde houver água, certas espécies de *simulies* tornam alguns distritos inabitáveis. Meus serviçais papuanos queixavam-se de dor e irritação em virtude dos ataques dessas pequenas môscas negras. Na planície de Buna, não há como escapar-se-lhes. Se buscamos um repouso à beira mar onde a brisa poderia trazer-nos um reconforto há perigosos insetos, vagamente denominados môscas de areia, que atacam aos milhões após saírem do solo sêco”. Seria, sem dúvida, inexacto estender a tôdas as regiões de calor e de chuva essas descrições contrastadoras. Entretanto, as visões paradisíacas que nos inspiram certos arquipélagos polinésios não concordam senão com uma parte ínfima do domínio intertropical. O homem pode vencer a hostilidade da natureza, mas como veremos, isso constitui muito mais uma possibilidade do futuro do que uma situação normal do presente.

Os solos tropicais são, por outro lado, geralmente, pobres e frágeis; seu aproveitamento acarreta, freqüentes vêzes, um rápido esgotamento; a erosão ameaça remover os solos imprudentemente descobertos. O agricultor, a fim de obter os alimentos vegetais de que carece, utiliza, em tôda parte, a mesma técnica; após o desbravamento a queimada da floresta, a terra é cultivada durante um ou dois anos apenas. A floresta torna então a apoderar-se do solo no decorrer do mais dilatado prazo possível, reconstituindo-lhe a fertilidade. Tal prática originou-

se espontaneamente do contato das condições naturais; depara-se tanto na Ásia como na África ou na América. Tem por conseqüência uma população pouco numerosa, pouco estável, mal segura do dia de amanhã e que vive numa natureza pouquíssimo domesticada. Atribui-se amiúde a miséria da humanidade equatorial à “hostilidade” da floresta, descrita como invasora, indestrutível, opondo ao homem uma resistência insuperável. De fato, é a técnica agrícola utilizada nas regiões intertropicais que obriga o homem a deixar ressurgir a floresta após a haver abatido e a conceder-lhe o império flutuante da maior porção do espaço. Sem a floresta os solos não se reconstituíam. Há portanto uma aliança entre o homem e a floresta e não um esmagamento daquele por esta. A discreção nos desbravamentos não decorre da resistência das árvores mas da natureza da técnica agrícola.

\* \* \*

Tal situação, que é evidentemente deplorável para os homens e entravalhes o progresso tanto no plano do número quanto no da civilização, não é, entretanto, irremissível. É possível mudar essas relações impróprias entre o homem e o meio. O melhor exemplo de tal ocorrência procede da parte tropical da Ásia onde os homens se comprimem em centenas de milhões, graças a técnicas agrícolas que dispensam o recurso à rotação de cultura, e permitem praticar colheitas todos os anos nos mesmos campos. A rizicultura inundada é a principal causadora deste triunfo. Todavia, a vitória lograda pelo homem na Ásia meridional não é sem mácula. Com efeito, essas populações numerosíssimas acumulam-se numa pequena parte do território, vivendo à beira da miséria, visto como cada camponês obtém pequenas colheitas em terras demasiado escassas.

Os progressos modernos da ciência e da técnica autorizam a pensar que as relações do homem com a natureza poderão ser reguladas de maneira muito mais favorável à humanidade. O mundo tropical, que desempenha papel muito modesto na vida econômica do globo, é solicitado a ocupar lugar proporcionado à sua superfície. Conhecemos as causas das fraquezas da natureza tropical e estamos, até certo ponto, capacitados de como combatê-las. A insalubridade não existe perante a ciên-

cia moderna; seu desaparecimento é tão só uma questão de dinheiro e de bom método, mais de método do que de dinheiro. A malária pode ser suprimida, menos pela cura dos doentes do que pela eliminação dos anófeles perigosos. Uma técnica hábil pode destruir os esconderijos das larvas e pôr os homens a salvo; talvez as pulverizações de grandes superfícies com DDT, proporcionem os mesmos resultados com menor esforço. Sabemos ser possível eliminar tôdas as doenças tropicais, como doença do sono, febre amarela, anquilostomíase e outras. Não passa de uma questão de financiamento e de método.

Não é de esperar se possa restituir à vida, pelo menos antes que decorra muito tempo, os solos mortos das zonas onde impera o calor e a chuva. Mas êstes não perfazem senão uma superfície mínima. Quanto aos solos médios, a pedologia e a agronomia nos mostram os erros que não se devem cometer e as precauções a tomar para que tais solos sejam úteis e remunerem de modo permanente o esforço humano nêles empregado. Sabemos que os solos tropicais não suportam o desnudamento, pois nesse estado se esgotam muito rapidamente e se expõem à erosão. Perdem, assim, muito mais elementos férteis do que as plantas cultivadas lhes retirariam e não conservam o húmus. Parece, portanto, que as culturas mais perigosas são as das plantas de sustentação em terrenos secos, visto como a superfície do campo se torna móvel e descoberta. Grande parte das vantagens reconhecidas às culturas inundadas advêm do fato de evitarem êsse inconveniente. As culturas secas, características das terras tropicais, escapam de ser desastrosas somente em virtude de ocuparem durante pouco tempo uma pequena parte da superfície total. Mas não se pode conceber uma cultura de sustentação seca moderna sem a prática de meios anti-erosivos. Assim, o vasto plano que os ingleses puseram em prática para a produção de quantidades compactas de amendoim na África oriental prevê a cultura em faixas alternadas, sendo cada faixa dêste vegetal intercalada por faixas não cultivadas. De ano para ano, as faixas cultivadas e as em repouso se revezam. Só a experiência é capaz de revelar se essas práticas são suficientes para salvar os solos. Todavia, desde logo se pode ter como assente que seria estultícia revolver com char-

ruas motorizadas um solo tropical inculto e nêle praticar culturas secas sem tomar-se severíssimas precauções visando à conservação dos solos e sua fertilidade.

As plantações arborescentes, se forem tratadas com o cuidado de ensombrar o solo e lhe adicionar grandes quantidades de matéria orgânica, permitem tirar partido de terras médias e conservar-lhes a fertilidade indefinidamente. É o processo que, para utilização dos solos tropicais, merece preferência. As devastações causadas pelas plantações em países como o Brasil eram motivadas pela imprudência dos plantadores.

\* \* \*

Em suma, ora sabemos que estamos em condições de domesticar a natureza. Não há mais razão para que as regiões quentes e chuvosas sejam no futuro, o que foram até o presente; territórios cujos habitantes pouco numerosos levam uma vida miserável e tiritam de febre. É possível converter os trópicos chuvosos em regiões sadias, povoadas por uma humanidade próspera, e contribuindo, com uma parcela consueável para a abundância dum mundo pacífico. Mas deve-se ter presente que esta esperança, inteiramente legítima, não poderá realizar-se a menos que as dificuldades do desenvolvimento sejam sublinhadas seguramente e superadas pela observância dos ensinamentos da ciência e cuidado em tratar conjuntamente os problemas interdependentes. Não é possível, nesta matéria, "sérias dificuldades"; cumpre encará-las em conjunto, sob pena de malograr-se qualquer intento. As observações que se lerão adiante não assumem valor pleno senão tendo-se em mente esta condição prévia.

É inútil promover-se o saneamento de uma região pouco povoada, uma região que conte somente quatro ou cinco habitantes por quilômetro quadrado, densidade que pode ser considerada característica de vastas partes do âmbito tropical chuvoso. Com efeito, numa região escassamente habitada, a natureza selvagem ou, ao menos, uma natureza fracamente domesticada, fica em poder da porção essencial do território. Os esforços para o saneamento que se envidarem em tais condições, serão nulos; isso porque não é possível sanear uma área que não esteja sujeita ao contróle total do homem; porque é inútil sanear um território que há de tornar à selvajaria; porque o custo

de uma campanha de saneamento não corresponde aos benefícios obtidos quando rareiam os homens e as superfícies cultivadas são pouco extensas. Combater a malária ou a doença do sono numa região dotada apenas de alguns habitantes por quilômetro quadrado, é empresa pouco rendosa, fadada ao malôgro. Seria preciso pôr termo a todo o desperdício de dinheiro e de energia verificado em tais circunstâncias. O saneamento e a recuperação econômica acham-se estreitamente ligados. Vastas partes do âmbito tropical são susceptíveis duma verdadeira colonização a partir de zero. Se fôsse possível desenvolver economicamente tais territórios, sem levar em conta considerações econômicas e sociais, o melhor método seria concentrar a população em extensões restritas. Por exemplo, numa região de 10 000 quilômetros quadrados, que conta quatro habitantes por quilômetro quadrado, reunir os 40 000 habitantes em 800 quilômetros quadrados povoados com cinqüenta habitantes por quilômetro quadrado. Concentrar então todos os esforços da valorização econômica, de aperfeiçoamento técnico, de saneamento nesses 800 quilômetros quadrados. Um desenvolvimento econômico integral, assegurado pelos melhores métodos, permitiria obter rendimentos abundantes e regulares. O saneamento seria de fácil realização e manutenção, dada a existência de uma população numerosa, mais bem nutrida, numa natureza inteiramente domesticada. O excedente da população, que não deixaria de desenvolver-se, seria empregado em colonizar, consoante os mesmos métodos, sucessivos tratos do território de 9 200 quilômetros quadrados, que se despovoara em virtude de contração salutar imposta desde a origem da operação.

Amplas porções da África equatorial francesa, que não contam mais de um habitante por quilômetro quadrado e se despovoam assustadoramente, prestar-se-iam a experiência desse gênero, que se deveria tentar em bases bastante amplas e cuidadosamente levada a efeito. Não se terá assegurado o êxito senão mediante o maior rigor aplicado ao andamento da operação. A recuperação econômica (*mise en valeur*) deverá ser integral, o que imporá escolha criteriosa do território onde a população será previamente fixada. As culturas de sustentação deverão ser permanentes, sem repouso. Serão, por conseguinte, quer

do tipo arrozal inundado — podendo praticar-se outras culturas inundadas que não a do arroz — quer culturas secas, mas adubadas, de tal forma que o solo não se esgote e praticadas de modo que a erosão não remova os solos. Ao passo que os fundos aluvionais serão reservados às culturas de sustentação, as encostas das colinas serão aproveitadas para as plantações arborescentes cientificamente desenvolvidas.

\* \* \*

Tal plano pode parecer utópico. Cremos, todavia, que, desprezados esses métodos, não poderá a parte meridional da Ásia melhorar seu estado demográfico e permanecerá semi-desértica, habitada por uma população miserável e doentia, condenada à degradação orgânica, visto como melhores esforços sanitários não são capazes de corrigir-lhes o destino.

Levanta-se, a este propósito, uma questão, a saber: é de mister, portanto, renunciar a tôda esperança de retirar do mundo tropical as enormes quantidades de celulose que êle parece capaz de produzir e que a indústria moderna reclama com avidez crescente, que acoroçoará o aperfeiçoamento dos processos da fabricação do açúcar e de proteínas, partindo da celulose? É permitido responder com otimismo a essas questões. Em primeiro lugar, a floresta tropical, quando íntegra e compacta, quando é deserta, não se revela insalubre. A presença do homem é, com efeito, condição para a existência das moléstias infecciosas tropicais. Deparamos aqui uma noção já salientada: nada é mais perigoso para o homem do que uma zona tropical parcaamente povoada; pelo contrário, pode atingir-se relativa salubridade mediante o povoamento denso ou nos vazios de população.

Como conciliar essas necessidades contraditórias: evitar um povoamento diluído nas regiões de floresta e dispor da mão de obra indispensável à exploração da floresta? A solução a dar reside no estabelecimento de aldeias de lenhadores situadas em clareiras desbravadas, inteiramente exploradas, perfeitamente saneadas. Poderá atingir-se tal resultado mediante clareiras de um quilômetro de circunferência, ou seja uma distância mais longa do que o alcance de um vôo de anófeles. A mão de obra exigida pela exploração da floresta, se se dispõe de material me-

cânico adequado e se as vias de escoamento funcionarem bem, não ultrapassará de dois operários por quilômetro quadrado. Uma aldeia de trezentos operários bastará, portanto, a 150 quilômetros quadrados. As famílias desses operários e os lavradores que cultivarão a clareira elevarão a população da aldeia a um milheiro de pessoas. Todos deverão estar de retorno à aldeia antes de anoitecer a fim de evitarem as picadas do anófeles. A paisagem, afeiçoada pelo homem, será formada, portanto, de dois elementos: a floresta compacta, onde ninguém terá o direito de habitar e as clareiras saneadas. Da distinção rigorosa entre esses dois elementos dependerá o êxito da exploração da floresta. Reclama esta, por outro lado, uma verdadeira renovação artificial. As florestas intertropicais são geralmente muito heterogêneas e demasiado opulentas em essências sem valor para ser compatível com uma exploração fácil e remuneradora. É de mister transformá-las em sentido favorável às necessidades do homem. Tal cometimento é possível, mas requer um alto grau de technismo e de perseverança. As florestas espontâneas devem ceder lugar às plantadas pelo homem. Em nossas latitudes não se dá o mesmo? Ademais, a necessidade de reflorestar vastas extensões que os habitantes transformaram em savanas sem valor proporcionará a oportunidade de proceder-se a tal reflorestamento, a partir de zero.

\* \* \*

Quem não se apercebe das imensas dificuldades que defrota tais realizações? Impõe-se reagrupar as populações, impedir-lhes a vida dispersa em pequenos grupos, ensinar-lhes técnicas agrícolas que ignoram, inculcá-lhes princípios draconianos de higiene, proibir de queimar o mato, enfim ensinar princípios salutareos de exploração de floresta.

O primeiro obstáculo, cuja importância deve ser bem aquilatada é que as providências de renovação da população e da economia tropicais que foram expostas acima, formam um todo homogêneo e devem ser aplicadas integralmente e sem esmorecimentos. O saneamento e o aproveitamento econômico devem correr de par; nenhum saneamento sem aproveitamento econômico e vice-versa. As missões sanitárias, por mais bem intencionadas que

sejam, se revelam de pouca utilidade se sua ação não coincide com um aproveitamento racional. Tal princípio não constitui um truismo, pois a experiência de anos recentes nos ensina que habitualmente há sido perdido de vista. Saneamento e aproveitamento econômico devem tender à perfeição, se se cuida de que cada um desses cometimentos não venha a malograr-se. Um saneamento parcial não oferece nenhuma garantia de segurança, exige precauções contínuas, e, no final de contas, acarreta pesadas despesas anuais. Para ser verdadeiramente proveitoso o fomento de produção deve ser integral e levado a efeito com o maior rigor. Os compromissos, as meias medidas, redundaram em desastres porquanto não se realizou a total domesticação da natureza. Culturas mal dirigidas esgotarão os subsolos. A abertura duma estrada, duma via férrea sem se tomarem providências conexas de aproveitamento econômico, determinará um desbravamento abusivo das florestas, um desenvolvimento desordenado das culturas que produzirão a ruína e a erosão dos solos. Não há estabilidade possível para o povoamento entre a geografia humana característica das regiões quentes e chuvosas — populações fraquíssimas, agricultura itinerante, nos campos de queimadas, civilização atrasada, — e a geografia humana das regiões tropicais que praticam o aproveitamento econômico total, quer nos moldes tradicionais das planícies de zonas de monções da Ásia, quer seguindo os métodos da agricultura científica moderna. Um ou outro é tudo; as posições intermediárias não logram estabilidade. Um povo que houvesse realizado progressos demográficos e progressos intelectuais sem ter melhorado sua técnica de exploração da natureza, correria o risco de perder suas terras, em virtude da aceleração do ritmo das culturas, do encurtamento dos repousos e da destruição dos solos. Não se passa de um tipo a outro por transições sucessivas e sim por uma revolução técnica. A natureza tropical não tem a benevolência da natureza temperada; ela pune duramente as hesitações, as fraquezas, os erros. Todavia, um ataque resolutivo, movido sem tréguas até o êxito total, pode domesticá-la e fazer jorrar uma fonte inesgotável de riquezas.

A direção, simultânea, bem se vê, das empresas de saneamento e de aproveitamento econômico, exige uma dis-

ciplina de ferro. As fantasias individuais não podem ser toleradas, tanto no plano da higiene como no da agricultura, porque comprometem o êxito do conjunto. Um desbravador, amigo da solidão não poderá realizar seu sonho; destruiria muito mais riquezas do que as produziria; as doenças que o acometeriam seriam uma ameaça para o resto da população. Disciplina, portanto, mas quem a imporá? No momento em que declina a autoridade das potências colonizadoras, quem forçará aos autóctones e aos colonos europeus os reagrupamentos indispensáveis e a obediência absoluta que são as condições da boa mobilização da economia tropical? Por outro lado, os métodos democráticos culminam geralmente em compromissos, que não são compatíveis com as exigências do conhecimento científico. É interessante lembrar, a este respeito, a experiência da comissão sul-africana de investigação sobre a seca (1923); ela chegara à conclusão de que os processos irracionais de agricultura e criação eram particularmente responsáveis pelos efeitos mais daninhos da seca e acarretavam perigosa erosão dos solos; e acrescentava: "Infelizmente não é possível, num país democrático, que o governo tome providências que se adiantam demasiado aos desejos do eleitor médio".

Deve-se, portanto, pensar que a valorização do mundo tropical não será possível senão no quadro duma economia autoritária, submetida à vontade exclusiva de técnicos competentes? Decerto, em parte nenhuma se manifesta, como no âmbito tropical, a necessidade de uma direção da economia. A liberdade sem freio não cabe no caso. Bem longe de levar à prosperidade pelo equilíbrio de forças em competição, conduz à destruição irreversível da riqueza potencial. Nas terras dos trópicos, a liberação do homem será um triunfo sobre a natureza, que reclamará mais determinação, cooperação e planificação do que nas zonas temperadas. Exigirá, portanto, larga medida de coação. E se os técnicos se enganam? Para evitar erros colossais e catastróficos, cumpre proceder a experiências. Tais experiências serão limitadas no espaço, ainda que praticadas no terreno bastante vasto para que os resultados das mesmas, se coroados de êxito, sejam aplicados alhures sem modificação da escala e execução. Escolher-se-ia, para retomar o exemplo dado mais acima, um domínio de 10 000

quilômetros quadrados, na parte sub-equatorial da África equatorial francesa e se lhe aplicaria, com rigor extremo um plano de penetração da população, de saneamento total, de aproveitamento integral e da disposição da floresta. Poder-se-ia concentrar nessa superfície exígua os recursos de técnicos e de material. Se a empresa redundava em malôgro, não seria calamitoso e se terá aprendido certo número de coisas. Se fôr bem sucedida, ter-se-ão elaborado métodos seguros e formado um centro de população que será o ponto de partida de uma colonização de parte da África pelos negros; ter-se-á dado um exemplo contagiante. Tal deveria ser, no meu entender, um "plano" de valorização da África negra, um plano que se aplicaria em formar num espaço restrito uma população bastante densa, vigorosa, próspera, um plano que conferisse tanta importância ao homem quanto à economia. Um plano destes fôra talvez mais realista e mais idealista do que outros que se nos propõem e que ameçam dispersar esforços em empreendimentos superficiais, cujos resultados — quando existam — arriscam-se a ser aleatórios. E' de mister criar laboratórios regionais de valorização do mundo tropical. Isto requererá mais vontade e constância do que meios financeiros. Pensamos que esforços assim dirigidos produzirão efeitos mais proveitosos e mais duradouros do que tentativas demasiado amplas e frouxas de equipamento econômico estendido a superfícies imensas. O homem deve reconciliar-se com a natureza tropical e não será bem sucedido nisso se não lhe impuser uma domesticação estrita.

*Pierre Gourou.*

★

### "Goiás, Estado do Futuro" \*

O conceito de "país do futuro", emitido por um ilustre escritor a respeito do Brasil, tem a sua melhor aplicação neste imenso pedaço de terra que representa o coração do território nacional — o Estado de Goiás. Em que pese trezentos e tantos anos de história, os primeiros dos quais se perdem quase na bruma da lenda, pode-se dizer que a missão reservada a esta

\* Conferência realizada pelo Sr. Rafael Xavier, secretário-geral do I.B.G.E. na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, a 8 do corrente mês.

unidade da Federação ainda está por cumprir-se, ou mal começou. Em suas admiráveis possibilidades, em seus recursos latentes, repousam as grandes esperanças do que haveremos de ser, quando a unidade política do Brasil tiver encontrado o seu mais sólido suporte no nivelamento, com base nas cotas máximas do litoral, das condições econômicas e sociais de nossas diferentes regiões geográficas.

“Goiás, Estado do futuro”: bem lhe cabe esta legenda. Temos aqui, como de resto em toda a região mediterrânea do país, uma civilização em ser, vagarosamente elaborada, à espera dos fatores dinâmicos que não de realizar a sua integração num plano vivo e superior de cultura.

Há civilizações de que poderíamos dizer, forçando uma expressão teológica, que são “ato puro”. Nelas se integram, a um tempo, a história e a cultura. São verdadeiras “civilizações”, no sentido spengleriano. Culturas culminantes, quintessenciadas, vivem o ponto mais alto de sua linha de crescimento. Outras vão a meio caminho desse termo. Outras, finalmente, ainda no alvorecer, mal prenunciam a grandeza que o destino lhes reserva. São civilizações em potência e, ao contrário das primeiras — guardiãs de um fabuloso passado —, o futuro lhes pertence.

Assim é Goiás. Assim é o verdadeiro Brasil, este que, adormecido sobre os planaltos, no fundo dos vales ou no mistério das florestas, aguarda a sua hora histórica. Foi talvez um mal que redundou em bem, o seu longo abandono pelos dirigentes do país, logo após amortecido o último eco do tropel das bandeiras. Estas, sim, constituíram uma obra de verdadeira civilização brasileira, de interiorização de valores de cultura, nos albores de nossa formação. Depois, procedeu-se inversamente. Apegamo-nos à faixa litorânea e tímbramos em fixar na orla marítima o eixo da vida nacional, arranhando a costa feito caranguejos, para invocar a imagem feliz do historiador seiscentista. Mas, conservando-se este imenso Brasil interior praticamente à margem do processo de elaboração da cultura nacional, parece que se guardou para o aproveitamento integral de suas energias, pela técnica e pela ciência de nosso tempo. O ciclo da mineração, que dominou os primeiros séculos da vida goiana e nos quais se processou a exploração intensiva e prolugada de algumas riquezas minerais

do Estado, mormente o ouro, pouco representa diante da imensa oficina de atividades multiformes, em que toda esta região haverá de transformar-se um dia.

Ainda bem que a realidade desfez as imagens do narcisismo porque-me-ufanista. Se não somos ainda, como devêramos, um povo prático, já ultrapassamos, entretanto, o período contemplativo. Hesitamos sobre como explorar o petróleo, a energia hidráulica, os minerais estratégicos, mas sabemos que não os possuímos apenas para ostentá-los ingenuamente. A função social que modernamente caracteriza a propriedade particular, marca também a propriedade nacional. Numa época de carência como esta em que vivemos, a opulência, menos que um privilégio, é pesado encargo, a que os países e governos preventivos devem dar o melhor, o mais sábio desempenho, quer utilizando-a em benefício do bem-estar e da segurança nacionais, quer contribuindo para o bem-estar e a segurança de um mundo que, apesar das profundas divergências dos povos, tende, cada vez mais, a constituir “um mundo só”.

Cumpre-nos, porém, ser precavidos. A necessidade de intercâmbio, de cooperação internacional, se é um imperativo nas relações entre os povos, não deve constituir, entretanto, um sistema de exploração unilateral, de esgotamento das fontes de vida das nações ainda em formação. As riquezas de Goiás devem estar, inicialmente, a serviço do próprio Estado e do Brasil.

Quem conhece a situação desta unidade federada logo conclui que ela está muito longe de corresponder às possibilidades que vimos analisando. Recente monografia elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, à base de informações estatísticas, mostra, ao lado dos aspectos positivos, as imensas deficiências que lhe dificultam o desenvolvimento, comuns, aliás, a várias outras partes do Brasil. “Entendendo-se” — diz esse trabalho, no capítulo referente à “Situação Social” — “como índice de bem-estar físico-social a soma de serviços ao alcance das populações, verifica-se, no que respeita a Goiás, que esse índice está longe de traduzir uma situação muito animadora, conquanto não se apresente, comparativamente, como dos mais baixos. É o que se depreende, por exemplo, dos dados concernentes aos chamados melhoramentos urbanos, rea-

lidade que melhor se exprime nesse triângulo social — água, luz e esgotos”.

Quanto ao abastecimento d'água, por exemplo, apenas sete localidades eram providas desse melhoramento e somente a capital, Goiânia, dispunha de serviço de esgotos em 1945. Também deficiente era o aparelhamento médico-sanitário. A situação das populações goianas, neste particular, é de verdadeiro desamparo. Dos 55 Municípios, apenas 15 apresentavam tais serviços. Quanto à assistência hospitalar, o número de leitos no ano de 1942 era de 388 numa população de 871 600 habitantes, ou seja um leito para 2 246 pessoas. As despesas realizadas pela União, Estados e Municípios, nesse setor assistencial, têm sido mínimas. Em 1944, elas montaram a 3 635 730 cruzeiros, representando, em média, 66 000 cruzeiros por Município. A contribuição da União, nesse ano, correspondeu a 806 624 cruzeiros, ou 22% do total.

A situação financeira é assim apresentada: “Contida nos quadros de uma arrecadação modesta, a receita regional, aí compreendidas a do Estado e a dos Municípios, mostra-se incapaz de atender às crescentes necessidades ligadas à ampliação dos serviços públicos, à execução de obras de caráter social e ao fomento da riqueza. A exigüidade dos recursos financeiros, mais sensível ainda quanto às Municipalidades, tem sido, aliás, uma das constantes da vida do Estado, restringindo o campo das realizações governamentais”.

Entretanto, na modéstia da vida atual de Goiás, há um nobre e heróico esforço de renovação. Os índices de sua atividade, em nossos dias, acusam, de qualquer maneira, um avanço visível em relação a vinte anos atrás. A Revolução de 1930 suscitou em Goiás o início de uma nova era. O marco inicial de sua vida moderna foi a fundação, há poucos anos, desta cidade Goiânia, a cujo “batismo cultural” o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística emprestou o mais carinhoso e, no bom sentido, interessado patrocínio. O efeito memorável da construção desta cidade, em pleno mato brabo, nos recessos do Brasil, foi um toque de rebate para o despertar de energias centenariamente adormecidas. Goiânia é uma clareira aberta, no planalto semi-selvagem, pelos heróis de um novo bandeirismo que nunca mais deverá amortecer o seu ímpeto criador, pois

é imensa a obra civilizadora que se lhe depara.

Já se fazia necessário que este Estado sacudisse o torpor que lhe tolhia os movimentos, que reagisse por suas próprias forças, ao longo abandono em que o deixaram fazer os dirigentes do país. E era lícito esperar essa transmutação da alma goiana. Pois se há povo de fibra rija, de qualidades viris, de surtos empreendedores, este é um. O cenário bruto destes sertões moldou-lhe o caráter e determinou-lhe o estilo de vida, marcado de fortes tintas de aventura. Se é verdade que, a exemplo do que ocorre na região amazônica, a desproporção entre o meio e o homem nunca possibilitou a este a disciplina da natureza para os fins superiores da civilização, também é verdade que desse contacto áspero o homem saiu retemperado e engrandecido. Em torno dos misteres e dos azares da mineração, a princípio, e da atividade pecuária, mais modernamente, tem girado a vida social e econômica de Goiás, durante longos anos. Não houve ambiente propício à criação de um suporte econômico estável, em que se apoiasse o desenvolvimento da comunidade.

A legenda do ouro ilustra páginas e páginas de vossa história. Exercendo o seu poderoso fascínio sobre gerações inteiras, o ouro foi a vossa glória e a vossa perdição. Assim também os diamantes, as esmeraldas e as demais riquezas deste solo privilegiado. Em sua contemplação e fruição, deixastes de construir para os vossos filhos um patrimônio menos aleatório. E o pior é que a pobreza de Goiás raramente se cobriu com o ouro e as pedrarias do seu tesouro. Mais serviam à cobiça de aventureiros de todos os quadrantes e ao fausto dos governantes de aquém e de além-mar.

Quando baixou a febre aurífera, recolhestes-vos aos labores mais modestos, porém inegavelmente mais produtivos, da criação, nos pastos das extensas planícies. Também se destinava o produto dessa atividade ao abastecimento dos grandes centros do país. Mas, já então, começava a caracterizar-se uma forma de riqueza, que se ia transformar em fonte permanente de renda para o Estado. O surto da guerra, provocando a fome dos materiais estratégicos, veio, afinal, trazer para Goiás um renome quase universal de região produtora desses artigos de primeira necessidade bélica, mas trouxe, ao mes-

mo tempo, sérias perturbações à sua economia.

A guerra, entretanto, apesar de seu alastramento cada vez maior no tempo e no espaço, é um acidente. Repugna à nossa consciência cristã, democrática e progressista, concebê-la de outra sorte. Goiás não poderá — nem deseja — limitar-se à função de armazém de artigos de guerra ou de açougue das metrópoles.

Há-de se fundar aqui uma civilização digna dêste nome, para a qual a vossa linda cidade servirá de incentivo e padrão. Não é mera coincidência que a sua construção tenha ocorrido à época em que começava a esboçar-se o sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que viria suscitar em nosso país uma consciência nova, inteiramente voltada para a realidade e os altos interesses da Pátria. O Instituto acompanhou com profundo interesse a realização dessa obra, que correspondia a um dos objetivos fundamentais a que visam as suas atividades: a interiorização do progresso e dos meios técnicos, de maneira que desapareçam os imensos vácuos de cultura existentes no organismo nacional, em benefício de uma distribuição homogênea e equitativa dos valores de civilização. Só assim poderemos falar em uma cultura genuinamente brasileira, irradiante do interior da nação ao invés dêsse *make up* faustoso que, enfeitando as metrópoles litorâneas e algumas cidades mais distantes da linha do mar, apenas esconde a nossa decadência prematura.

Aquela época, o Instituto lançava as bases de uma obra que hoje se apresenta inteiramente delineada, quer em conjunto, quer nos seus pormenores. Concebida, de maneira inédita no país, em moldes federativos, pela cooperação franca e espontânea das três órbitas administrativas — União, Estado e Município —, ela adere plásticamente à realidade brasileira, estudando-a, analisando-a, interpretando-a, a fim de que, pelo seu conhecimento exato e minucioso, se possa realizar a grande tarefa de recuperação e propulsão das energias nacionais. Era impossível realizar tarefa tão ampla sem estender a todo o território nacional uma rede de órgãos coletores de dados e informações, um em cada Município. Assim se fez, aplicando o princípio de cooperação interadministrativa na celebração dos Convênios Nacionais de Estatística Municipal, de que resultou

o atual sistema de Agências Municipais de Estatística. Administradas e mantidas pelo Instituto, sem que deixem de pertencer à esfera do governo municipal, cada uma dessas Agências, ao lado de seu papel específico, há-de constituir um centro dinamizador da vida das comunas, apto a estimular e favorecer a consecução das iniciativas de maior interesse para o progresso local.

Sobre corresponder ao ideal de penetração da cultura, essa conduta do Instituto inspira-se naquele princípio capital de nosso Direito Público que é a autonomia do Município. Essa peça do mecanismo federativo era relegada à situação de coisa inútil, ou destinada, apenas, a desgatar-se no esforço inaudito e incomensurado de fazer andar a máquina. Sem ela, sem o seu *pivot*, a engrenagem não funcionaria. Humilde, mas indispensável — deveriam admitir os donos do Brasil. Mas, o seu raciocínio era inverso — indispensável, mas humilde. Isto é, desprezível, destinado a uma eterna e inglória servidão.

Além de iníqua, essa política era suicida. A grandeza de uma nação assenta na grandeza de seus Municípios, da qual é um simples reflexo. Do contrário, é uma grandeza falsa, como a dos ídolos de pés de barro. Era e é, em certo sentido, a grandeza do Brasil dos nossos dias. Ceva-se na espoliação do trabalho dos Municípios, cujas rendas são, em proporções substanciais, absorvidas pela União e Estados. Permiti que coloque diante de vós, como o tenho feito, em tantas outras oportunidades, perante brasileiros de todos os recantos da Pátria; o impressionante depoimento das estatísticas, sobre a distribuição de nossa receita pública. Em 1946, para um total de 21 626 195 mil cruzeiros arrecadados, cabiam à União 53%, aos Estados 33%, e ao Distrito Federal mais de 6%, reservando-se às circunscrições municipais a insignificante migalha de menos de 8%. Se excluirmos do total dêsses Municípios a parcela referente às capitais — de quase 4% — decresce ainda mais essa quota, porque, na verdade, as metrópoles arrecadam tanto quanto os Municípios do interior. O confronto dispensa comentários: enquanto a participação do Distrito Federal na receita pública, em 1946, era de 6%, todos os Municípios do interior do país — em número superior a 1600 — arrecavam, apenas, menos de 4%.

Os constituintes republicanos, ao darem ao Brasil a Carta de 1891, mol-

daram-na ao sistema americano, mas se esqueceram de assegurar à autonomia municipal a base econômica estável, que a deveria sustentar. Imitou-se da América do Norte o fenômeno exterior, ou seja o efeito: deixou-se esquecido o fato determinante de causa. Porque, na verdade, não pode haver autonomia sem base econômica assegurada.

Dêsse desajustamento adveio a consequência que era assinalada por lúcidos espíritos ainda no alvorecer do regime: a ilusão da autonomia. Agravou-se no correr dos tempos a decadência da vida municipal, a estagnação de nossas comunas, o abandono do Interior brasileiro. É este o panorama que os números documentam, advertindo-nos que cumpre mudar de rumo, a bem do Brasil.

Acentuei a gravidade do problema em conferência pronunciada, há cerca de dois anos, na capital da República. Repito palavras então proferidas, porque elas ainda não perderam a oportunidade. Ao contrário. Continuam a fixar os contornos da situação nacional. Dizia, então: "Assumiram, União e Estados, por uma inversão do sistema federativo, o controle e a execução de todos os encargos que, por definição e natureza, deveriam ser função dos governos locais. Criaram um aparelho burocrático centralizado para execução dos programas traçados e para tanto reduziram ao mínimo as possibilidades de desenvolvimento dos Municípios. Começou a obra lenta de sucção, não só de recursos, como de valores humanos. A vida municipal, estagnada, não proporcionava meios suficientes à população. As capitais cresciam para gáudio dos estadistas cuja capacidade administrativa se aferia pela abertura de avenidas ou construção de prédios suntuosos, porém nas mesmas capitais. E o orgulho nacional se enchia de entusiasmo pela obra de seus dirigentes, embora a fome e a morte rondassem nossas portas e desaparecessem, por falta de elementares recursos de higiene preventiva, trezentas mil crianças, anualmente. Tanto insistimos nos erros, que o problema, já agora, não é apenas do interior. O excesso de população nas capitais e o crescimento vertiginoso e desordenado destas estão a exigir, claramente, soluções que se não encontram de pronto".

As revelações que os resultados estatísticos oferecem, acerca dos problemas nacionais, provocam amargas

reflexões sobre os destinos de nossa Pátria. Ouvi-las e meditar-lhes a lição é dever de todos nós, responsáveis pelo Brasil de hoje, de maneira que possamos entregá-lo aos que vierem amanhã, sem risco de merecermos a censura de haver traído, apesar de tão graves advertências, a nossa missão histórica.

Cumpra a cada brasileiro encarar objetivamente os problemas nacionais, procurando menos fixar as suas repercussões exteriores, do que as causas profundas que os determinam. Sem que removamos essas causas, o país continuará a padecer do mal que Tórres diagnosticou; continuaremos a ser um povo sem organização.

As estatísticas já nos sugerem, ao mostrar a penosa situação a que foram conduzidos os Municípios brasileiros, qual a diretriz justa para que demos à nossa democracia vitalidade capaz de assegurar-lhe sobrevivência, em bases de justiça social. Para isto, é indispensável, antes de tudo, que se atribuam aos Municípios as prerrogativas necessárias ao perfeito cumprimento de sua missão, no mecanismo de nosso regime político. E a primeira dessas prerrogativas é a base econômica, sem a qual a autonomia se converte em mera ficção constitucional.

Felizmente, a mentalidade municipalista que ora se forma no país começa a permitir a correção de tão graves anomalias. São legítima conquista sua os princípios da Constituição de 18 de setembro, que estabeleceram critérios mais equitativos na partilha da receita pública. Este é o primeiro passo para uma obra de recuperação dos valores municipais e de incorporação das áreas decadentes ou incultas do interior ao patrimônio vivo da Nação, absolutamente indispensável à satisfação de suas necessidades imediatas e grandeza futura.

Uma medida radical e heróica, eu o espero, será, dentro em breve, o instrumento decisivo dessa nova política: a mudança da Capital Federal para o Planalto Central do Brasil. É uma velha aspiração dos brasileiros, que, pela clarividência e patriotismo dos legisladores de 1891, foi consagrada em nossa primeira Constituição republicana. Também figura na última, esta que nos rege, e é pensamento do atual governo fazer cumprir o inciso constitucional, transformando o sonho em realidade. Pode também o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

orgulhar-se de ser o principal animador dessa providência. A Resolução ainda recentemente baixada pelo Conselho Nacional de Estatística, e em que se formulam votos e sugestões acêrca da transferência da capital, encerra nosso ponto de vista oficial, os nossos sentimentos e as nossas razões de bons brasileiros, em face do importante problema.

Resumem-se, uns e outros, nos seguintes pontos principais: o ensejo que a transferência da sede do governo trará, para a completa mudança de rumos que a vida nacional está reclamando; a necessidade de corrigir os desastrosos efeitos da concentração litorânea e urbana sobre o vasto *hinterland* brasileiro, assim como o erro da fixação do centro político e administrativo inteiramente fora do fulcro geográfico, o que trouxe em consequência profundos desequilíbrios a um país da extensão e com os problemas do nosso; a importância dessa medida, como fator decisivo para a melhor distribuição dos influxos emanados da alta administração e da direção política do país, pelas suas várias regiões; a excelência das condições de vida do Planalto Central, para a obra de civilização interior que dará ao Brasil, pela primeira vez, a verdadeira posse de si mesmo; o fito de resguardar a sede do governo dos perigos latentes a que está sujeita na orla marítima, nesta época de tão graves perturbações mundiais.

Aos céticos e aos derrotistas dessa obra, poderemos apontar o exemplo admirável de Goiânia. O problema regional, resolvido pela vossa audácia, é bem uma miniatura do problema nacional, a resolver-se também com ânimo firme e tenacidade invencível. A mudança da capital de Goiás era uma velha aspiração e uma antiga necessidade. A idéia atravessou gerações, em altos e baixos psicológicos, até que vos coube a vós, goianos de hoje, a glória de realizá-la. Igualmente a da trasladação da sede do governo federal remonta aos tempos da Colônia, empolgou muitos espíritos, imobilizou-se na letra do Estatuto Fundamental, mas a força de inércia, que ainda nos tolhe, em grande parte, os movimentos volitivos, impedia que ela se transfundisse em realização concreta. Perfeito paralelismo. Apenas um contraste. Enquanto entre as causas da primeira figurava a decadência de uma cidade, a causa da segunda é, em parte, a excepcional

capacidade de desenvolvimento de outra cidade, que fez a nação sofrer o mal da macrocefalia: uma cabeça possante, num corpo débil.

Mas, o contraste é aparente. O mal do Rio de Janeiro não é tanto crescer em ritmo vertiginoso. Também assim cresceram outras cidades, como Nova York e Chicago, que não são capitais. O seu mal é a desproporção entre esse crescimento e o baixo nível de progresso que se assinala em quase todo o resto do país; é o desequilíbrio entre dois mundos econômicos e sociais: o da metrópole faustosa e parasitária, e o do interior, abandonado e desassistido. Imprimimos à nossa civilização um caráter artificial, descurando-se por completo de fazer dela um reflexo de condições mais íntimas e verdadeiras.

Talvez que até mesmo os fatores geográficos, influenciando a nossa formação hajam contribuído para a anomalia. Com efeito. Examinando em seu panorama geral, o território brasileiro se secciona em duas grandes áreas, de características diversas. A bem dizer, no mesmo sentido da linha de Tordesilhas dividem-se as terras: a leste — onde a civilização floresceu e se desenvolveram os maiores centros demográficos — o compacto maciço de montanhas; e a oeste, as planícies do vastíssimo sistema fluvial do Amazonas. A leste, os vales estreitos, as baixadas pouco extensas, os limitados altiplanos, são apenas desdobramentos rápidos de uma volumosa massa de argumentos da crosta terrestre, que alcançam altitudes consideráveis. A oeste, o alongamento dos afluentes amazônicos, de curso caprichoso e pobre de quedas d'água, indica a exígua declividade dos terrenos, a inexistência de desníveis abruptos. Os rios vão buscar, em sua maioria, as distanciadas vertentes andinas. Alguns nascem no próprio maciço do leste.

As primeiras penetrações civilizadas, em terras brasileiras, tendo-se realizado pelo litoral atlântico, constituíram, por isso mesmo, a luta contra a escarpa, a ascensão lenta, a conquista dos montes. Nada se passou aqui nas condições de desbravamento das regiões platinas, em que ao descobridor se depaou o horizonte baixo de grandes extensões planas. É, realmente, digno de realce que a civilização brasileira se haja fixado a leste, no complicado sistema orográfico que a condiciona. Essa base física, em que assentam já hoje atividades tão extensas quão in-

tensivas, não poderia deixar de produzir efeitos profundos sobre a capacidade do homem e sobre as possibilidades de domínio da natureza.

Entretanto, todos os ciclos econômicos da vida brasileira, que chegaram a deixar os marcos de uma ação mais duradoura, se desenvolveram a leste. Nenhuma iniciativa envolvendo o trabalho sedentário, que caracteriza o estágio mais avançado da atividade humana, se orientou no sentido do grande planalto central, das terras planas do oeste.

A influência decisiva do clima explica, entretanto, essa permanência nas bacias do Paraná, do São Francisco, do Paraíba e numa série de pequenas outras que vão acidentando a costa atlântica. Nestas regiões, o clima temperado, ou, quando muito, sub-tropical, admitia a adaptação do imigrante europeu, afeito às baixas temperaturas ou, ao menos, às temperaturas médias. O regime equatorial do oeste não permitia ingresso fácil. Assim, em zonas de relevo extraordinariamente acidentado, surgiu a agricultura nacional, fundaram-se cidades, abriram-se as vias de comunicação e transporte.

Não houve, como seria meramente instintivo em outras circunstâncias, certa coordenação de esforços entre os vários núcleos civilizadores que se iam formando. Esse primeiro impacto da civilização com uma natureza rica, porém agressiva, deixou, aqui, ali, acolá, núcleos esparsos e desarticulados de população. O oportunismo, as vantagens imediatas da exploração momentaneamente rendosa, tiraram a perspectiva do desenvolvimento futuro. Formaram-se verdadeiros centros autárquicos, que depressa reconheceram a impossibilidade prática de maior expansão, pelo isolamento em que se haviam lançado.

Mais tarde, quando se iniciaram as ligações rodoviárias e, depois, as ferroviárias, constatou-se a espantosa dificuldade da tarefa de pôr em contacto cidades que eram, uma em relação às outras, e pelo caminho mais curto, quase inacessíveis. Além disto, os centros de produção, principalmente da produção agrícola essencial, deveriam servir aos de consumo, dos quais os mais importantes estavam situados na orla litorânea.

O problema econômico da distribuição de bens no Brasil teve, portanto, sua origem na própria formação do

meio físico e agravou-se nas etapas iniciais do povoamento. As vias de comunicação se apresentaram como ponto crucial de nosso progresso; o traçado caprichoso das linhas férreas e rodovias, o custo elevadíssimo dos trabalhos de construção, tornaram impossíveis ou dificultaram consideravelmente os planos de escoamento regular da produção.

Assim sendo, os principais meios de transporte passaram a servir, em maior escala, ao comércio exportador. Os mercados internos não compensavam, por seu baixo poder aquisitivo, as tarifas elevadas. O comércio com o estrangeiro, ao contrário, era um elemento propulsor do sistema de transportes. A esta circunstância se deve atribuir o fato de haver sido o Brasil, desde seus primeiros tempos, país de vultosos negócios com o estrangeiro, de abastecimento interno difícil e de nível de consumo sempre baixo. As ferrovias e rodovias servem ou tendem a servir a interesses que se sobrepõem, de forma sensível, aos da grande massa consumidora — paupérrima. Há, portanto, um defeito orgânico a corrigir em nosso sistema político.

A concentração demasiada de valores no leste e a formação das grandes cidades à borda do Atlântico teriam, fatalmente, de influir na civilização nascente e produzir efeitos penosos nas demais regiões do país. Para corrigi-los, faltou-nos a "arte política", que daria sentido objetivo à formação econômica e social do vasto interior brasileiro, através da vitalização dos Municípios. É para esta obra que nos conclamam, no momento, as reservas melhores de nosso patriotismo.

Implantaremos no país a civilização mediterrânea a partir de quando um governo, um parlamento, os órgãos mais altos da administração nacional estejam em funcionamento aqui, em cima deste planalto, em pleno coração do Brasil, sentindo-lhe os anseios e auscultando-lhe as necessidades. Praza aos céus que não demore esta providência. O país não pode sofrer por muito tempo o processo de absorção de suas melhores energias pelo polvo burocrático-tributário agarrado à sede da União e dos Estados — quase todas espalhadas no litoral — mas a distender suas centenas de tentáculos para envolver o corpo inteiro da nação e sugar, impiedosamente, os Municípios brasileiros, já exauridos e esgotados. Se outras vantagens não trouxesse a interiorização da capital, traria ao

menos a de permitir se applicasse o rendimento dessa aparelhagem, não à faixa litorânea apenas, mas, antes de tudo, ao interior do país. Como o litoral já se beneficiou bastante da situação atual, caberia a vez agora ao centro-oeste, à planície amazônica ou seja, às nossas grandes áreas mediterrâneas.

Confiamos, porém, em que, com as renovações que a mudança da capital trará à vida brasileira, se transformará, por sua vez, a mentalidade administrativa reinante, com a vitória integral do Município contra a exploração e a iniquidade. Equilibradas e harmonizadas, então, as três esferas da hierarquia federativa, o Brasil crescerá eugênicamente, como um organismo sadio e bem proporcionado.

Ainda estamos longe dêsse ideal. Vamos a meio da áspera caminhada. E o estímulo para prosseguir emerge aqui do Planalto, onde se operou o milagre da transfiguração das energias nacionais no levantamento desta *urbs* maravilhosa, encravada na solidão dos descampados.

Rafael Xavier.

★

### Etnografia brasileira

Por virtude do carinho que sempre consagrei aos nossos irmãos das selvas, tenho sido honrado com a oferta de diversos trabalhos, dados à estampa nestes últimos tempos, e respeitantes aos primitivos donos dêste formoso Pindorama. São onze monografias, das quais darei notícia crítica muito sucinta.

O Dr. J. Fernando Carneiro (cujos interessantes artigos, insertos num jornal carioca, eu já havia lido desde 1943, graças à gentileza do notável fisiólogo Dr. Arlindo de Assis) escreveu sobre "Antropofagia entre os indígenas do Brasil" (Rio, 1946), e o seu optísculo revela um autêntico homem de ciência, além de desenodoar os nossos fetichistas da pior coima que até agora sobre eles é lançada. Creio ter sido um dos poucos que o hajam precedido em tal catarse. Com efeito, em minha *História do Brasil* (Rio, 1942), às págs. 40 e 45, já eu dissera dos tupis: "eram apenas andrófagos, não sacrificando nunca as mulheres, donde a existência das "marabás". Atribuindo semelhante costume ao "totemismo do sangue", acrescentei que dêste também "provinha a preponderância do homem sobre

a mulher, assim como a denominação dos membros da família, os quais recebiam designações diferentes, conforme a linha, paterna ou materna, a que pertenciam". E ainda expliquei: "Modalidade típica dêsse totemismo do sangue era a "couvade", existente em quase tôdas as cabidas do Brasil".

O ilustre brasileiro passou em detentosa revista as principais publicações em que foram feitas referências aos primitivos habitantes das nossas plagas por europeus, confrontando a mentalidade dêstes com a dos nossos silvícolas, e, assinalando as contradições que nas obras daqueles se lhe depararam, pôs em destaque a influência que nos mesmos exerceu a civilização da época. Basta dizer que num mapa de 1490, do qual reproduz duas estampas (págs. 28 e 29), figuravam, entre Ceilão (Taprobana) e a península de Malaca (Aurea-Kersoneso), três arquipélagos (os das ilhas Barussas, Sindas e Sabadicas) tidos como habitados por antropófagos.

Examinou os casos de observadores contemporâneos, patricios nossos que estiveram entre mongolóides das florestas matogrossenses e, aproveitando, por fim, o estudo devido ao professor argentino José Maria Monzón, *La antropofagia en America* (Santa Fé, 1903), assim se expressou: "O hábito de os indígenas brasileiros comerem carne humana foi coisa duvidosa, talvez inexistente, ou de qualquer sorte muito menos geral do que se tem dito. Talvez inexistente... Com efeito, assim o julgamos no que se refere aos índios brasileiros. As testemunhas oculares são escassas e inidôneas. Não há um só documento que tenha o valor de uma prova irrecusável".

Sabe-se que os nossos fetichistas não domesticaram nenhuma espécie zoológica das existentes aqui. No Brasil não havia animais arrebanháveis. Se em algumas tribos foram encontrados papagaios e araras, afirma, com sobeja razão, o Dr. J. Fernando Carneiro, em sua erudita nota às págs. 17-20: "Esses animais não são domesticáveis. São aprisionáveis e amansáveis. Para serem domésticos, seriam necessárias três condições: mansidão hereditária, sociabilidade e fecundidade em cativeiro".

O trabalho do nosso sobredito patricio é, enfim, uma luminosa e inestimável lição, destinada aos raros estudiosos da etnografia brasileira.

O Dr. João Francisco de Sousa fez-me, no ano passado, a fineza da oferta

do seu volumito *Origem e significação do apelativo "carioca"* (Rio, 1946), ensaio precedido de uma carta endereçada ao autor por seu amigo o Dr. João da Costa Ferreira.

É um escrito que interessa simultaneamente à história do Brasil e ao idioma do grupo principal dos nossos fetichistas. O seu competente lucubrador recenseou tudo quanto leu nos melhores cronistas, nossos e alienígenas, não somente a propósito da primeira casa erguida às margens da baía de Guanabara por um branco europeu, como ainda no tocante aos vocábulos componentes do topônimo "carioca", depois transmutado numa espécie de designativo gentilício.

A princípio, eu também me havia inclinado exclusivamente para a signi-  
cação de "casa do homem branco": mais tarde, porém (como se pode ler à pág. 286 da 3.<sup>a</sup> ed. de minha *História do Brasil*, Rio, Livraria Francisco Alves, 1945), julguei razoável admitir uma segunda hipótese com relação ao dito vocábulo, assim declarando: "casa, morada ou paradeiro dos cascados (peixe da família dos loricariídeos), se composto de "acari" e "oca".

Esta última presunção parece-me atualmente a mais aceitável, pelas ponderosas razões que vou expor muito de corrida. A palavra "branco", quando aplicada ao ser humano, corresponde em nheengatu e avanheen a "carai", voz sempre conservada assim (senão apenas, alguma vez, com a eufônica mudança do "c" para a sua homôfônica "g") nos vocábulos compostos, como "carai-bebê" ("anjo", isto é, "branco-que-voa"), "mongarai" ("baptizar", isto é, "fazer branco") e "Ipa-carai" (topônimo de uma lagoa paraguaia). Ora, seria muito difícil explicar a queda do segundo "a" de "carai", no caso de admitir "carioca" significando "casa do homem branco". Para a outra suposição, forneceu-me um verdadeiro raio de luz a obra monumental do padre Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Com efeito, entre as páginas 400 e 401 do vol. I, acha-se um mapa (que o erudito jesuíta afirma, à pág. 586, haver extraído de um "códice quinhentista") no qual "Acarioca" é o nome do rio que corre abaixo do morro do Castelo, entre este e a enseada de Botafogo, "casa do peixe "acari", portanto, que não "casa do homem branco".

Os naturais de Buenos Aires dizem-se "porteños" e os desta nossa "Cidade-

Maravilhosa" são "cariocas". Bem andou o Dr. João Francisco de Sousa em buscar explicação de um brasileiro até agora imerso em tanta obscuridade.

Foi publicada no ano transato uma conferência do Prof. Nélson de Sena, epigrafada *A influência do índio na linguagem brasileira*. Revela esse opúsculo, dado à estampa pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios, um considerável esforço do ilustre docente da Universidade de Minas Gerais no sentido de demonstrar quanto os nossos tupis contribuíram para opulentar o léxico luso-brasileiro. Infelizmente, porém, o trabalho do meu referido coestaduoano saiu inçado não só de inúmeros erros tipográficos, como de alguns equívocos que merecem assinalados.

Deixo de lado grafias erradas de palavras portuguesas, como "iquitiologia" (ictiologia), "pré-cabralino" (pré-cabralino), "selvicola" (silvícola), "vaquejador" (vaquejador) e outras, para adstringir-me aos vocábulos indígenas. O nome do tupi primitivo, falado no Paraguai, é *avanheen* e não *abaneenga* do mesmo jeito que o grupo antigamente chamado tapuia é hoje designado por "gé" e não "gê". "Obim" "guaimumbi", tamoio) são vozes incorretas, que devem ser substituídas por *obi*, *guainumbi* e *tamóio*. Para esta última prosódia, basta ler a expressão "tamuyas hostes", empregada por Anchieta no seu "Poema da Virgem" (1940), traduzido pelo padre jesuíta Armando Cardoso e publicado pelo Arquivo Nacional.

Não têm origem típica cinco substantivos arrolados pelo Prof. Nélson de Sena às págs. 7, 9 e 10 como pertencentes ao nheengatu "bocaina", "loca" e "uvaia" são vernáculos; "inhame" é quimbundo; e "jangada" é malaiala.

O nome indígena da palmeira "cocos coronata" foi alvo de muitas corruptelas, não sendo, portanto, única, nem a mais geral, a forma "licuri", apresentada pelo Prof. Nélson de Sena, pois que ela é também chamada *ariri*, *aricuri*, *alicuri*, *nicuri* e *ouricuri*. Por outro lado "jatai" e "jatobá" não são espécies diferentes, mas apenas uma dupla forma popular e indígena da leguminosa cientificamente conhecida por *Hymenaea courbaril*. O mesmo acontece com a "cueira", que tanto fornece a "cuia", quanto o "cuieté" (não "côité", como se lê à pág. 10), pois é a mesma bignoniácea a que os sábios apuseram o rótulo de *Crescentia cuiete*.

O meu prezado confrade, à mesma pág. 10, fala no "forno quente do *ducán* e do *moquém*", quando *boucan* é simplesmente a palavra francesa correspondente a *moquém*, não sendo este propriamente um "forno", mas um grosso espêto de madeira. Além disso, "tucuruva", como se vê até no *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, é o cupim abandonado pelas térmitas que o construíram, e não a "trempe de pedra", a qual é expressa pela voz típica *itacuyua* ou *itacuruba*, aferesada na bôca do povo para *tacuruva*, *tacuruya*, e *tacuruba*. Mais adiante (pág. 20), o Prof. Nélson de Sena distingue "arambari" de "alambari" ou "lambari", quando a primeira é a voz exata, corrompida nas duas outras da sardinha fluvial, pertencente à família dos caracínideos.

A pág. 16, aparece "Bartira", casada com João Ramalho, como filha de "Piqueroibi" (o correto é piquiroibi, "peixinho verde"); mas, felizmente, êsse engano desfaz-se à pág. 27, onde ela já é dada como filha de Tibiriçá.

O escritor mineiro fala dos adornos, adereços, enfeites e ornatos ameríndios" (para mim, os quatros substantivos se equivalem semânticamente), dando como coisas diferentes "acani-tar" (o corrente é "canitar") e "acangatar", quando aquela é apenas a forma poética desta última e inclui entre os tupinismos a palavra "pijama", a qual sem dúvida alguma, revela cunho oriental (da Pérsia ou do Indústão), tendo sido importada da Inglaterra para o nosso léxico.

Não deve continuar a ser propagada a errônea de confundir-se o "urubu" com o "corvo". No Brasil não há "corvos", nem "abutres". O sábio Dr. Rodolfo von Ihering, quer em nota à pág. 63 dos seus *Contos de um naturalista* (1924), quer em seu excelente *Dicionário dos animais do Brasil* (1940), demonstrou que os nossos urubus e os corvos europeus têm apenas de comum a côr negra da plumagem. Os de além-mar formam a família dos corvídeos, ao passo que os nossos pertencem à família dos catartídeos. Afora essa observação, imprescindível à asserção contida no final da pág. 19, penso que o Prof. Nélson de Sena devia preferir as formas "jandaia" e "nhadaia", que empregou, com tanto acêrto, poucas linhas antes, à de que usou (nandaia), e substituir por um artigo masculino o feminino que deu a "jaô".

À pág. 21, além de um "iambaré" que desconheço, o catadrático mineiro considera como diversos alguns peixes nossos, nos quais ao lado dos nomes integrais aparecem os meramente apocopados, como "piracanju" e "piracanjuba", "piraju e pirajuba", "piratã" e "piratanha", e distingue ainda "pirape-tinga" e "pirapitinga", sem razão plausível, ou melhor dito, sem vislumbre de razão.

À pág. 22, lê-se: "o mucura (cangambá)". Ora, a nossa "mucura" é marsupial e popularmente conhecida por "gambá", ao passo que o "cangambá" é mamífero, da ordem dos carniceiros, e tomou diversos apelativos, como "intataca", "jaguaritaca", "jaritataca", "jeritacaca" "maritacaca" (ou simplesmente "tacaca"), assim como "marita fede" e "zorrilho". A êsse mistelídio correspondem os designativos científicos *Conepatus chilensis* e *Conepatus suffocans*.

Gritante incoerência perpetrou o etnógrafo patricio, porquanto, à pág. 23, se fez adepto do sistema da invariabilidade numérica dos etnônimos, escrevendo "os tupi e guarani, os gê ou tapuia, os aruaque e cariba" (note-se que eu grafo sempre o "gês" e os "caraiabas"), para na seguinte pág. 24 adotar os plurais "cariris", "cataguás", "caiapós". A meu ver, "buavas" e "emboabas" constituem um *doublet* que não indivíduos diferentes. Além disso, para o Prof. Nélson de Sena só há "caičaras" na Ribeira de Iguape, ao passo que eu sempre os avistei em todo o litoral paulista.

Causou-me estranheza que o meu coestadano aceitasse os qualificativos "indecisos" e "apalermados" para os indivíduos tidos em conta de "panemas", quando êste adjetivo típico tem a acepção de "infelizes" ou "desgraçados". A pág. 25, escreve êle: "atitados *caraibebês*, espertos *piagas* e sabidíssimos *pajês*". Ora, o vocábulo composto *caraibebê* ("branco-que-voa") quer dizer "anjo" evidentemente de criação post-cabralina, enquanto ao seu chefe espiritual davam os nossos tupis o título de "pajé", desconhecendo êles inteiramente tanto o "piaga", quanto a "inubia" e os "manitôs" do famoso canto de Gonçalves Dias, que ainda preferia "Tupá" a "Tupã".

Acredito seja "cecém" uma forma aliterada, contracta e popular de "açucena" (palavra arábica), e estou certo de que "Ceci" não passa de um hipocorístico de "Cecília", — em que pese

ao excesso de fantasia do Sr. Nélson de Sena. Este, se soubesse o nheengatu, jamais traduziria "Ceci" por "minha mãe" expressão que na chamada língua geral corresponderia a "Xecy".

Foi pena que o escritor mineiro perfilhasse como típico o vocábulo "cacique", de todo estranho ao principal grupo dos nossos silvícolas, preferisse a palavra "chefe" a "pajé" no tocante a Araquén, masculinizasse "marabá", que não pode deixar de ser um substantivo feminino, e, finalmente, houvesse incluído entre os "romances" de José de Alencar as *Cartas sobre a Confederação dos Tamotós* (Rio, 1856), que o grande prosador publicou como pseudônimo de "Ig".

Expurgado das inúmeras repetições e dos muitos erros tipográficos, assim como dos equívocos que nele acabo de apontar muito ligeiramente, o trabalho do Prof. Nélson de Sena poderá prestar bom serviço aos nossos brasilianistas.

De muita valia para os tupinólogos são os *Estudos sobre o nheengatu* pelo Dr. Vicente Chermont de Miranda, separata dos *Anais da Biblioteca Nacional* (1946), com uma "Explicação" do Dr. Rodolfo Garcia e uma "Notícia bibliográfica" (págs. 7-11) que do eminente brasileiro traçou seu digno filho, o Dr. P. Chermont de Miranda. Quando este me honrou com a sua visita e a oferta dos *Estudos sobre o nheengatu*, não deixei de aproveitar o grato ensejo para sugerir-lhe uma nova edição de um dos mais prestimosos trabalhos (já de todo esgotado) do Dr. Vicente Chermont de Miranda, o *Glossário paraense ou coleção de vocábulos peculiares à Amazônia e especialmente à ilha de Marajó*, aparecido em 1905.

Vou aproveitar aqui algumas notas que lancei à margem dos *Estudos sobre o nheengatu*: A primeira delas refere-se à palavra "acutipuru" (pág. 50), da qual não sei se é metátese "cuatipuru", da predileção do autor. Ora, tendo eu encontrado outras grafias, "agutipuru", "coatipuru", fico hesitando quanto à parecença que os nossos silvícolas porventura acham entre o aludido esquilo (que é um sciurídeo) com a "cotia" *acuti*, *aguti*, cavideo, cientificamente chamado *Dasyprocta aguti* ou com o "cuati" ("coati" e "quati"), procionídeo, denominado pelos sábios *Nasua narica* (antes, e melhormente, *Nasua socialis*). Observei apenas que o Dr. V. Chermont de Miranda limitou o campo dos outros apelativos do curioso animal, dizendo: "No sul o *cuatipuru* recebeu a denomi-

nação espúria de caxinguele". Realmente, caxinguelê parece voz quimbunda, tanto mais quanto se sabe que "catinga" é o mesmo que "caxinga". Em Minas e São Paulo, sempre ouvi dar-se ao *Sciurus aestuans* o nome de "serelepe", o qual passa a "caxinxe", "caxinxim" e "caxinguelê", na terra fluminense. Rodolfo von Ihering, em seu *Dicionário dos animais do Brasil*, ainda lhe admite novos apelativos, como "coatiapê" (*quatiapê?*) e "coati-mirim", este último usado em Pernambuco. O notável cientista, que acabo de citar, traz sobre o "serelepe" curiosas informações folclóricas, relacionando-o entre os animais invocados para o acalento das crianças, e enumerando, além dêle, o "docucu", o "jacurutu" e o "murucututu". O "acutipuru" tornou-se um velho conhecido meu, por dois motivos. Foi essa a epígrafe de uma bela poesia onomatopaica de Gaston Figueira, (veja-se *Mi deslumbramiento en el Amazonas*, Buenos-Aires, 1935), a qual eu traduzi e ofertei à então diretora do Jardim de Infância do Instituto de Educação (dirigia eu interinamente, naquela ocasião, a importante casa de ensino); e tive a honra de prefaciá-lo um instrutivo trabalho patriótico de D. Carmen Unzer, intitulado *Caxinguelê* (São Paulo, 1929).

À pág. 55, deparou-se-me o vocábulo "aquê-quê", aplicado a uma formiga pequena. Além de mencionar-lhe a forma guarani, "aquêquê", presume o autor seja o mesmo inseto conhecido no Pará por "macu". Faltou-lhe, porém, dizer que a forma generalizada em nosso país é "quem-quem" mirmecínea a que se refere Rodolfo von Ihering, em seu já citado *Dicionário*.

É provável que o nosso ouriço-cacheiro (que não pertence à mesma família zoológica de além-mar e nada tem com o "porco-espinho" europeu e norte-americano), chamado em avanheem "cuim" e em nheengatu "coandu", haja sofrido adulteração para "coendu", a qual serve de explicação ao seu nome científico, donde a família dos "coendídeos". Agora os três adjetivos citados pelo Dr. V. Chermont de Miranda, *prehensilis* (*prehensibis* não passa de erro tipográfico), *melanurus* e *insidiosus*, ainda existe o *villosus*, o maior da nossa fauna, minuciosamente descrito pelo Dr. Rodolfo von Ihering.

À pág. 79, incluiu o preclaro paraense a espécie de abelha (ainda de classificação duvidosa, consoante o sábio acima referido, baseado em A. Du-

cke), cujo designativo indígena evoluiu, segundo penso, de "iratim" ou "eratim" para "iraxim", "eraxim" e "erexim". Este último composto, grafado geralmente "erechim", tornou-se topônimo de uma colônia agropecuária sul-riograndense. Não creio que a sua etimologia exata seja "yara-chaim", pela dificuldade de explicar-se a queda do "a" de "xain" que quer dizer "crespo" (voz encontrável em "pixaim", carapinha ou cabelo encarapinhado).

Traz o glossário (pág. 99) palavra "saborá" ("provisão de pólen que as abelhas armazenam para sustento dos filhos"), dando-lhes as correspondentes em avanheen, "teborá" e "heborá". Não menciona, porém, "borá", forma aferesada, senão primitiva, que obteve matrícula no *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*. Parece-me que "saborá" é grafia preferível à do autor.

Como se vê, o trabalho do Dr. V. Chermont de Miranda constitui valiosa contribuição para a filologia brasileira.

Ao erudito padre Dr. Antônio Lemos Barbosa (que à sua profícua atividade magisterial adicionou agora a de capelão do Exército nacional) devem-se dois novos opúsculos, concernentes ao idioma dos primitivos donos da terra de Santa Cruz. O primeiro, publicado em 1947, versa sobre uma *Nova categoria gramatical tupi*, cujas notas patenteiam o muito que leu nos mais autorizados tratadistas a propósito do adjetivo demonstrativo do nheengatu e do avanheen. O segundo vindo a lume no corrente ano, estuda o *Vocabulário na língua brasileira*, que o Prof. Dr. Plínio Airosa tirou do ineditismo em 1938. Atribuído a Anchieta por muito tempo, não tardou o insigne padre Serafim Leite (em sua admirável *História da Companhia de Jesus no Brasil*) a considerá-lo como da lavra de outro iniciano, o padre Leonardo do Vale. O meu egrégio amigo e ex-vigário de Lambari, prescinde, como declara na "Advertência", da questão da autoria". Do que ele especialmente cuidou foi de examinar a "índole interna da obra" e as "informações lingüísticas" que ela contém. Escusado é dizer que tudo isso ele o conseguiu com a competência e probidade de que tem dado sobejas provas.

Conta a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo dois novos e operosos docentes, que são os Srs. Carlos Drumond e J. Philipson, os quais

me têm distinguido sempre com a oferta de suas monografias, respeitantes à matéria que lecionam.

Do primeiro recebi não só as eruditas *Notas sobre algumas traduções do Padre-Nosso em tupi-guarani* (1948), como a separata sobre *Os túmulos Kaingang de Parapuã* (1947), em colaboração com J. Philipson. Encerram esses trabalhos observações de sumo interesse para a nossa filologia e a nossa etnografia. No extraído da revista *Sociologia* há uma nota que me cumpre pôr em destaque, a fim de mostrar a pressa com que são organizadas as nossas obras de maior fôlego. Lê-se ali o seguinte: "Murundu é a palavra usada na região para designar os montículos de terra". Ora, o *habitat* dos kaingangs foi sempre no sul do nosso País. Entretanto, quem manusear o *Pequeno dicionário brasileiro da língua portuguesa*, nêle encontrará o brasileiroismo "murundu" com o exato significado de "montículo", porém atribuído ao nosso nordeste. Aproveito a oportunidade para tornar público que, há alguns anos, fui convidado para uma alentada e bem remunerada tarefa, qual a de rever o aludido *Pequeno dicionário*, com a condição de preencher-lhe anonimamente as lacunas. Claro está que me repugnou tal faina, porquanto não almoedei nunca a minha pena para colaborações anônimas.

O Prof. J. Philipson teve a amabilidade de oferecer-me dois opúsculos, ambos dados à estampa em 1947, *Em abono de Batista Caietano — Nota a propósito de três poesias tupis atribuídas a Anchieta e Debate sobre o plural dos etnônimos*, este contendo as cartas que o ilustre docente da Faculdade de Filosofia da capital bandeirante recebeu do seu colega Dr. Silveira Bueno.

A pág. 32 do primeiro dos citados trabalhos, lê-se que "moesay" significa "fazer lágrimas", "fazer chorar", "chorar". Entretanto, o *Vocabulário de Montoya* traz, a pág. 50, "amoeçay" como equivalente de "alegrar", e, à pág. 355, "ayaceó como correspondente de "chorar". Como explica isso o Prof. Dr. J. Philipson?

No que toca ao plural dos etnônimos, já tenho expendido, desde alguns anos, a minha opinião, radicalmente adversa ao assigmatismo exigido por certa convenção internacional de homens de ciência. Após insistentes convites, fiz parte de uma seleta comissão destinada à organização de normas e de verbetes da malograda *Enciclopé-*

*dia brasileira*. Compunha-se ela de seis sábios modernistas (Augusto Meyer e Americo Facó, diretor e secretário do Instituto Nacional do Livro; Miguel Osório de Almeida, Roquete-Pinto, Gastão Cruls e Prudente de Moraes Neto) e de um não-sábio passadista (eu). Quando discutiui ela o caso do plural dos etnônimos, me opus a que triunfasse um esquisito preceito com o qual não se acomodava a índole do nosso idioma, nem mesmo a lógica mais elemental.

Ponderei aos meus preclaros companheiros que todos os escritores lusobrasileiros, inclusive um clássico da excelstitude de Vieira, sempre adotaram a forma do plural nos nomes de tribos ou grupos indígenas, *ad instar* das demais coletividades humanas. E acrescentei que chegaram alguns dos nossos velhos historiadores e memorialistas a introduzir no vernáculo um plural duplo, ainda encontrado nos designativos de certas cabildas, cujo singular terminava em "ã": "cataguases", "goitacases", "guaianases", por exemplo, apresentam aquela anomalia, por suporem os cronistas daquelas priscas eras que o singular de tais etnônimos terminava em "z", como grafavam êles então: "cataguaz", "goitacaz", "guaianaz".

Argumentei com o ilogismo brandante de se escrever o artigo corretamente no plural, deixando-se o etnônimo no singular ("os borôro") e fiz ressaltar o absurdo de apenas aceitar-se tal sistema para certas coletividades humanas (as de civilização atrasada), quando assim não se procedia com relação às demais, que haviam evoluído da sua primariedade para a cultura atual, embora os instintos bélicos de algumas delas fôsem piores que os dos nossos índios. Perguntei: — Por que não dizemos também "os alemão"?

Uma vez introduzida em nosso idioma a famosa regra internacional, os nossos desgraçados silvícolas ficariam abaixo de muitos sêres de escala zoológica. Tratando-se de índios, teríamos que escrever: "os carijó", "os gavião", "os maracajá", "os urubu". Mas se nos referissemos, até num compêndio científico, a exemplares da nossa fauna, diríamos: "os carijós (galos)", "as carijós" (galinhas), "os gaviões", "os maracajás" (gatos do mato), "os urubus".

O mais grave, porém — como já tive ensejo de assinalar em escrito anterior, por estas mesmas colunas —

aconteceria com as alterações a que teriam de submeter-se alguns dos nossos mais conhecidos topônimos de existência imemorial e até títulos de célebres obras literarias de insignes compatrióticos nossos. "Goiás" ("goiases" foram outrora chamados os incolos daquela região) passará a "Goiá"; "Mauaus" a "Manau"; "Cataguases" a "Cataguá". O interessante volume de Couto de Magalhães sobre *Os guaianases* terá nova edição, subordinada à epígrafe *Os guaianá*, e à praça pública da capital bandeirante, "Largo dos Guaianases", dar-se-á nova placa: "Largo dos Guaianá". O poema do fundador do nosso romantismo (Domingos José Gonçalves de Magalhães, visconde de Araguaia) será rebatizado por *A Confederação dos Tamoios*. E mudar-se-á, finalmente, para *Os Timbira* uma das mais belas e empolgantes produções métricas de Gonçalves Dias.

Veja-se a que tremenda revolução ficaria sujeito este já tão anarquizado Brasil, se aqui vingasse o ingramatical e ilógico assigmatismo dos etnônimos!

*Basílio de Magalhães*

★

#### Estudos regionais para os problemas brasileiros

Em artigo para a *Revista Mexicana de Sociologia*, o professor Eduardo S. Brunner, da Universidade de Colúmbia, salientava a importância das técnicas do estudo da comunidade como auxiliares da planificação social; e, apontando certos estudos realizados sobre condições rurais, informava que dêles nasce um número bem significativo de generalizações de valor prático. Pode-se concluir, diante de tão autorizado pronunciamento, que o estudo regional não é, nem poderia ser, inútil.

É tema este que merece ser focalizado: a importância do regional para os estudos culturais. Ai compreendemos, como estudos culturais, não apenas o que seja interesse puramente intelectual ou literário, mas sim, a cultura dentro daquele sentido amplo em que a empregou Gilberto Freyre ao considerá-la conjunto de valores materiais e morais. Não só, portanto, estudos literários, porque também os de natureza social, os de sentido econômico, os de caráter político.

Assim os estudos culturais em base regional têm sua importância e, sobretudo, sua influência e seus reflexos

nos casos práticos — nos casos de administração, de educação, de economia, de saúde, de transportes, todos êstes que, sob diversos aspectos, constituem os problemas que, afinal de contas, interessam à coletividade. Num país como o Brasil, de vasta extensão territorial, de diferenciação de áreas regionais pelo clima, pelas condições econômicas, pelo meio cultural, esta importância ou esta influência cresce e avulta.

O regional como ponto de partida estuda e sugere; e suas práticas darão sempre resultados certos. É o que informava o professor Brunner, diante de casos reais. E talvez pudesse aventurar-se a afirmativa de que não é por outro motivo que os Estados Unidos apresentam o seu desenvolvimento atual, partido da comunidade rural, ou seja do regional, ainda hoje matéria para interessantes estudos e pesquisas; nem que a França adotou a divisão política em "departement", onde domina o critério puramente regional. É dêsse sentido regional ampliado, desenvolvido, que se chega ao nacional; com patriotismo, não de fachada, de efeito demagógico, mas de raízes mais profundas, mais justas e exatas.

Não nos faltam, no Brasil, alguns estudos de caráter regional dignos do melhor aprêço; e cuja relevância para o encaminhamento de certos problemas gerais merecia, aliás, que fôssem melhor olhados e mais estimuladoramente acolhidos. O sentido regional da solução dos problemas brasileiros, além de seu caráter geo-econômico — em face da diferenciação geográfica e cultural das várias áreas de nosso país — deve ser considerado, sobretudo, como um complemento indispensável ao mecanismo constitucional; ou seja à própria estabilidade das instituições democráticas de nossa República Federativa.

A Constituição de 18 de setembro de 1946 é, na realidade, um conjunto cujas peças essenciais ao desenvolvimento do país repousam em soluções regionais; e para estas soluções é que se tornam necessários estudos também regionais, completando o que já exista ou focalizando novos aspectos. É uma decorrência da própria vitalidade do país e do regime, a reclamar que se ajustem à realidade de nossa formação variada e dispersa em larga área territorial, oriunda ora de séculos diferentes, ora de causas diversas, as soluções mesmo de caráter nacional.

O problema das sêcas, a valorização da Amazônia, o aproveitamento dos recursos do São Francisco, a conclusão da rodovia Rio-Nordeste, são os principais problemas regionais fixados na Carta de 1946; e o mais relevante do caráter regional dêsse documento se encontra, ao que parece, no parágrafo 4.º do artigo 15, ao determinar que dez por cento do impôsto de renda serão entregues ao Município para aplicação em benefício da ordem rural. Ai é que, a meu ver, se concentra tôda expressão regional da Constituição de 18 de setembro; e isto porque, não definindo exatamente o que seja benefício rural — o que, aliás, também não fez a lei regulamentando artigo constitucional — deixou isto ao critério de cada Município; critério, portanto, regional.

Para que êste benefício rural se caracterize, e, por outro lado, se conheçam, com mais exatidão, os problemas reais do Brasil, é que se reclamam estudos regionais, focalizando a terra e o homem de cada latitude do país e que se analisem seus usos e costumes, suas origens e suas tendências de evolução, que se fixem as condições de vitalidade econômica e se investiguem as possibilidades do desenvolvimento. São estudos que se reclamam, que se tornam indispensáveis hoje em dia.

Em muita gente de província, alguns nomes já tendo atravessado as fronteiras de sua terra natal, se encontra a melhor contribuição em estudos dêsse gênero; os de Artur César Ferreira Reis investigando as coisas da Amazônia, os de Ademar Vidal sôbre aspectos sociais da formação paraibana, os de Luís da Câmara Cascudo, nome que basta para resumir uma porção de coisas acêrca do Nordeste, ou em particular do seu Rio Grande do Norte. Também ainda do Nordeste, salientem-se os estudos sérios e honestos de uma turma de estudiosos cearenses — Pompeu Sobrinho, Joaquim Alves, Djacir Meneses, e muitos outros.

Não é menor a contribuição da gente do sul; Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, Heitor Ferreira Lima, Alcântara Machado em São Paulo, Dante de Laytano no Rio Grande do Sul, Osvaldo Cabral em Santa Catarina. E a geração mineira de tanta gente ilustre, à frente o próprio governador atual de Minas Gerais, que ao que sei, vem realizando um governo onde não falta a aplicação de base regional no estudo e solução dos problemas do Estado, salientando-se, aliás,

a futura criação de um Museu de Artesanato; e mais nomes como os de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Aires da Mata Machado, Afonso Arinos de Melo Franco, que, aliás, afirmou certa vez, em conferência e o repetiu em artigo de jornal, que o sentimento nacional é uma ampliação do sentimento regional.

Registre-se, ainda, que tem sido de origem regional, ou de pesquisas regionais, alguns, se não quase todos, dos melhores estudos já verificados no Brasil: os de Nina Rodrigues sobre os africanos, continuados por mestre Artur Ramos, que os renovou e lhes deu novas diretrizes científicas, os de Sílvio Rabelo sobre psicologia da criança, os de Ulisses Pernambucano sobre tratamento de doenças mentais, os de Helena Antipoff sobre educação, os do grupo da *Revista do Arquivo Municipal*, com inquéritos sobre padrão de vida ou

alimentação, os de Carlos Estêvão no Museu Goeldi, os de Emílio Willems sobre aculturação de estrangeiros, os de Donald Pierson sobre pretos. Também regionais, por mais universal que seja hoje em dia o nome de seu autor, os estudos de Gilberto Freyre, que à luz de nova técnica abriu outros caminhos à investigação e conhecimento da evolução social brasileira.

Dêstes estudos regionais, que êles se ampliem ou se desenvolvam, é que precisa o Brasil para o estudo e encaminhamento de problemas que se afiguram nacionais. Ou que mesmo sendo, na realidade, nacionais, não prescindem, antes reclamam, soluções com base regional. Da importância desses estudos regionais, e sobretudo de sua aplicação, é que resultarão efeitos práticos na solução de problemas brasileiros.

*Manuel Diegues Júnior.*

# Sala-Ambiente de Geografia

(CURSO SECUNDÁRIO)

Prof. LÚCIO DE CASTRO SOARES

Geógrafo-Chefe da Secção Regional Norte do S.G.C.  
Prof. — Lic. em Geografia e História pela Faculdade  
Nacional de Filosofia.

## SALA-AMBIENTE

Está fora de dúvida a importância do *ambiente* como agente motivador dos mais essenciais na aprendizagem.

O educando “sente” ou compreende mais facilmente a matéria que estuda se estiver no ambiente dessa matéria, isto é, num recinto instalado de tal maneira, que nêle tudo lembre ou estabeleça relação com a disciplina que se quer ensinar. Assim, numa *sala-ambiente* deve haver todos os processos para a criação do ambiente propício e meios possíveis que permitam ao educando uma boa aprendizagem da disciplina.

A Geografia, ciência de observação por excelência, requer para o seu ensino uma objetivação bem acentuada. E’ preciso criar-se nas escolas ambiente apropriado à sua aprendizagem, onde o educando adolescente encontre elementos motivadores que o entusiasmem pelo estudo geográfico, se bem que o Laboratório da Geografia seja a própria Terra, o seu ensino nem sempre pode ser ministrado no campo, nem estudantes e professores podem deslocar-se pelo mundo afora, estudando *in loco* os fatos geográficos, como seria o ideal.

Daí a conveniência de criar-se dentro da escola a *sala-ambiente de Geografia*. Nela deverão existir todos os meios materiais que permitam a reprodução experimental — com aparelhos e outros recursos — dos fenômenos geográficos, que pela sua distância ou inacessibilidade não podem ser observados, diretamente, *in natura*, bem como, meios que possibilitem, principalmente pela objetivação, a reconstituição das diversas paisagens que formam os grandes quadros geográficos.

Para o eficiente ensino da Geografia é necessário, pois, um recinto especialmente preparado para esse fim, onde os educandos encontrem aparelhagem e material didáticos que lhes facilitem a aprendizagem dessa ciência, quer pela motivação quer pela correlação com o real.

Daremos a seguir, algumas sugestões para a instalação de salas-ambiente ou gabinetes de Geografia para o curso secundário, e também, sobre a seleção da aparelhagem e material didático indispensáveis ao seu ensino.

## SALA-AMBIENTE DE GEOGRAFIA

### I — INSTALAÇÕES

A *sala-ambiente de Geografia* ou *gabinete de Geografia* deverá ter uma área mínima de 70 metros quadrados e estar disposta de tal maneira que lhe sejam proporcionadas as melhores condições de iluminação natural e aeração. A iluminação artificial deverá ser bem estudada a fim de que resulte a sua boa distribuição e suficiência.

---

N. da R. — O presente trabalho foi elaborado em 1945, pela Secção de Estudos do Conselho Nacional de Geografia, por solicitação da cadeira de Didática da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, constituindo, assim, uma contribuição do C.N.G. ao Plano para a organização do “Colégio Demonstração José Bonifácio”.

Tanto a planta como a distribuição das paredes, janelas e portas, deverão ser funcionais, preparadas de modo a permitir uma arrumação prática e eficiente do mobiliário indispensável, composto de imóveis de determinadas formas e dimensões.

Daí a necessidade da construção da sala nos moldes didáticos exigidos. No caso, porém, de não ser possível a construção da mesma, a adaptação do cômodo destinado à instalação da sala de Geografia deverá, o quanto possível, satisfazer às exigências da sala-modêlo, nem que para isso haja necessidade de modificações no que diz respeito à distribuição das portas e janelas.

As janelas deverão possuir cortinas de correr, cuja utilidade única é permitir, durante o dia, um ambiente de obscuridade para as projeções luminosas em classe.

É, porém, indispensável que a sala seja grande, de forma retangular aproximando-se da quadrada, e que ofereça conforto ao aluno e professor. Indicaríamos como modêlo, nas suas linhas gerais e sujeito a modificações para melhor a sala ou gabinete de Geografia da William Ellis School, cuja planta (Fig. 1), se encontra no trabalho do Prof. Jorge Zarur, intitulado "A Geografia no Curso Secundário", publicado na *Revista Brasileira de Geografia*, n.º 2, ano III, 1941, págs. 227 a 266.

**Mobiliário** — O mobiliário da sala de Geografia deve reduzir-se ao estritamente necessário a fim de que o espaço exigido para os trabalhos práticos e demonstrações com a aparelhagem didática não seja roubado inutilmente por móveis supérfluos.

**Mobiliário do aluno** — Consta daquele que o aluno utiliza para se sentar e se apoiar para escrever e desenhar durante a aula.

O mobiliário dêsse gênero mais recomendável é o do tipo anfiteatro, isto é, o formado por grupos de carteiras coletivas, com lotação variável, dispostas em arcos concêntricos de abertura voltada para o professor, para a tela de projeções luminosas e para o globo-suspense.

As bancadas ou carteiras coletivas poderão também ser retas, porém dispostas em anfiteatro e sempre dirigidas para os citados objetivos (Ver a planta do gabinete de Geografia da William Ellis School). As bancadas da frente deverão ser sempre mais baixas do que as de trás, de modo a permitir franca visibilidade aos alunos das bancadas posteriores.

**Mobiliário do professor** — O mestre necessita de uma mesa comprida, para sôbre ela colocar ou descansar o material didático geográfico portátil em utilização durante a aula.

É conveniente que haja também uma pequena mesa mais alta que a primeira, portátil e de madeira leve, para que sôbre ela sejam colocados os aparelhos didáticos, durante as experiências. A vantagem apresentada por essa mesa é a de, pela sua altura, permitir a tôda a classe boa visão das experiências, evitando assim que os alunos dos últimos lugares se levantem para poderem ver melhor. Daí a conveniência da mesa ser colocada bem próxima, no meio da passagem central das bancadas, o que é feito com facilidade dado o seu reduzido peso.

Não sendo recomendável ao professor dar aula sentado, em cadeira comum baixa, é, entretanto, conveniente que seja dado ao mestre um tamborete alto, que lhe permita "sentar-se em pé", descansando dessa maneira e deixando, como é comum, de sentar-se nas pontas das mesas, ficando em incômodas posições.

**Mapoteca e porta-mapas** — Êstes são móveis obrigatórios numa sala de Geografia. A *mapoteca* para guardar os mapas e cartas, protegendo-os da poeira e do extravio; o *porta-mapas* para exibir os mesmos durante as aulas, de maneira bem visível e sem danificá-los, de vez que evita o emprêgo de tachas, pregos e outros objetos fixadores perfurantes.

Existem vários modelos de *mapotecas* — construídas de madeira ou metal — variando também a maneira de guardarem os mapas (enrolados, abertos horizontalmente em gavetas ou pendendo, verticalmente, seguros por presilhas).

Modêlo, material de construção e número dêsses móveis, dependerão da natureza e dimensões dos mapas e cartas existentes, bem como, dos recursos financeiros destinados à sua aquisição.

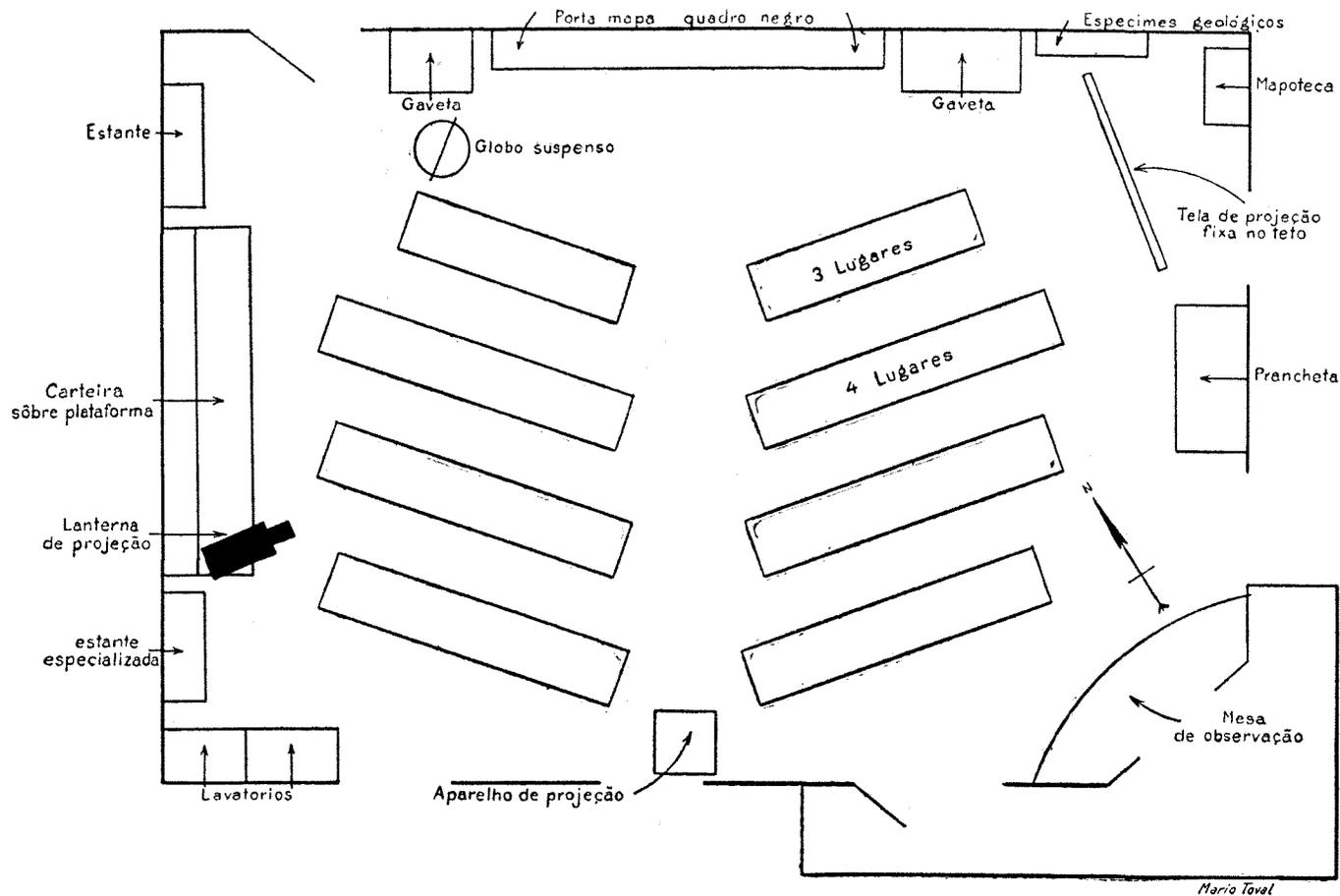


Fig. 1 — Sala de Geografia da William Ellis School.

A nosso ver as mapotecas de gavetas horizontais e as em que os mapas são guardados pendentes abertos, são as que melhor vantagem oferecem, não só por contarem maior número de elementos em espaço relativamente reduzido como por garantirem uma melhor conservação dos mapas, pois o constante enrolar e desenrolar dos mesmos acaba por danificá-los, dilacerando mesmo até os que são entelados.

Recomendamos uma visita ao Serviço de Geografia e Cartografia, repartição central do Conselho Nacional de Geografia, onde poderão ser conhecidos vários modelos de mapotecas, adaptados a vários tipos de mapas e cartas.

O *porta-mapas* nada mais é do que um suporte, de madeira ou de metal, que sustém um ou vários mapas abertos, numa altura visível a toda a classe. À página 249 do mencionado trabalho do Prof. Jorge Zarur, há um porta-mapas com suporte para mapas com barras de madeira.

O porta-mapas por nós projetado e cujo desenho apresentamos (Fig. 2) pode suster uma ou várias cartas, prendendo-as pela margem superior, com pegadores metálicos de pressão. Tal maneira de prender os mapas permite lançá-los para trás, dobrando-os pela parte superior de modo a deixar visível o mapa seguinte. Isto permite ao professor utilizar-se, sem perda de tempo, de vários mapas, arrumados previamente no porta-mapas, na ordem de explanação do ponto do programa.

**Estante e armários** — É indispensável a existência de estantes na sala de Geografia.

Suas finalidades imediatas são guardar obras geográficas que constituem a *Biblioteca Geográfica Escolar*. Estas estantes poderão ser fechadas ou abertas e deverão possuir prateleiras, as de baixo, de preferência com vão maior para guardar grandes atlas e álbuns geográficos.

As estantes abertas, ostentando as lombadas dos livros, dão mais ambiente de estudo ao recinto. O perigo do desaparecimento dos livros será evitado pela educação moral ministrada pelo mestre a par da instrução científica.

Na sala de Geografia os *armários* destinam-se a guardar os instrumentos e aparelhos didáticos, e, para isso, devem ser envidraçados, de fundo claro (cinza-claro ou bege-claro), para maior realce dos aparelhos e demais objetos. Funcionando como verdadeiras vitrinas, não só contribuem para formar o "ambiente-geográfico" da sala, como também para despertar a curiosidade do aluno, pelo funcionamento dos mesmos.

Outro tipo de armário é o destinado a guardar trabalhos geográficos em execução dos alunos (mapas, desenhos, etc.). Este deverá ter prateleiras largas, com divisões internas e de portas sem vidraças.

As dimensões das estantes e armários variam de acordo com o espaço disponível e com a quantidade de objetos a guardar.

**Mostruários** — Nestes móveis será guardada e conservada uma espécie de material didático das mais valiosas: a que constitui o chamado *Museu Geográfico Escolar*.

Nos mostruários serão cuidadosamente depositadas — convenientemente montadas quando necessário fôr e com as respectivas etiquetas, legendas portadoras da procedência e demais informações indispensáveis — amostras de matérias primas em geral, pedaços dos principais tipos de minerais e rochas, miniaturas de habitações, de meios de transportes típicos regionais, maquetas dos principais tipos de núcleos urbanos, desenhos, aquarelas e estampas de paisagens geográficas regionais, e das diversas atividades humanas (gêneros de vida), etc.,

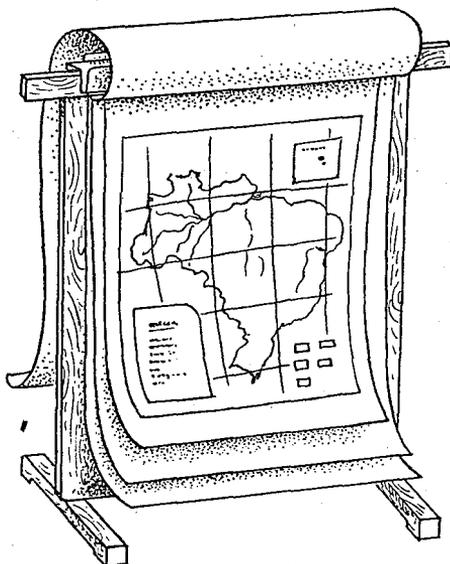


Fig. 2 — Porta-mapas.

somente para citar alguns exemplos da espécie de elementos constituintes do *Museu Geográfico Escolar*. Enfim, tudo o que, a critério do professor, constituir material didático indispensável para o ensino da Geografia no curso secundário.

Os mostruários serão envidraçados e do modelo adotado pela Divisão de Geologia e Mineralogia, do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, Rio de Janeiro. Estes mostruários têm, na parte inferior, gavetas para a guarda de material ainda não classificado e não preparado para ser exposto.

**Fototeca e filmoteca** — As fotografias constituem material didático geográfico de primeira categoria, donde a necessidade de, num gabinete de Geografia, haver um ou mais móveis destinados especialmente à guarda destes preciosos “ajudantes” do professor de Geografia.

As fotografias podem ser cópias individuais ou estarem em seqüência de movimentos. No primeiro caso são as fotografias comuns; no segundo, os filmes cinematográficos.

A *fototeca* é o móvel onde as cópias fotográficas são guardadas, arrumadas por tamanho e catalogadas por assunto ou unidade de matéria do programa de cada série, dos cursos de ginásio e colégio.

Será conveniente que cada cópia fotográfica seja conservada dentro de um envelope de papel impermeável e que tenha o seu negativo junto, a fim de se remediar um eventual extravio ou destruição da mesma.

A *filmoteca* poderá ser das mesmas dimensões que a *fototeca*, sendo que os compartimentos que recebem as latas dos filmes, serão verticais, como no desenho ao lado (Fig. 3).

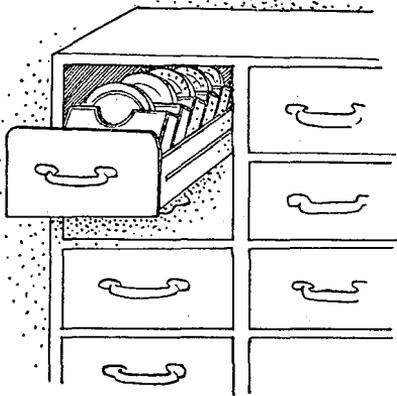


Fig. 3 — Arrumação vertical dos filmes na filmoteca.

**Quadro-negro** — A fim de economizar espaço, o quadro-negro deverá ser prêso à parede fronteira aos alunos. Suas dimensões aconselháveis são, no mínimo, 2,00 x 1,50 metros. Quanto ao material de que é feito, será preferível a ardósia.

É indispensável que uma parte do mesmo, seja quadriculada a fim de permitir ao professor transpor para o mesmo esboço cartográfico pelo método da quadricula.

No quadro-negro deverá também haver traçada indelévelmente uma circunferência (com o centro marcado), para nêle o professor menos hábil no desenho traçar linhas nas explicações dos pontos de cosmografia.

Como complemento do quadro-negro, deverá haver à disposição do mestre, uma coleção de giz de côres.

**Prancheta** — Para os trabalhos cartográficos em classe deverá haver uma ou duas pranchetas, de 1,30 x 1,50 metro. As de modelo conversível, permite poupar-se espaço quando não estiverem em uso. Acompanhará cada prancheta uma banqueta apropriada.

## II — APARELHAGEM DIDÁTICA

É constituída pelos aparelhos e instrumentos que permitem a reprodução experimental, dos fenômenos geográficos em geral.

Sua importância no ensino da Geografia é notável, do seu emprêgo dependendo em grande parte a aprendizagem de certos pontos desta disciplina. “Em Geografia, a demonstração é utilizada com o meio de aprendizagem nos problemas

que a relacionam à Matemática ou que a subordinam à experimentação”.<sup>1</sup> Daí grande parte dos aparelhos utilizados, ou destinados à demonstração de fenômenos astronômicos de influência mais direta sobre o nosso planeta.

O aparelhamento que indicaremos a seguir é de fácil manejo podendo mesmo as experiências serem realizadas pelos próprios alunos, o que aumenta o índice de aprendizagem. “As experiências ganham ainda mais em valor educativo quando realizadas pelos próprios alunos. Assistir a uma experiência dá uma idéia clara de como é feita, mas provocando-a pessoalmente fortalecemos a capacidade de retenção e sentimos as dificuldades que a observação somente não faz notar”.<sup>2</sup>

**Globo-suspenso** — A principal vantagem do globo sobre os mapas é representar o planeta em que vivemos numa miniatura da sua forma aproximadamente verdadeira, isto é, “corrigindo a impressão da Terra como uma superfície plana”.

Há duas espécies de globos terrestres: os apoiados e os suspensos.

Os primeiros, mais antigos, são portáteis mas requerem um alto pedestal para serem visíveis, por toda a classe. Os *globos-suspensos* são mais recomendáveis não só por satisfazer àquelas condições de visibilidade, como por permitir outras demonstrações de fenômenos geográficos ligados aos movimentos da Terra. Aconselhamos, pois, a adoção dos globos-suspensos, cujo sistema de suspensão é muito simples podendo ser compreendido facilmente (Fig. 4) por meio do desenho claro pormenorizado que aqui apresentamos do *sistema de suspensão com contrapeso de Philips*. “Este aparelho é especialmente organizado para permitir que o globo possa ser abaixado ou suspenso ao teto da sala, dispondo para isso de um pêso de compensação. Por um engenhoso arranjo de roldanas, o globo pode ser levantado e abaixado com uma variação de aproximadamente 2 metros e meio, enquanto o pêso se levanta e cai somente 60 centímetros de altura”.<sup>3</sup>

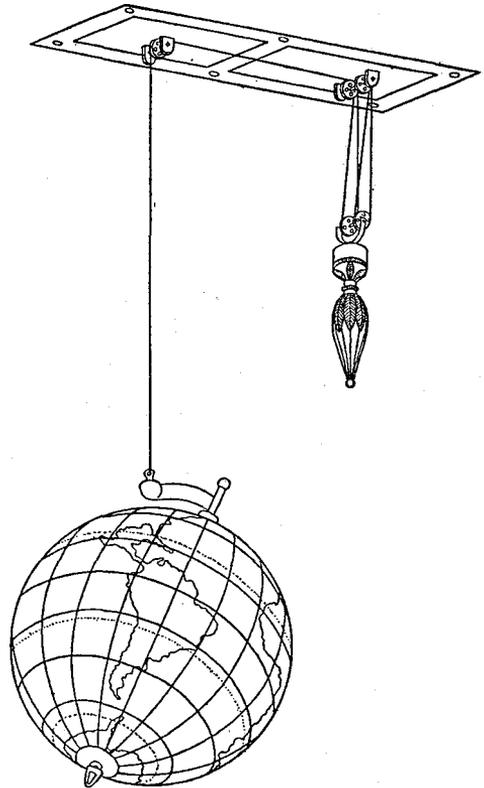


Fig. 4 — Globo-suspenso de PHILIPS

**Planetário** — Eis um aparelho de grande utilidade num ambiente de Geografia. Por meio de sua engenhosa engenhagem pode ser demonstrado experimentalmente o movimento dos planetas com as respectivas e proporcionais velocidades de translação em torno do Sol.

Há dois tipos principais de planetários — o de Hall-Meunier e o de Schott — ambos baseados no mesmo sistema de movimentos circulares coordenados. A

<sup>1</sup> Professora Dinara de Vincenzi Azevedo Leite — “Didática Moderna da Geografia” — *Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. V, pág. 330.

<sup>2</sup> Idem, op. cit., pág. 321.

<sup>3</sup> Idem, op. cit., pág. 321.

figura mostra-nos o planetário de Schott, que reproduz em linhas gerais o de Hall-Meunier (Fig. 5).

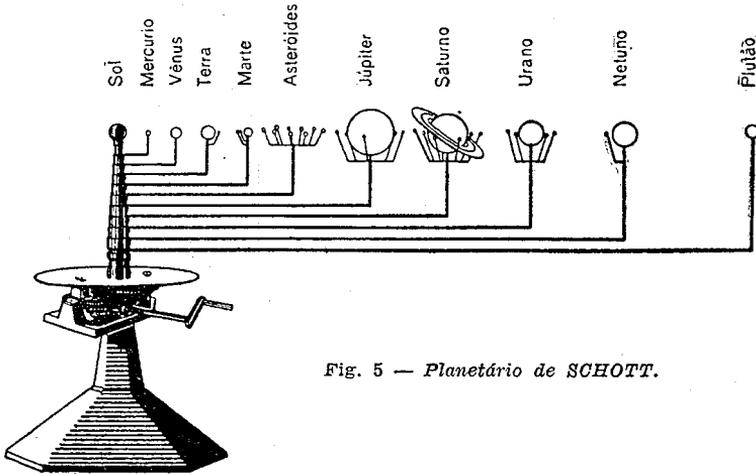


Fig. 5 — Planetário de SCHOTT.

O custo um pouco elevado destes aparelhos é compensado pela sua inestimável utilidade didática.

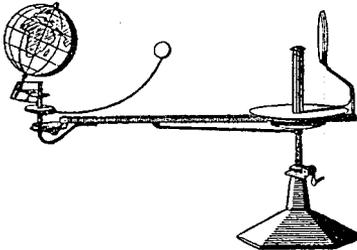


Fig. 6 — Telúrio de SCHOTT.

**Selenotrópio** — “Uma simples invenção mecânica para ilustrar as várias fases da Lua” é este aparelho de construção facilíma e de custo irrisório, podendo mesmo ser construído pelos próprios alunos.

Consta de um tablado negro onde estão desenhados os vários aspectos apresentados pela Lua em todas as suas fases. No centro do tablado está embutido um globo de papelão ou de borracha (pode ser mesmo uma bola de borracha comum, acrescentamos) com um hemisfério pintado de preto e o outro de branco (Fig. 7). Os hemisférios preto e branco, ao ser girada a esfera, reproduzem sugestivamente fases do nosso satélite.

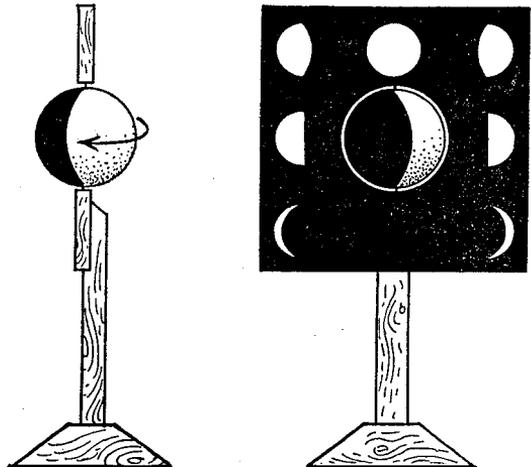


Fig. 7 — Selenotrópio.

**Telúrio** — Este engenhoso aparelho idealizado por Lange — e cujo modelo de Schott, perfeitamente idêntico, apresentamos neste trabalho (Fig. 6) quando em funcionamento aos alunos dá-se uma noção concreta dos dois movimentos principais da Terra e de suas conseqüências bem como os principais movimentos da Lua, permitindo-lhe conhecer, claramente, as causas dos eclipses da Terra, Sol e Lua.

A despeito da sua aquisição algo dispendiosa a presença deste aparelho é indispensável num gabinete de Geografia de primeira ordem.

**Aparelho para demonstrar as causas das estações** — Também de fácil e pouco dispendiosa construção, este interessante aparelho — projetado por M. M. Cunnington — presta grande auxílio ao professor na explicação das causas das estações do ano (Fig. 8).

“A bola central, representando o Sol, é fixada a um pedestal. A metade de cima da bola pode ser desaparafusada para que o plano da eclíptica (um cartão oval resistente) se adapte em cima. Os arames que suportam as bolas representam os raios do Sol. Há também uma bola extra, conjugada a um tabique (T), que serve para demonstrar a iluminação da Terra”.<sup>4</sup>

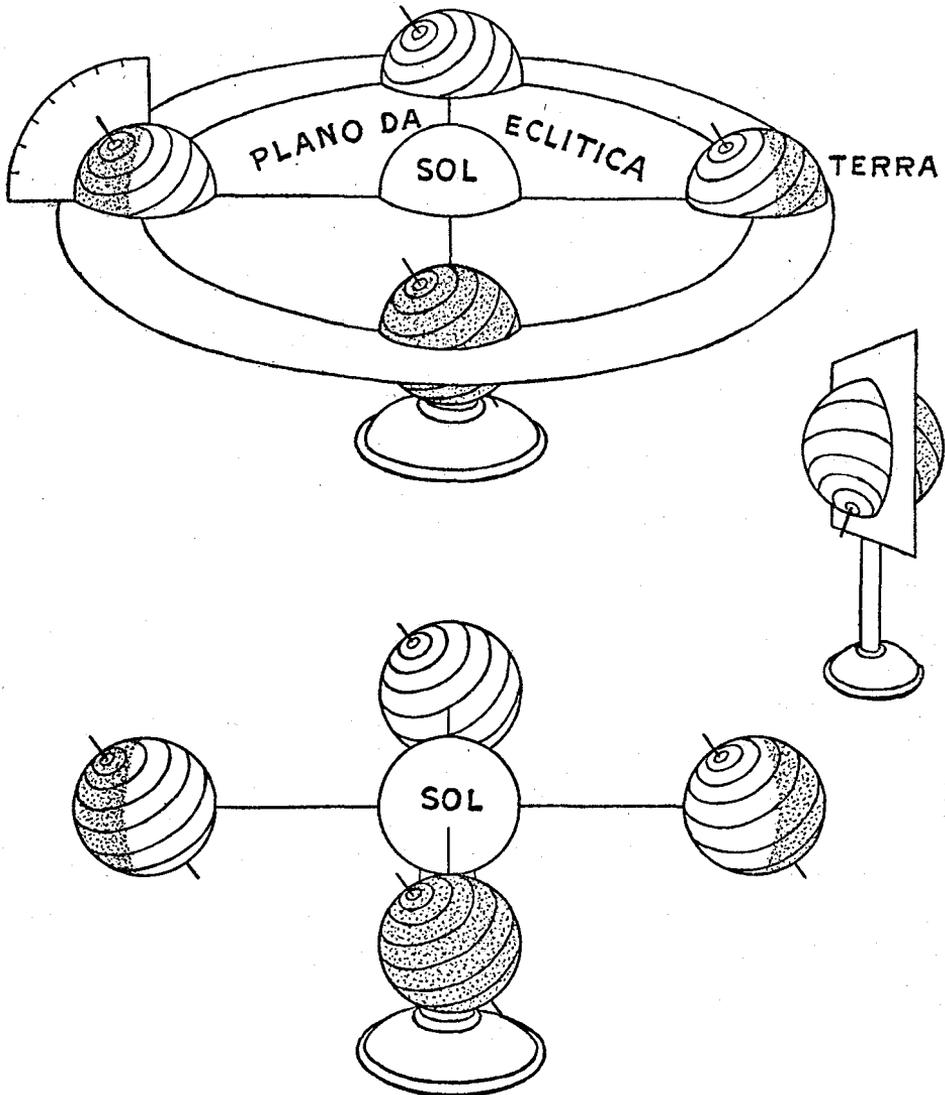


Fig. 8 — Aparelho PHILIPS para ilustrar as causas das estações.

<sup>4</sup> Op. cit., pág.

**Altiscópio** — As medidas de altura do Sol podem ser feitas, pelos próprios alunos “com suficiente exatidão para fins elementares de ensino”, por meio do aparelho ideado por A. Hughes Bariow, denominado *altiscópio* (Fig. 9).

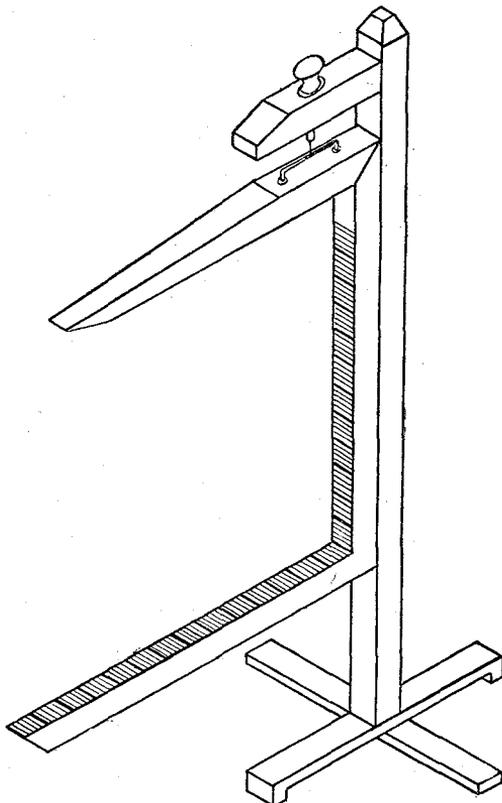


Fig. 9 — *Altiscópio*.

Este aparelho é de construção facilíma e de baixo custo, deve fazer parte da aparelhagem didática da moderna sala de Geografia dos estabelecimentos secundários.

**Aparelhos para demonstrar as origens das projeções cartográficas** — Este engenhoso e simples aparelho, projetado por A. J. Herbertson, é de grande valia na explicação das origens das diferentes disposições da rede de meridianos e paralelos em diversas projeções cartográficas (Fig. 10).

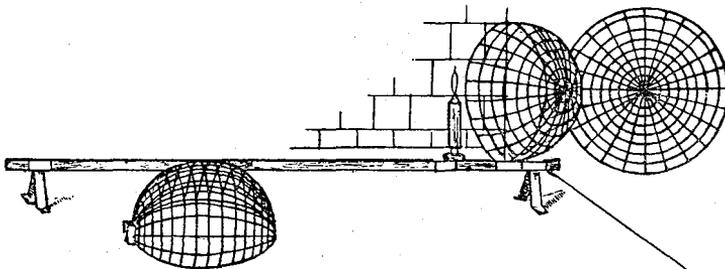


Fig. 10 — *Aparelho para demonstrar as origens das projeções cartográficas.*

O seu funcionamento possibilita ao aluno compreender, ajudado pela necessária explicação do mestre, as origens das projeções ortográficas e estereográficas polares.

“O aparelho dispõe de dois hemisférios de arame: um deles tem o ponto de apoio e o outro é preso por um ponto do equador.

Se utilizarmos o segundo tipo e colocarmos uma vela ou uma pequena lâmpada elétrica (mantida sempre a mesma altura por uma mola) no centro do hemisfério de arame, imediatamente aparecerá na tela uma projeção ortográfica polar. Quando a vela é colocada no extremo do diâmetro é refletida uma projeção estereográfica polar. Conforme modificuemos a posição da vela, aparecerá uma projeção diversa”.<sup>5</sup>

**Aparelho para demonstrar a formação de dobras** — Este aparelho idealizado por Hall-Meunier, e cujo desenho ora apresentamos (Fig. 11), serve para demonstrar experimentalmente a origem de diversos tipos de dobras e enrugamentos da crosta terrestre. Sua construção é simples e de baixo custo.

O produtor de dobras “consiste numa caixa de madeira, sem tampa, e cuja parede anterior se abre para a frente. Um dos pequenos lados da caixa deixa passar um parafuso V, que empurra uma pela de madeira T, que pode percorrer a caixa, à semelhança de um êmbolo ou pistão. Um calço B, colocado contra a parede oposta à que possui o parafuso, comprime uma porção F de folhas de papel mata-borrão de diversas cores e de dimensões convenientes, que representam as camadas do solo. Ponhamos sobre as folhas de mata-borrão uma prancheta com peso P e apertemos o parafuso V. Constataremos então que as folhas de papel mata-borrão se dobram ou se enrugam, imitando as dobras ou rugas, que se observam na espessura da crosta terrestre.”<sup>6</sup>

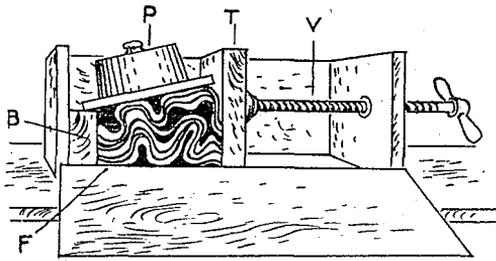


Fig. 11 — Aparelho para demonstrar a formação de dobras.

**Aparelho para demonstrar a causa do achatamento da Terra** — O seu funcionamento permite ao educando compreender a ação da força centrífuga, resultante do movimento de rotação no achatamento polar do nosso planeta.

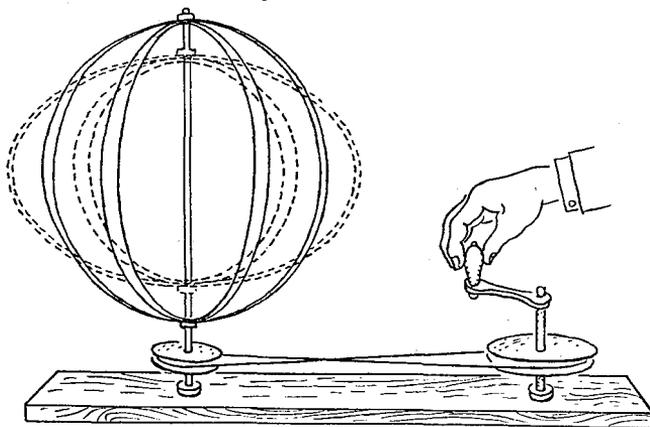


Fig. 12 — Aparelho para demonstrar a causa do achatamento da Terra.

Presenciando a experiência o educando compreende imediatamente a razão pela qual foi dada à forma da Terra o nome de elipsóide de revolução.

<sup>5</sup> Op. cit., pág.

<sup>6</sup> Raja Gabaglia, *Práticas de Geografia*, ps. 15 e 16.

O aparelho (Fig. 12) é de construção simples e pouco dispendiosa. Consta de dois aros de fita de aço que se cortam em ângulo reto pelos pólos, por onde são soldados. Por orifícios quadrados, feitos nos pólos, passa um eixo vertical, também de secção quadrada, em cuja base há uma polia. Imprimindo-se, por meio da polia, um movimento de rotação ao eixo, processa-se uma dilatação no equador dos aros de aço e um conseqüente achatamento nos seus pólos ficando assim demonstrada, experimentalmente, a origem da forma aproximada da Terra.

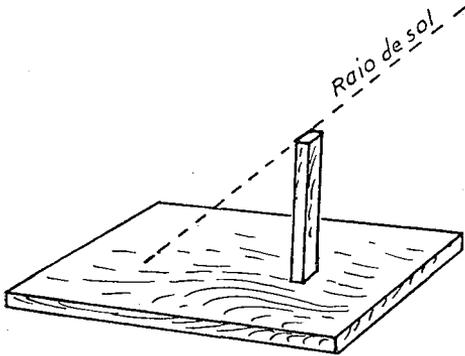


Fig. 13 — *Gnomon*.

**Tabuleiro de areia** — Este aparelho não pode deixar de existir numa sala de Geografia. Como o próprio nome o indica, é uma ampla caixa sem tampa, de bordos baixos, na qual o professor, deixando cair água sobre formas de relevo modeladas em areia, argila e outros materiais, demonstra experimentalmente as leis de erosão e sedimentação pelas águas correntes. Com o tabuleiro de areia e um fole de mão ou um ventilador elétrico pode-se fazer interessantes demonstrações sobre o transporte eólico, principalmente explicar a formação dos vários tipos de dunas.

**Pantógrafo** — Aparelho construído de material diverso, em modelos diferentes de todos os preços. É material didático acessório, de muita utilidade nos trabalhos cartográficos.

**Compasso de redução e curvímeter** — Estes dois aparelhos são muito úteis na leitura de cartas e para exercícios de escalas. Ambos de preço mediano e variável.

### III — MATERIAL DIDÁTICO

É o conjunto de material didático geográfico permanente, de uso cotidiano durante o ano letivo.

**Mapas-mudos murais** — Constituem material didático de grande utilidade para o ensino da Geografia. Com a ajuda do mesmo o mestre aplica amiúde os essenciais princípios do método geográfico da localização e extensão.

O tipo de mapa-mudo recomendável é o desenhado com tinta indelével branca ou de côres,

**Gnômon** — Também de facilíma construção o *gnômon* se compõe de uma haste fixada a uma pequena prancheta de madeira. Por seu intermédio os alunos poderão, mediante simples e conhecido cálculo, determinar latitudes aproximadas, em dias de sol.

A fig. 13 mostra-nos a simplicidade da sua construção.

**Pêndulo de Foucault** — Também conhecido por aparelho de Foucault, serve para demonstrar, experimentalmente, a existência do movimento de rotação da Terra, pela lei da invariabilidade do plano de oscilação do pêndulo. É de fácil construção (Fig. 14) e reduzidíssimo custo, como se pode ver pelo desenho ao lado.

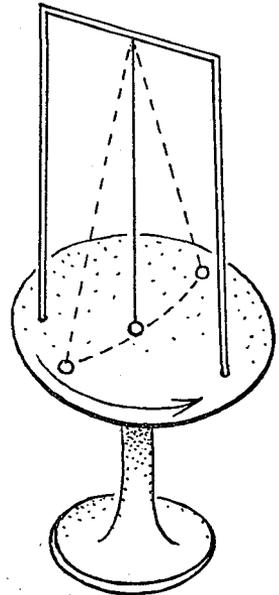


Fig. 14 — *Pêndulo de Foucault*

sobre pano prêto, impermeabilizado (Fig. 15). As grandes vantagens desta espécie de mapas é permitir ao professor escrever e desenhar a giz, sem que os traços permanentes do mapa sejam destruídos quando o giz fôr removido com a esponja úmida.



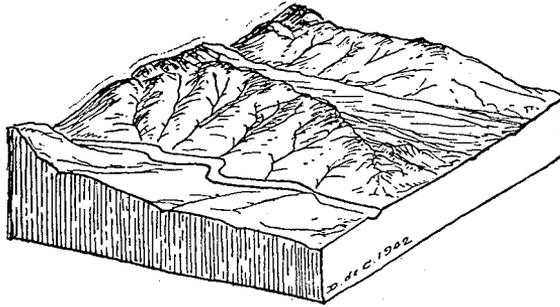
Fig. 15 — Mapa-mudo mural em fundo prêto.

Não sendo possível preparar mapas desta natureza que contenham esboços cartográficos relativos a todos os pontos das unidades de matéria de curso secundário — o que seria recomendável — o professor pode lançar mão do recurso da cópia pelo processo da quadricula, a fim de transportar para o quadro negro qualquer esboço cartográfico. Pode-se também lançar mão de um recurso que permite transportar, de maneira rápida e mais exata, qualquer croquis ou cartograma em escala e proporções tais que ofereçam boa visibilidade a tôda a classe. Este processo nada mais é do que projetar o esboço cartográfico com auxílio do aparelho de projeção luminosa fixa (epidiascópio), sobre largas fôlhas de papel claro, de qualidade inferior e de superfície áspera, e cobrir com giz prêto ou de outra côr viva, os traços projetados. Este trabalho pode ser feito antes da aula ou mesmo durante a mesma, dada a sua rapidez.

**Modelados-simples** — Este excelente material didático permite ao professor ter à mão, durante a aula, modelados em massa ou papelão, todos os principais tipos de relêvo, em representações isoladas, com cortes geológicos ou não, bem

como de outras ocorrências geográficas da superfície da Terra, tudo artisticamente colorido, com as convenções apropriadas e sugestivas.

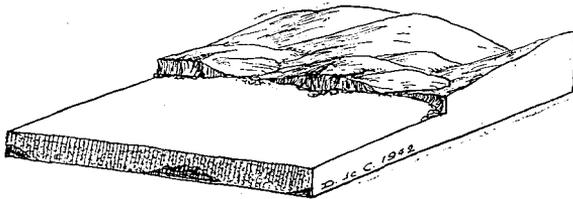
Estão incluídos nesta classe (modelados-simples) os cortes geográficos em blocos-diagramas, por meio dos quais a compreensão, pelo aluno, da relação entre a geologia e o relevo se torna perfeitamente clara.



#### EVOLUÇÃO DE UM VALE. — II)

Fig. 16 — Modelado-simples mostrando os principais estágios do ciclo vital de um vale. (DELGADO DE CARVALHO).

E' de grande importância o fato destes modelados serem bem desenhados, sob o ponto de vista geográfico e artístico, a fim de que possibilite ao educando uma correlação fácil e imediata com o real tendo assim uma rápida aprendizagem.



#### EVOLUÇÃO DO LITORAL — III SENILIDADE

Fig. 17 — Conjunto de modelados-simples mostrando os principais estágios da evolução litorânea. (DELGADO DE CARVALHO).

Como exemplo desses modelados, temos os que representam tipos de montanhas, de vales (Fig. 16), de litorais (Fig. 17), de agrupamentos urbanos, etc. Dentre modelados com os cortes geográficos temos os que mostram a estrutura de vulcões, de montanhas, de vales (Fig. 18) — exemplo de modelados com corte geográfico explicativo do princípio dos poços artesianos ou, mostrando a influência das camadas horizontais dos terrenos na forma tabular das chapadas e platôs, ou ainda, mostrando a estrutura das montanhas de dobramentos, as escarpas de falhas, o relevo submarino, etc.

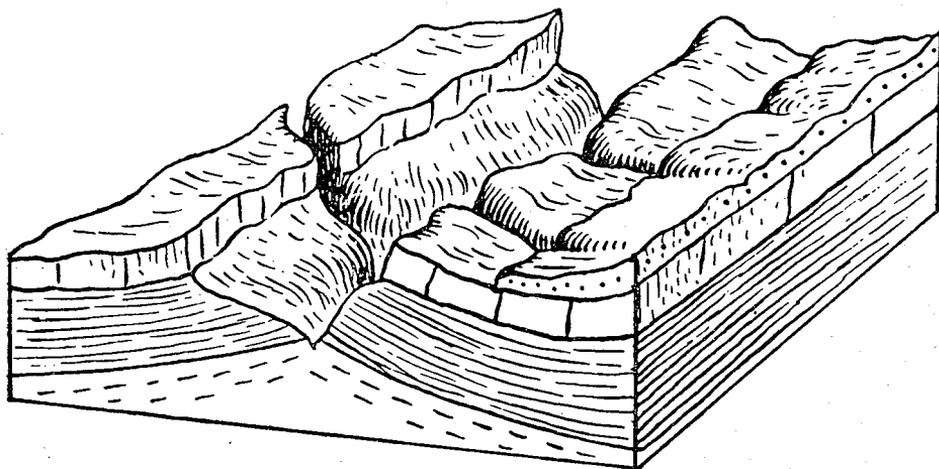


Fig. 18 — Corte geográfico de um vale mostrando a influência da estrutura geológica na forma do relevo.

**Estereogramas-regionais** — Enquanto os modelados-simples com ou sem corte geográfico, ficam limitados à representação de formas isoladas, os *estereogramas-regionais* abrangerão trechos de maiores superfícies, onde são representadas, nas três dimensões, tôdas as principais ocorrências geográficas, quer da paisagem física (relevo, hidrografia, vegetação) quer da paisagem humanizada (cidades, fazendas, vilas, pontes, canais, estradas, culturas).

Os estereogramas se prestam magnificamente à representação em miniatura das chamadas “paisagens típicas regionais” ou “complexos paisagísticos regionais”, cujos elementos formadores constituem ao mesmo tempo, objetos do chamado “museu de geografia”.

Uma boa aplicação do estereograma é, pois, a representação ideal da paisagem geográfica, onde os elementos da paisagem — físicos e humanos — são arrumados de maneira a ocuparem o menos espaço possível respeitadas, porém, as suas proporções e relações geográficas.

Como exemplo de estereograma simples apresentamos a fotografia junto — exemplificando um trecho do peneplano cristalino do sul de Minas, com o seu atual revestimento vegetal e ocupação humana —, o qual pode ser visto no Museu Paisagístico do Conselho Nacional de Geografia (Fig. 19).

**Estereograma-ideal** — Consta êste estereograma de um modelado em massa, de grandes dimensões (deverá ter, no mínimo, 2,50 x 3,00 metros), onde são representadas, formando um conjunto ideal tôdas as principais formas de relevo, hidrografia, vegetação e algumas formas de ocupação humana. Quando as ocorrências geográficas não puderem ser representadas em relevo (pequenas maquetas ou miniaturas) deverão ser desenhadas com convenções coloridas, que dêem a melhor idéia possível do que se quis representar.

Algumas formas do relevo deverão ser seccionadas a fim de que o educando possa relacioná-las com a estrutura geológica, desenhada a cores nos planos de secção dos cortes.

O estereograma-modêlo deverá ser todo colorido, insistimos, a fim de lembrar o aspecto real da superfície da Terra.

Estão nesse caso a vegetação, as culturas agrícolas, as habitações, pontes, cidades. A hidrografia (rios, lagos, mares, canais) deverá ser representada com água, para maior efeito sugestivo. O relevo submarino (fossas, plataformas, rochedos, recifes, vulcões submarinos, ilhas e arquipélagos) deverá ser representado nas suas formas típicas mais comuns).

Este estereograma tem grande utilidade didática no curso ginásial, principalmente nas primeiras séries.

A paisagem geográfica ideal (Fig. 20) é a do quadro mural didático "Iniciação Geográfica", publicado pela Companhia Melhoramentos de São Paulo Editora — serve de modelo para a construção do estereograma-modelo, que poderá ser bastante completado para sua necessária adaptação ao programa de Geografia do curso secundário.

A construção dos estereogramas é dispendiosa e deve ser confiada a especialistas em maquetas, os quais terão a assistência científica do professor de Geografia. O gasto será de muito reduzido se o mesmo for construído por professores e alunos, sendo para isso necessário que seja usado material apropriado e uma boa dose de habilidade artística, além de alguma prática em trabalhos de modelagem. Este recurso pode ser empregado quando não se deseja um trabalho tecnicamente perfeito.

**Mapas em relevo** — Constituem material didático de grande utilidade para o ensino da Geografia. Apresentam, no entanto, um inconveniente difícil de ser evitado: "as irregularidades horizontais são muito simplificadas em virtude da escala, e as verticais, grandemente exageradas a fim de se tornarem distintas e despertarem a atenção".<sup>7</sup>

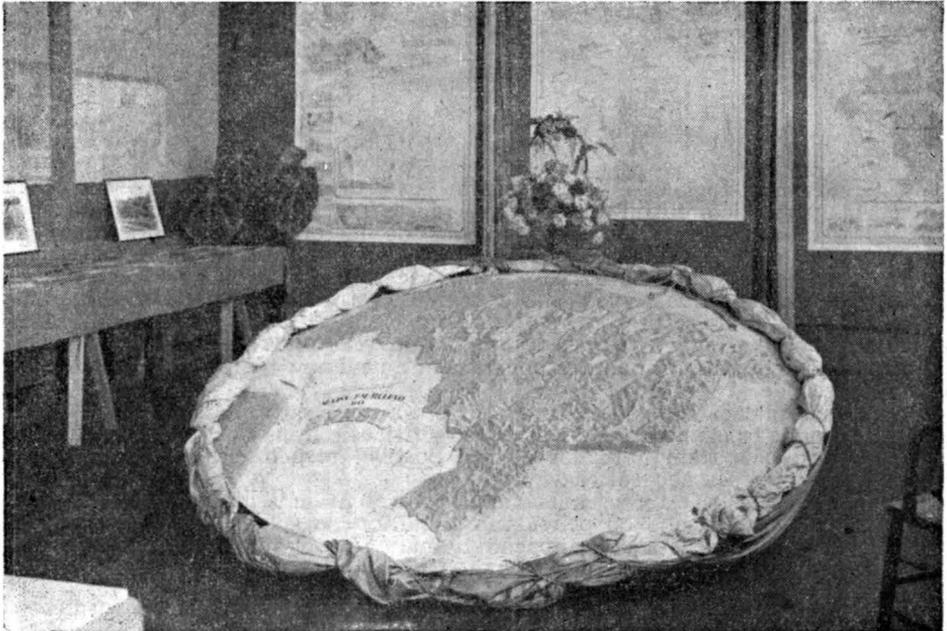


Fig. 21 — Maqueta do Brasil, com a curvatura terrestre.

Pode-se reduzir um pouco esta desvantagem, dividindo grandes superfícies em porções menores, e fazendo em relevo e em escala maior tais porções, as quais por justaposição reconstituem o todo.

Os mapas em relevo permitem ao educando ter uma noção esquemática e sugestiva das principais linhas do relevo dum continente, dum país ou dum

<sup>7</sup> Jorge Zarur, op. cit., pág. 250.

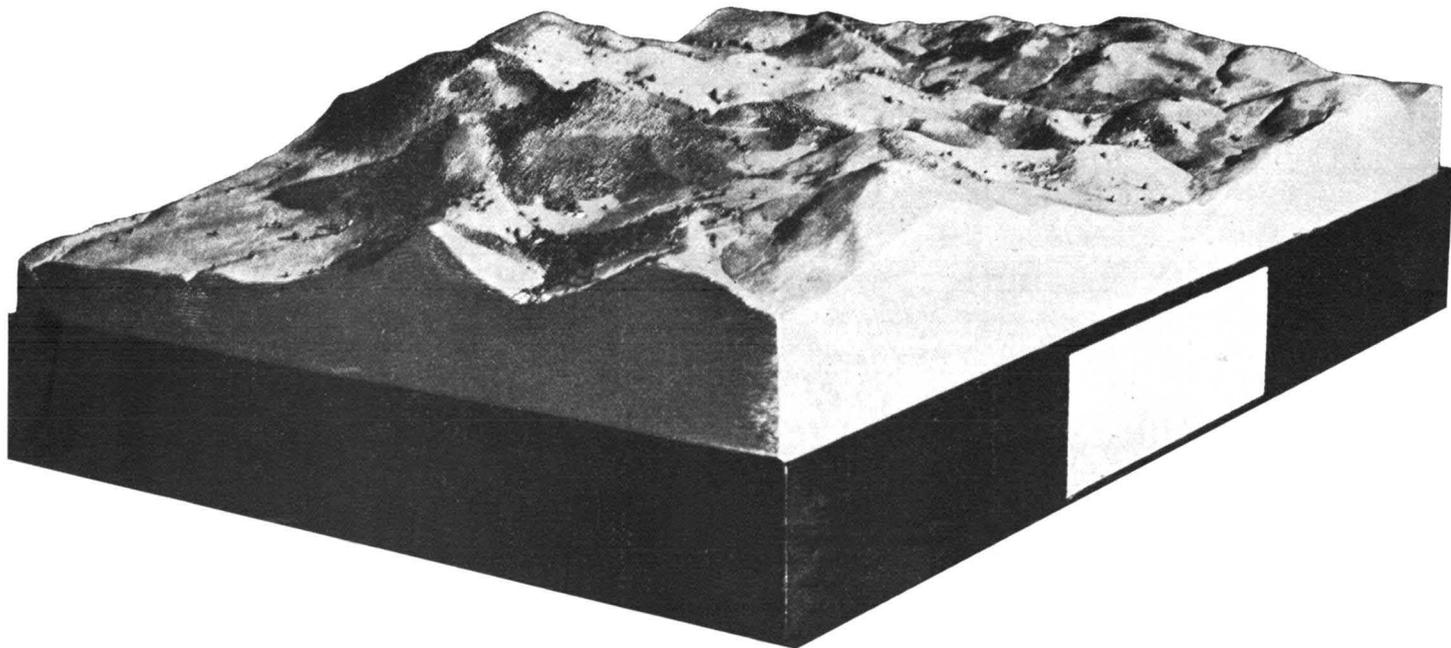


Fig. 19 — *Estereograma regional mostrando uma paisagem típica regional.*  
(SERVIÇOS AÉREOS CRUZEIRO DO SUL LTDA.).\*

---

\* Este estereograma pode ser visto no Museu Paisagístico do Serviço de Geografia e Cartografia do Conselho Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro.



Fig. 20 — Estereograma-ideal. Edição da COMPANHIA MELHORAMENTOS DE SÃO PAULO.

território menor. Quando a área a ser representada é de grandes proporções — como a dos continentes e de países de grande área como o Brasil, por exemplo — a representação estereográfica do relevo pode ser feita levando-se em conta a curvatura da Terra (Fig. 21).

No *hall* do edifício-sede do Instituto La-Fayette, no Rio de Janeiro, encontra-se exposto um mapa em relevo do nosso país, feito considerando a curvatura terrestre, na escala de 1:2 000 000 pela Seção de Estereografia do Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica do Conselho Nacional de Geografia em 1940.

**Atlas e mapas-murais** — Não é preciso encarecer as vantagens do emprego de mapas e atlas no ensino geográfico, sabida como é a importância da localização e extensão em Geografia.

“Em Geografia, escreve a professora Dinara V. Azevedo Leite, mapas e globos servem à objetivação e devem acompanhar todo o desenrolar da aprendizagem, servindo à consulta com o mesmo valor que um dicionário no estudo de línguas”.<sup>8</sup>

A seleção dos mesmos ficará a critério do professor, que procurará escolher os atlas e mapas necessários mais adequados ao aprendizado da Geografia no curso secundário.

**Livros de estudo, de leitura e publicações geográficas** — Constituindo a chamada *Biblioteca Geográfica* um dos elementos mais importantes da sala-ambiente de Geografia, deve haver à disposição dos educandos, uma boa coleção, — não muito numerosa mas bem selecionada — de publicações geográficas e de caráter geográfico. Estas publicações são: compêndios didáticos, livros de leitura e revistas geográficas ou de assuntos correlatos.

“A escolha dos livros de estudo e de leitura constitui uma das partes mais delicadas do ensino. São em número bem reduzido os bons livros de estudo, e quanto aos de leitura geográfica muitos são de literatura inferior.

Um bom livro de leitura, com algum caráter geográfico é tão fecundo quanto um bom compêndio.

Os livros escritos pelos grandes exploradores, servem para que o educando compreenda como tem sido lento e árduo o trabalho de exploração do nosso globo. Oferecem um exemplo de grande relevo, e despertam no aluno o sentido da aventura, da audácia e da energia, que para a eficácia da ação são sempre necessárias”.<sup>9</sup>

A presença regular de revistas geográficas, ou como dissemos, de publicações periódicas de interesse geográfico (por exemplo revistas de História Natural) na *Biblioteca Geográfica Escolar*, constitui poderoso fator de motivação, despertando, por meio das suas fotografias, estampas e ilustrações, principalmente as coloridas, o grande interesse e curiosidade do educando pela Geografia, além de contribuir grandemente para dar ambiente geográfico ao recinto.

**Fotografias e filmes** — As fotografias estampadas, diapositivos e filmes em preto e branco e colorido devem documentar toda a matéria ensinada no curso secundário. A seleção e adequação desses preciosos elementos da aprendizagem da Geografia precisam ser feitas com muito cuidado, a fim de não desviar a atenção do aluno do objetivo didático visado, transformando a aula em mero divertimento, como é comum.

“O emprego do material ilustrativo no ensino da Geografia tem razão psicológica, pois transmite à mente impressões, as quais, no caso de simples audição ou leitura têm que depender da imaginação e da memória do aluno.

Faz-se a aprendizagem, com auxílio desse material, de modo muito mais vivo, rápido e preciso, porque a memória visual, na maioria dos educandos, persiste por mais tempo que as outras”.<sup>10</sup>

A fim de iniciar a organização da filмотeca geográfica, de nível secundário, poderão ser obtidas cópias das películas dessa natureza no Instituto Nacional do Cinema Educativo, do Ministério da Educação. O Setor de Cinema Escolar do Serviço de Divulgação da Prefeitura do Distrito Federal também possui interessante coleção de filmes geográficos didáticos. Uma visita a estes dois órgãos educacionais será de grande utilidade para a organização da *Filмотeca Geográfica Escolar*.

<sup>8</sup> Ob. cit., pág. 330.

<sup>9</sup> Op. cit., pág. 253.

<sup>10</sup> Op. cit., págs. 252 e 253.

## IV — APARELHAGEM DE PROJEÇÃO LUMINOSA

A utilização de certas espécies de material didático não pode ser efetuada em classe, com proveito, senão por meio de uma aparelhagem acessória. E' o caso das fotografias, diapositivos e filmes, que só podem ser exibidos a grande número de alunos, de uma só vez, mediante aparelhos de projeção luminosa.

São dois os aparelhos que, para êsse fim, não devem faltar num bom gabinete de Geografia: o *epidiascópio* e o *projektor cinematográfico*.

**Epidiascópio** — O largo emprêgo dêste aparelho de projeção luminosa fixa nas escolas primária, secundária e superior, consagrou a sua inestimável utilidade em tôdas as salas de aula. Principalmente numa sala ou num gabinete de Geografia, onde não pode deixar de existir um dêsses aparelhos.

O epidiascópio — vulgarmente chamado "lanterna de projeção" — é um aparelho destinado a fazer projeções luminosas fixas, reunindo dois sistemas de projeções luminosas: um por episcopia, isto é, projeção das imagens por reflexão, (fotografias, estampas, ilustrações, mapas, impressos, etc.); e outro por diascopia, ou projeção de imagens por transparência, por meio dos diapositivos.

A grande utilidade do epidiascópio é permitir ao professor ilustrar os pontos do programa, projetando no desenvolver da aula, uma série de ilustrações préviamente postas em seqüência harmoniosa com o desenvolvimento do ponto.

O epidiascópio utiliza a fototeca, que deverá ser bem rica e bem organizada para atender a todos os pontos dos programas secundários.

Projetando sôbre a tela e para tôda a classe as fotografias e demais ilustrações, o epidiascópio evita o moroso e conraindicado método de exhibição de ilustrações, pelo professor, pessoalmente a cada aluno. "A objetivação por meio de desenhos e fotografias, torna-se muito mais proveitosa, quando em lugar de serem manuseados durante a aprendizagem, são projetados. Dessa maneira, não só há uma economia de tempo, pois a apresentação é feita de uma só vez, como facilita a parte interpretativa, pelo fato de o professor poder apontar e explicar os pontos principais, enquanto os estudantes vêem a gravura."<sup>11</sup>

**Projektor cinematográfico** — A utilização do projektor cinematográfico no ensino da Geografia é semelhante à do epidiascópio. Tem, no entanto, sôbre êsse aparelho a vantagem de dar uma projeção animada, permitindo ao mestre proporcionar aos educandos a oportunidade de surpreenderem a marcha dos fenômenos geográficos, bem como, a ação dos fatores geográficos. Além disso o filme didático geográfico auxilia — e às vêzes chega a substituir inteiramente — o professor, pois tem o grande recurso de mostrar ao educando, através da objetivação e pela visão do movimento, — a ação dos fenômenos geográficos em pleno dinamismo, em tôda sua vida.

Comparando as vantagens do emprêgo na didática da Geografia, das projeções fixa e animada, a professora Dinara V. Azevedo Leite assim escreve: "Muito mais relevante, porém, é o emprêgo da projeção animada na moderna didática.

Há certos fatos que sômente quando apresentados em seqüência dão uma idéia perfeita da sua atuação. Outros por se realizarem em situações raras ou especiais (eclipses, expedições polares, erupções vulcânicas), só podem conservar seu caráter de veracidade se o cinema proporcionar a reprodução posterior na tela".<sup>12</sup>

Os modelos de aparelhos cinematográficos indicados para as salas de Geografia, são os que projetam filmes de 16 milímetros de largura, pois a maioria dos filmes didáticos são feitos nesta bitola.

Existem aparelhos que projetam filmes de 16 e 35 milímetros. São, porém, de elevado custo. Há vantagem em que o aparelho seja de projeção sonorizada.

**Tela** — Complemento indispensável dos aparelhos de projeção luminosa, a boa tela deve figurar como elemento obrigatório nas salas de Geografia. Uma só tela poderá servir aos aparelhos de projeções fixa e animada. Deve, no entanto, ser de pano apropriado ou de tela revestida por grânulos de porcelana. Êste último tipo de tela oferece melhor reflexão das imagens, sendo de custo mais elevado.

Tanto o aparelho cinematográfico quanto o de projeção fixa deverão repousar sôbre banquetas apropriadas. Um acessório muito útil é a vareta indicadora, usada durante a projeção pelo mestre para apontar as imagens da tela.

<sup>11</sup> Dinara V. Azevedo Leite, op. cit., pág. 332.

<sup>12</sup> Op. cit., pág. 332.

## V — APARELHOS METEOROLÓGICOS

Certos aparelhos meteorológicos devem fazer parte do equipamento da sala de Geografia, pois servem para registrar fenômenos meteorológicos de influência geográfica mais acentuada.

São aparelhos meteorológicos indispensáveis ao ensino da Geografia no curso secundário os seguintes:

**Termômetro e termógrafo** — Simples ou de máximas e mínimas, com graduação nas escalas Fahrenheit e centesimal. O termógrafo (Fig. 22) é de grande utilidade nas aulas práticas, pois marca as variações da temperatura ambiente.

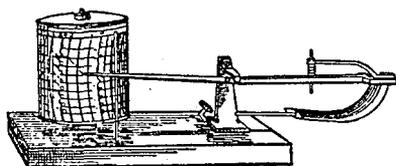


Fig. 22 — Termógrafo.

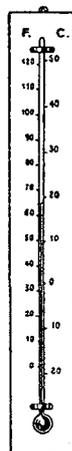


Fig. 23  
Termômetro.

A aquisição do termógrafo é dispendiosa, o mesmo não acontecendo com o termômetro simples de parede, cujo desenho mostramos ao lado (Fig. 23).

**Barômetro e barógrafo** — Um barômetro, tipo de sifão bastará para leituras da pressão atmosférica.

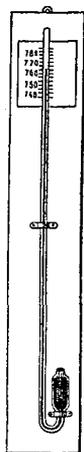


Fig. 24  
Barômetro.

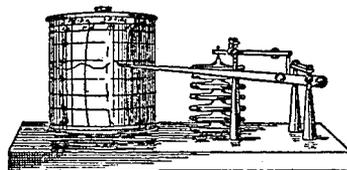


Fig. 25 — Barógrafo.

Sendo possível a aquisição de um barógrafo (Fig. 25), aparelho de preço também elevado, poderão ser feitas observações contínuas das variações da pressão atmosférica, em determinados espaços de tempo.

A fig. 24 mostra um tipo de barômetro simples (de sifão) recomendado pelo seu baixo custo.

**Higrômetro** — A fim de realizar-se medidas e observações da umidade atmosférica é necessário haver na sala de Geografia um higrômetro simples, como o higrômetro de cabelo.

O termômetro, termógrafo, barômetro, barógrafo e higrômetro são aparelhos meteorológicos que normalmente fazem parte do gabinete de Física, pelo que podem ser utilizados pelo professor de Geografia, por empréstimo do referido gabinete, evitando-se assim uma onerosa duplicata dos mesmos nas escolas.

**Pluviômetro** — Destinado a medir a quantidade de chuva caída cada vez, o pluviômetro deve figurar entre os aparelhos meteorológicos da sala de Geografia.

Por meio dêle os educandos terão uma idéia mais concreta da noção de quantidade total de chuva.

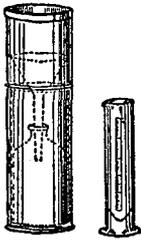


Fig. 26 — Pluviômetro.  
(Modelo A), de fácil  
construção.

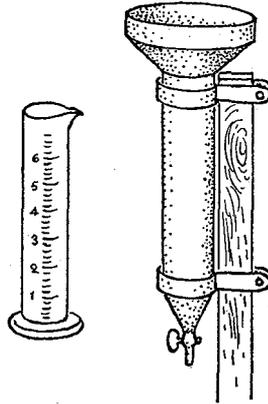


Fig. 27 — Pluviômetro. (Modelo B).

O modelo B é o mais comum, usado nas estações meteorológicas, sendo de fácil construção. O modelo A, de construção mais fácil ainda que o primeiro, pode mesmo ser construído pelos próprios alunos, com auxílio de uma vasilha cilíndrica que tenha o diâmetro com o comprimento igual ao do pluviômetro-padrão, medidas estas que podem ser conseguidas com tóda facilidade no posto meteorológico mais próximo.

**Anemômetro** — A velocidade dos ventos poderá ser observada e medida pelos alunos se a sala de Geografia possuir um desses aparelhos. Sua aquisição é, no entanto, dispendiosa.

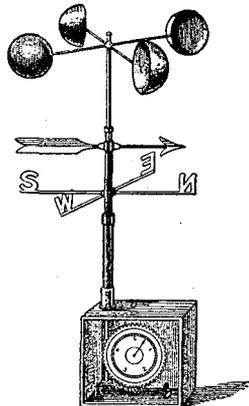


Fig. 28 — Anemômetro.

**Sismógrafo** — Se bem que no Brasil não haja terremotos, é útil mostrar aos alunos como se medem os tremores de terra. O sismógrafo da sala de Geografia não precisa ter a precisão dos sismógrafos dos observatórios geofísicos, é claro. Daí poderem ser construídos, de modo a registarem abalos intencionais nas experiências realizadas em classe, a fim de que os educandos observem como os abalos verdadeiros são registados.

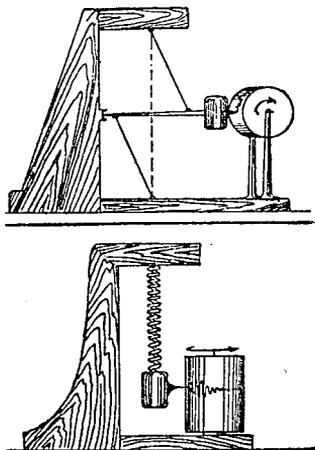


Fig. 29 — Dois tipos de sismógrafos de fácil construção.

Os modelos que acima apresentamos podem ser construídos com pouco dispêndio. No modelo B, é preciso uma mola metálica sensível e um mecanismo de relógio para mover o tambor registador, e, no modelo A, somente o referido maquinismo. O sistema de sustentação do oscilador é que varia: no de oscilação horizontal, são dois fios que sustentam a haste na extremidade da qual está um pêso com uma pena de escrever, cheia de tinta; no de oscilação vertical é uma mola, que sustém o referido pêso.

## VI — MATERIAL DE EXCURSÃO

A sala de Geografia deverá estar aparelhada com o material de excursão essencial para atender ao ensino da Geografia no campo.

Este material, geralmente de custo elevado, pode ser reduzido a um mínimo do qual fazem parte os seguintes instrumentos:

**Bússola** (para orientação em geral);

**Aneróide-altimétrico** (para medir altitudes);

**Podômetro** (para medir distâncias percorridas a pé);

**Prancheta portátil e alidade** (para fazer pequenos exercícios de levantamento expedito);

**Binóculo;**

**Câmara fotográfica;**

**Câmara cinematográfica.**

Para o caso de excursões mais distantes, por regiões desabitadas ou de difícil hospedagem, é indispensável a aquisição de barracas de lona e demais material de acampamento, de modelo leve e facilmente transportável, como o usado pelos escoteiros.

 Concorra para que o Brasil seja cartograficamente bem representado, enviando ao Conselho Nacional de Geografia informações e mapas que possam ser de utilidade à nova edição da Carta Geográfica do Brasil ao Milionésimo, que o Conselho está elaborando.

# Noticiário

## Capital Federal

### PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

#### Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica

DESIGNADO PARA PRESIDENTE O CORONEL PIO BORGES DE CASTRO — Por decretos do Presidente da República, datado de 7 de julho próximo passado, foi nomeado para membro do Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica e elevado a presidente do mesmo Conselho, o coronel José Pio Borges de Castro.



#### Fundação Brasil Central

EXONERAÇÃO E DESIGNAÇÃO DE PRESIDENTE — No dia 12 de agosto o presidente da República assinou decretos exonerando das funções de presidente da Fundação Brasil Central o Sr. Antônio Viçoso de Moraes Jardim e designando para substituí-lo nas mesmas funções o general da Reserva Francisco Borges Fortes de Oliveira.



#### INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

VIII SESSÃO ORDINÁRIA DAS ASSEMBLÉIAS GERAIS DO C.N.G. E C.N.E. — SOLENIDADE DE ENCERRAMENTO — RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DA ALA GEOGRÁFICA — Em solenidade realizada no auditório do Instituto Histórico, sob a presidência do embaixador Macedo Soares, encerraram-se a 24 de julho os trabalhos da VIII Sessão Ordinária das Assembléias Gerais dos órgãos centrais do I.B.G.E. — Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística —, cuja instalação se deu a 1 do mesmo mês em idêntica solenidade, também presidida pelo embaixador Macedo Soares, e a que estivera presente o titular da Justiça.

Além dos membros das delegações federais e estaduais às Assembléias de ambas as alas do Instituto, compareceram ao ato altas autoridades, técnicos, geógrafos e estatísticos, bem como funcionários da entidade. Apresentando os relatórios das atividades de uma e outra Assembléia, falaram o Eng.º Christovam Leite de Castro e o Dr. Rafael Xavier, secretários-gerais do C.N.G. e C.N.E., respectivamente.

Em nome das delegações federais às Assembléias Gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, falaram, respectivamente, os Drs. Flávio Vieira, representante do Ministério da Viação, e M. A. Teixeira de Freitas, delegado do Ministério da Educação. Pelas representações regionais falou o delegado do Rio Grande do Norte, Sr. Custódio Toscano.

Por fim, usou da palavra o embaixador José Carlos de Macedo Soares que se congratulou com os membros das Assembléias pelo êxito dos trabalhos que declarava encerrados, concitando-os a prosseguirem na tarefa destinada a assegurar o crescente desenvolvimento do sistema estatístico-geográfico brasileiro.

*Relatório do Eng.º Leite de Castro — E' o seguinte o relatório das atividades da VIII Sessão Ordinária da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, apresentado pelo Eng.º Christovam Leite de Castro:*

“O nosso regimento é imperativo ao estabelecer que, na reunião de encerramento de cada sessão da Assembléia, o secretário-geral do Conselho leia um relatório dos trabalhos nela empreendidos.

O dispositivo regimental significa um castigo para os dignos delegados à Assembléia quando, como ocorre, o titular da Secretaria, apoucado nas suas forças, não pode oferecer uma peça merecedora de atenção, em que se afirmem conceitos de fundo e interpretações precisas dos fatos, tudo bem ajustado em uma forma literária agradável e adequada.

Consolai-vos, porém, caros colegas, porque muito maior é o castigo que o Regimento infringe ao atual responsável pelo relatório, que o elabora em meio às afanosas tarefas da Assembléia, a aumentar-lhe as aflições da incapacidade.

Por isso, procurarei ser breve para benefício dos ouvintes e meu.

\* \* \*

*A ambiência — Analisarei a Assembléia de 1948 sucintamente sob dois aspectos — Ambiência e Ação —, para que com o primeiro — Ambiência — caracterize o ambiente espiritual em que a Assembléia se movimentou, e, através do segundo — Ação —, relate o que ela efetivamente realizou.*

O ambiente espiritual da Assembléia foi excepcionalmente auspicioso; com efeito, nela dominou um regozijo que justificadamente se impôs, evidenciou-se um prestígio de larga repercussão, uma cordialidade alentadora se comunicou e houve a manifestação de uma cultura objetiva.

Contentamento justificado dominou a Assembléia desde o dia da sua instalação, quando se efetivou o retorno do eminente embaixador José Carlos de Macedo Soares à presidência do nosso Instituto, fato auspiciosíssimo que a nossa Assembléia timbrou em assinalar como sua primeira decisão, aprovando a Resolução n.º 212, a inicial da série de 1948.

A certeza da continuação da obra técnica e científica do Conselho, que se desenvolve harmônica, segura e promissoramente, constituiu o fundamento principal do manifesto regozijo da Assembléia, ao ver-se, desde o primeiro momento da sua instalação, conduzida pelo seu valeroso timoneiro.

O prestígio da Assembléia galgou culmâncias pela alta influência do nosso presidente efetivo, tanto assim que proporcionou aos seus membros duas oportunidades para se avistarem com o primeiro magistrado da Nação, o honrado presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra: uma, no dia 7, neste mesmo acolhedor Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao ensejo da sessão magna comemorativa do centenário do nascimento de Ro-

drigues Alves; a outra, ontem à tarde, no Palácio do Catete, quando Sua Excelência nos recebeu em audiência.

Manifestou-se também esse prestígio pelas honrosas visitas à nossa Casa e pelos dignificantes convites recebidos.

O eminente engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, governador do Estado de Goiás, visitou-nos do dia 20, quando teve ocasião de inteirar-se de trabalhos que o Conselho executou e executa em Goiás, e, ao agradecer a homenagem calorosa que merecidamente lhe foi tributada, além de referir-se elogiosamente à obra do Conselho, declarou o seu desejo de criar o Departamento Geográfico do Estado, para o que solicitava a colaboração da Assembléa, que prontamente lhe atendeu ao pedido com a Resolução n.º 243 hoje aprovada.

De dois secretários de Embaixada recebemos a visita — da Argentina e do Uruguai —, tendo sido prestada a ambos a homenagem sincera do Conselho, que vislumbra no intercâmbio cultural forças poderosas de aproximação compreensiva e duradoura dos povos.

Técnicos nacionais vieram à nossa casa e assim nos foi possível conversar com Alberto Lamego, Armando Pina, Francisco Juruena, José Paiva Prudente, professora Heloisa Alberto Torrès, que nos trouxeram valiosos subsídios, entre outros, sobre a pesquisa geográfica, o problema da plataforma continental, a sistemática da divisão territorial e a organização do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

Acresce ainda a visita do professor Federico De Agostini, representante de respeitável tradição da tão avançada Cartografia italiana, o qual nos proporcionou o exame de modernísimos atlas e nos fez a gentil oferta dos préstimos dos seus estabelecimentos gráficos.

Por outro lado, foi a Assembléa prestigiada com honrosos convites de numerosas instituições, de modo que, assim, os seus membros tiveram a oportunidade feliz de visitar o prestigioso Serviço Geográfico do Exército, a modelar Diretoria de Hidrografia e Navegação da Armada, o secular Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a científica Associação dos Geógrafos Brasileiros, a respeitada Faculdade Nacional de Filosofia, o brilhante Museu Imperial de Petrópolis, a promissora e novel Agência Municipal de Estatística, modelo, de Petrópolis, a Exposição de Etnografia organizada pelo Conselho Nacional de Proteção aos Índios e, finalmente, a Biblioteca Nacional para o exame das obras monumentais de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Cordialmente alentadora marcou a nossa Assembléa, a evidenciar a união construtiva de quantos se aplicam na obra gigantesca do Instituto e do Conselho.

Na intimidade das nossas reuniões plenárias encontramos-nos todos como velhos camaradas, porque mesmo aqueles que pela vez primeira participaram da Assembléa do Conselho atuaram como lídimos geógrafos e brasileiros, e desde o primeiro momento sintonizaram-se nos ideais e propósitos que, elevados e objetivos, constituem a bandeira do Conselho Nacional de Geografia.

Ademais, refletindo tradicional amizade, os dois Conselhos competentes do Instituto trocaram visitas amistosas, que ainda mais entrelaçaram geógrafos e estatísticos, os quais, cada vez mais compreensivos, ajustados e cheios de entusiasmo, se aplicam na gloriosa tarefa do melhor conhecimento da terra e da gente brasileira.

Por fim, na suave intimidade da família geográfica, a Assembléa teve convívio com os funcionários do Conselho que, incorporados, a procuraram, a fim de manifestarem agrade-

cimentos pela concessão da licença-prêmio, que lhes foi conferida mediante Resolução n.º 215.

Nesse particular, é digna de nota a circunstância de haver a Assembléa de 1948 tomado contacto direto com os elementos relacionados com o Conselho, de todos os níveis, desde o presidente da República, que é o dirigente superior da instituição, até o modesto servente da repartição central, que também efetiva a sua contribuição em favor da obra geográfica comum.

Feita de regozijo, de prestígio e de cordialidade, como vimos, a Assembléa teve uma quarta característica ambiental — a cultura envolvente.

Quero nesse particular referir-me não à cultura dos membros da Assembléa que se reflete nas Resoluções aprovadas, o que será analisado na segunda parte do relatório reservada à Ação.

Refiro-me, sim, a dois empreendimentos culturais, de iniciativa do Conselho, que se realizaram concomitantemente com a Assembléa.

O primeiro empreendimento foi o Curso de Informações Geográficas destinado aos professores de Geografia durante o período das férias escolares, e que no ano corrente se iniciou no dia 5 de julho e se encerrou ontem.

A Assembléa teve oportunidade de acompanhar os trabalhos desse Curso e através dele sentir os efeitos da iniciativa cujo benefício ao ensino da Geografia no país é dispensável demonstrar, tão evidente se manifesta.

O segundo empreendimento cultural foi a série de conferências especialmente destinadas à Assembléa e que, no corrente ano, levaram à tribuna quatro abalizados intelectuais: o ilustre deputado Dr. Manuel Novais Filho que, veementemente, dissertou sobre "O Rio São Francisco"; o culto Dr. Afrânio de Carvalho que, equilibradamente, tratou da "A Lei Agrária e a Geografia"; o vibrante Dr. Péricles de Melo Carvalho que, corajosamente, nos apresentou os "Aspectos positivos e negativos do problema imigratório brasileiro"; e o conceituado deputado engenheiro João Ponce de Arruda que, esperançosamente, nos falou do "O Plano SALTE em face da Geografia".

Essa série de conferências — pelos temas e pelos oradores — reflete uma orientação do Conselho que, conforme já foi dito e salientado além fronteiras, inscreve no seu programa de ação a legenda: "Geografia, ciência moderna ao serviço do Homem".

Realmente, há essa orientação no Conselho, de colocar-se a Geografia servindo ao Homem, daí a preocupação constante e crescente da consideração dos problemas nacionais do momento.

Nessas quatro conferências de alta cultura não procurou o Conselho geógrafos militantes, que tantos e valiosos existem, mercê de Deus, no país.

Os conferencistas escolhidos foram dois administradores e dois parlamentares, que falaram todos a mesma linguagem objetiva em torno de problemas atuais do Brasil.

O diretor-geral do Departamento Nacional de Imigração, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, — cujo ministro o Exmo. Sr. Dr. Morvan Dias de Figueiredo, honrou a Assembléa com a presidência da conferência — veio esclarecer-nos sobre o problema da imigração, pelo qual a Geografia tem justificado interesse.

O chefe do Gabinete do ministro da Agricultura comentou o projeto da nova lei agrária, da sua autoria, para que nós geógrafos pudéssemos compreender o sentido da organização rural em estudo.

O deputado que preside a Comissão Parlamentar da Valorização do São Francisco, a qual dirige a aplicação dos abundantes recursos previstos na Constituição, mostrou o que se fez, o que se faz e o que se pretende fazer, em favor da importante região nordestina.

O deputado, que é o relator do Plano SAITE, submetido à consideração do Congresso pelo senhor presidente da República — plano que representa promissora inovação na nossa política administrativa pela convergência da ação dos partidos políticos em torno de planos nacionais — veio revelar-nos como se pretende enfrentar quatro fundamentais problemas brasileiros, que se rotulam nos tópicos — saúde, alimentação, transporte e energia —.

A série de conferências, na interpretação fiel dos seus objetivos, reflete a política geral do Conselho de colocar a Geografia ao serviço da vida nacional.

\* \* \*

A ação — Beneficiada com ambiência tão auspiciosa e favorável, que atividades efetivo a Assembléa, é a pergunta que logo surge.

Vejamos primeiro os números, — que me perdoem as falhas os nobres colegas da Estatística.

A Assembléa levou a efeito ao todo 18 reuniões plenárias, sendo 16 ordinárias, e duas solenes: a reunião de instalação e a presente de encerramento, que, de acordo com a legislação, se efetuam na prestigiosa companhia da Assembléa de Estatística.

A Assembléa compôs-se de 38 delegados, sendo 18 da representação federal e 20 da representação estadual.

A freqüência às reuniões plenárias, às 17 reuniões, total é, a todas, menos à que ora nos congrega na hora última, foi a seguinte: total de 475 presenças, sendo 207 presenças de delegados federais, 268 presenças de delegados estaduais.

Portanto, a média global foi de 28 presenças por reunião sendo 12 da representação federal e 16 da representação estadual; e as taxas globais de freqüência assim se apresentam: freqüência total 73,6%; freqüência federal 66,6%; freqüência estadual 80,0%.

A dedicação dos membros da Assembléa se reflete nesses números, sobretudo se se levar em conta que as reuniões ordinárias tiveram uma duração média de 4 horas.

\* \* \*

Nas suas 16 reuniões ordinárias, a Assembléa aprovou 34 Resoluções, numeradas de 212 a 245, e 2 Indicações; e essas 36 deliberações assim se podem distribuir: de caráter administrativo 18, de natureza técnica 18, em curiosa e surpreendente igualdade.

A apreciação das Resoluções aprovadas pode ser feita segundo numerosos critérios; neste relatório, o critério vai ser o da repercussão, examinando-as em três grupos: as de repercussão no interior, as de projeção no país e aquelas sobre a vida interna do Conselho.

Os números revelam haver 2 Resoluções de repercussão no estrangeiro, 17 de projeção no país e 17 sobre a vida interna do Conselho.

Dois assuntos de natureza internacional mereceram exame da Assembléa, que lhes deu tratamento adequado: um, a realização em maio de 1949, no Brasil, da "I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia"; outro, a atuação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica.

A Reunião Pan-Americana, de acordo com a Resolução n.º 239, passou a ter o patrocínio do Conselho Nacional de Geografia do Brasil, que não poderia faltar, por todos os motivos: a reunião é no Brasil, é brasileira não só a presidência do Instituto Pan-Americano de Geografia e História como a da sua Comissão de Geografia, que promove a reunião internacional.

A consideração do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica também se impunha porque, destinado a fazer estudos científicos na Hiléia, cuja maior parte se encontra no Brasil, o Conselho não poderia estar alheio a essas investigações científicas, de tanto interesse para o melhor conhecimento da terra da Amazônia; daí a oportunidade da Resolução que deu tratamento adequado à participação do Conselho em tais estudos.

As 17 Resoluções, que tratam de assuntos da vida interna do Conselho, refletem sobretudo uma preocupação importante desta Assembléa, que foi a atualização do sistema orgânico do Conselho.

Depois de 11 anos de efetivo funcionamento, evidenciou-se necessário rever os dispositivos orgânicos, para pô-los mais de acordo com a atualidade da estrutura e da atuação dos órgãos do Conselho.

O trabalho da Assembléa nesse particular foi meritório e profundo, começou pela reforma do estatuto básico do Conselho, que é o seu Regulamento, desdobrou-se a atualização aos órgãos deliberativos superiores — Assembléa Geral e o Diretório Central — e depois estendeu-se aos órgãos executivos fundamentais, às repartições centrais do Conselho — a sua Secretaria-Geral e o seu Serviço de Geografia e Cartografia.

Importa isso em dizer que a Assembléa de 1948 prestou à instituição valioso concurso, não só promovendo um novo Regulamento em que se dá ao Conselho, em geral, estrutura adequada à realidade atual do seu funcionamento, como também, em especial, atribuindo organização atualizada aos quatro órgãos básicos da instituição, os dois deliberativos superiores e os dois executivos centrais.

As 17 deliberações que envolvem assuntos de projeção nacional, ventillam matéria variada, que assim se distribui: matéria geral 6; matéria geográfica 7 e matéria cartográfica 4.

Como matéria geral, cumpre salientar a Resolução n.º 218 que determinou a realização da sessão da Assembléa de 1949 na cidade do Salvador, como contribuição do Conselho às comemorações do glorioso 4.º centenário da fundação da Bahia.

De natureza geográfica, ressaltam oportunidades decisivas: a que dá movimentação ao Cadastro dos Professores de Geografia, organizado pelo Conselho, de modo a efetivar-se assistência mais intensa ao ensino da Geografia no país; a que dispõe sobre o preparo de diafilmes referentes à Geografia do Brasil, em cooperação com o Departamento Nacional de Educação; a que determina a distribuição de material didático aos professores de Geografia.

Finalmente, no setor da Cartografia, a Assembléa aplicou esforços consideráveis, à procura de boas soluções a momentosos problemas.

Resolução de evidente oportunidade e importância, a de n.º 238 tratou do magno problema, para a Geografia nacional, da sistemática da divisão territorial, aprovando medidas que situam prudentemente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no problema e efetivam adequadamente a possível colaboração do Conselho no êxito da campanha, complexa e difícil, de obter-se de todas as unida-

des políticas da Federação que, observadas as peculiaridades do mecanismo legislativo de cada uma, baixem as leis fixando as novas divisões territoriais que, simultaneamente, entrem em vigor em 1.º de janeiro de 1949 para vigorarem inalteravelmente até 31 de dezembro de 1953.

Atendendo à honrosa solicitação do Exmo. Dr. Jerônimo Coimbra Bueno, digno governador do Estado de Goiás, formulada na sua prestigiosa visita, a Assembléa, com a Resolução n.º 243, sugeriu ao esclarecido Governo goiano uma organização para o Departamento Geográfico a ser criado; o assunto, como é natural, despertou vivo interesse, sobretudo da parte dos delegados estaduais, na maioria diretores de serviços geográficos, que tiveram oportunidade para contribuir com os ensinamentos das suas experiências administrativas; surgiu assim um projeto de organização de serviço geográfico estadual que há de ser, não apenas uma sugestão específica, mas também uma referência proveitosa aos demais Estados da Federação.

Finalmente, a caracterizar a presente Assembléa como animadora da Cartografia há a salientar — e propositadamente deixei esse comentário para encerrar o relatório —, há a mencionar as Resoluções ns. 217 e 245 que autorizam o presidente do Conselho a assinar convênios com os governos dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, respectivamente, para o preparo de novos mapas dos seus territórios, em cooperação com o Conselho.

Verifica-se assim que o Conselho inicia uma nova fase, denunciadora do seu desenvolvimento fecundo, no setor da Cartografia.

Até então, o Conselho distribuía a sua atividade específica somente em torno da planificação e a realização de planos de interesse nacional, dentro da política científica geral de colar o país de uma estrutura cartográfica básica, para que nela se apoiem os levantamentos de menor precisão ou de maior extensão a cargo das instituições privadas e das oficiais menos aparelhadas.

Entretanto, não era possível atender a tudo ao mesmo tempo.

Já agora a situação se apresenta favorável: a documentação cartográfica, sobretudo de natureza fotográfica, existente, é abundante, atual e valiosa; o aparelhamento desenvolveu-se; o pessoal técnico ampliou-se.

Assim sendo, pode o Conselho pensar em estender a sua atividade a planos regionais; mas, nesse caso, impõe-se o regime de cooperação, que a forma do convênio, sem dúvida adequada, bem resguarda.

A cooperação é indispensável, porque não é possível ao Conselho arcar com a responsabilidade integral de planos que, em rigor, não poderão ser objeto de programas do Conselho, a não ser na forma cooperativa; a cooperação é oportuna, porque auxiliando as partes, o Conselho caminhará mais rapidamente para o todo que é o seu objetivo; e, finalmente a cooperação é propícia porque, dentro da política que a Assembléa estabeleceu, esses Convênios devem constituir fator para que no Estado beneficiado se crie ou se desenvolva o serviço geográfico estadual, por forma que o mapa resultante do Convênio possa ter depois constante enriquecimento e correção.

A manhã de hoje foi felicíssima para o Conselho, porque, perante a Assembléa, se deu a assinatura do Convênio entre o Estado do Rio Grande do Norte, representado pelo seu ilustre secretário-geral, Dr. Custódio Toscano, delegado potiguar à Assembléa, e o Conselho, representado pelo seu secretário-geral, por

delegação do presidente do Instituto, para o preparo de uma nova carta do Estado na escala de 1:300 000, tendo-se comprometido o Governo do Estado, pela cláusula sexta, a criar oportunamente um núcleo inicial de Cartografia.

Foi a chave de ouro com que a Assembléa encerrou os seus trabalhos normais; foi um verdadeiro *finis coronat opus*; desejo aproveitar essa mesma chave de ouro para encerrar o presente relatório.”

★

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA A DELEGAÇÃO BRASILEIRA À REUNIÃO DA COMISSÃO REGIONAL DA III ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA INTERNACIONAL — No dia 17 do corrente o presidente da República exarou despacho relativo ao pedido de autorização formulado pelo Ministério da Agricultura, para que sejam designados os Engs. Francisco Xavier Rodrigues de Sousa e Leandro Riedel Ratisbona, para representarem o Brasil na próxima reunião da Comissão Regional da III Organização Meteorológica Internacional, a realizar-se em Buenos Aires.

☆

## Departamento Nacional da Produção Mineral Comissão Permanente de Crenologia

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁGUAS MINERAIS E CONGÊNERES DO PAÍS — A fim de prosseguir nos estudos relativos à classificação de todas as águas minerais e congêneres do país, esteve reunida a 18 do corrente a Comissão Permanente de Crenologia do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura. A referida comissão juntamente com os órgãos técnicos do D.N.P.M. fará com que as estâncias e empresas hidro-minerais se enquadrem perfeitamente dentro das disposições dos Códigos de Minas e Águas Minerais.

★

## MINISTÉRIO DA GUERRA

### Biblioteca Militar

CONCURSO COMEMORATIVO DA 2.ª BATALHA DOS GUARARAPES — NORMAS APROVADAS — Para comemorar o tri-centenário da 2.ª batalha dos Guararapes, a Biblioteca Militar instituiu um concurso de teses sobre o memorável feito histórico, tendo sido para isso estabelecidas as seguintes normas a que deu aprovação o ministro da Guerra:

Normas para um concurso comemorativo da 2.ª batalha dos Guararapes.

I — A Biblioteca Militar pretende comemorar a passagem do tri-centenário da 2.ª batalha dos Guararapes, com a publicação de uma obra que obedece às seguintes condições:

- 1) Contenha de 150 a 300 páginas;
- 2) Tenha como sub-título — *História resumida das guerras holandesas no norte do Brasil*. Esse sub-título sintetizará o seu objetivo, pois a obra deve abranger integralmente as lutas que se travaram da Bahia para o Norte entre 1624 e 1654, quando da investida colonizadora dos holandeses contra aquela região;
- 3) A obra deve, como é óbvio, ser de fundo nacionalista brasileiro e ter em vista o fato de nossa predominante ascendência portuguesa.

II — Para julgar as obras apresentadas, será nomeada pelo ministro da Guerra uma comissão, de que fará parte apenas um dos membros da comissão de seleção de livros a publicar, indicado pelo diretor da Biblioteca Militar, como informante com voto.

Parágrafo único — Os trabalhos desta comissão serão secretos e as suas resoluções, inapeláveis.

III — A obra classificada em 1.º lugar será publicada pela Biblioteca Militar como edição comemorativa do tri-centenário da 2.ª batalha dos Guararapes. No entanto para que obtenha essa honrosa citação, deve atender aos seguintes pontos:

- 1) Ser considerada perfeita sob o ponto de vista histórico;
- 2) Ser bem escrita;
- 3) Prestar as devidas homenagens aos heróis nacionais, incluídos nesse número os estrangeiros que se bateram contra os holandeses;
- 4) Não ter cunho ideológico contrário aos princípios em que se desenvolveu a civilização brasileira;
- 5) Reunir pelo menos 2/3 dos sufrágios no âmbito da comissão julgadora.

IV — A obra que venha a satisfazer tôdas as condições estabelecidas no item III, além de um prêmio de Cr\$ 30 000,000 (trinta mil cruzeiros) que se lhe concede, será publicada pela Biblioteca Militar, a quem ficam reservados todos os direitos autorais da 1.ª edição, até que esta se esgote.

V — Embora nenhuma das obras apresentadas satisfaça às condições estabelecidas no item III, a comissão de seleção de livros a publicar poderá escolher uma delas, ou mesmo mais de uma, para incluir nas suas edições de rotina, neste caso com as retribuições que normalmente são pagas pela Biblioteca Militar aos autores de livros por ela editados.

VI — Fora dos pontos fixados nesta norma, os autores têm toda liberdade para tratar do assunto.

VII — Os autores devem, para facilitar o trabalho da comissão julgadora, entregar à Biblioteca Militar duas vias de suas obras.

Gen. F. de Paula Cidade, Diretor da Biblioteca Militar.

O prazo para entrega das monografias destinadas ao concurso encerrar-se-á a 31 de dezembro.

★

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital Federal

ENTREGUE AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA O RELATÓRIO FINAL DAS SUAS ATIVIDADES — Tendo ultimado a tarefa que lhe foi cometida por determinação constitucional, a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do País fez entrega ao Presidente da República do relatório final dos seus trabalhos, ao qual foi anexado o mapa da área escolhida para futura sede do Governo Federal e que compreende 777 quilômetros quadrados. O ato realizou-se no Palácio do Catete, comparecendo ao mesmo além dos membros da referida Comissão, altas autoridades federais, inclusive ministros de Estado e parlamentares.

A Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital Federal é presidida pelo general Djalma Foli Coelho e integrada pelos se-

guintes membros: Engs. Christovam Leite de Castro, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia, Jerônimo Coimbra Bueno, governador do Estado de Goiás, Luís Augusto da Silva Vieira, Antônio Carlos Cardoso, Artur Tórres Filho, Francisco Xavier R. de Sousa, Geraldo de Paulo e Sousa, Jorge Leal Burlamaqui, Lucas Lopes, Luís Anhaia de Melo e Odorico Rodrigues de Albuquerque.

☆

REQUISICÃO DE UM DESENHISTA DA D.F.P.M. — A 31 do mês passado o presidente da República exarou despacho autorizando a requisição, pela Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, do desenhista da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura, Jorge do Rêgo Barros.

★

### MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

OBRAS DO BARÃO DO RIO BRANCO — Editadas pelo Ministério das Relações Exteriores e impressas na Imprensa Nacional, dois novos volumes das obras do barão do Rio Branco acabam de aparecer. São estes o V e o VIII que enfeixam, respectivamente, *Exposições de Motivos* sobre questões de limites com a Bolívia, Peru, Equador e Uruguai e *Estudos Históricos* no qual se incluem a "Esquisse de l'histoire du Brésil" e os "Apontamentos para a história militar do Brasil".

☆

DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES DO BRASIL A CONFERENCIA INTERNACIONAL DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS — Por decreto do presidente da República, assinado na pasta das Relações Exteriores, a 17 do corrente, foram designados para integrarem a representação brasileira na Conferência Internacional de Conservação dos Recursos Naturais a realizar-se em setembro próximo em Colorado, nos Estados Unidos, os Srs. Álvaro Barcelos Fagundes, Paulo Fagundes e Paulo Ferreira de Sousa.

★

### MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

REPRESENTANTE DO BRASIL NA COMISSÃO MISTA BRASILEIRO-BOLIVIANA PARA ATUALIZAR O ORÇAMENTO RELATIVO A CONSTRUÇÃO DA FERROVIA VILA-SANTA CRUZ DE LA SIERRA — O ministro da Viação e Obras Públicas baixou portaria a 17 do corrente, designando para ficar à disposição do Ministério das Relações Exteriores o Eng.º Otton Alvares de Araújo Lima, diretor da Divisão de Estudos do Departamento Nacional de Estradas de Ferro, a fim de integrar como representante do Brasil, a Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, criada para atualizar o orçamento relativo à construção da Estrada de Ferro Vila-Santa Cruz de La Sierra.

☆

Departamento Nacional de Obras de Saneamento

AQUISICÃO DE MATERIAL DESTINADO A OBRAS DE REGULARIZAÇÃO DOS RIOS BOACICA, ITIÚBA, BETUME E PROPRIA — A 14 do corrente o presidente da República

exarou despacho, autorizando o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar, por intermédio do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, estudos topográficos e adquirir, independentemente de concorrência, equipamentos em campo e material de escritório, des-

tinados a estudos e obras de regularização dos rios Boacica, Itiúba, Betume e Propriá, à conta de dotação constante da verba 4.<sup>a</sup> do seu vigente orçamento, devendo para esse fim ser posta à disposição do referido Departamento a quantia de Cr\$ 1 000 000,00.

★

## Unidades Federadas

### MINAS GERAIS

**CAMPANHA DE DEDETIZAÇÃO DO VALE DOS GRANDES RIOS** — Com a presença do ministro da Educação e Saúde, do governador Milton Campos e dos diretores do Departamento Nacional de Saúde e Serviço Nacional da Malária, além de outras autoridades federais e estaduais, inaugurou-se a 6 do corrente em Belo Horizonte, a campanha de detetização do vale dos grandes rios de Minas Gerais. Segundo está previsto, mais de mil localidades em 28 municípios do Estado onde se verificou a incidência da parasitose, serão percorridas pelas equipes sanitárias, devendo assim ser beneficiada uma área de cerca de 334 160 quilômetros quadrados, incluindo 310 000 prédios com a superfície interna, a ser dedetizada, de 77 500 000 metros quadrados. A campanha exigirá um consumo de 736 000 litros de inseticida e provavelmente de 105 toneladas de DDT em pó e 31 toneladas umedeçível. Uma média de 900 homens trabalharão diariamente, devendo ser postos à sua disposição 40 veículos de diferentes tipos.

Vale lembrar que a aplicação do DDT, além do objetivo visado pelo Serviço Nacional da Malária, traz, sem dúvida, benefícios outros, promovendo a eliminação de inúmeros outros insetos domésticos.

Paralelamente à campanha de detetização, continuará a ser executado dentro da mesma

área o plano de assistência medicamentosa que beneficiará uma população calculada em 3 217 552 habitantes, no que está previsto o consumo anual de um milhão de comprimidos de Aralen, novo sintético que permite, em dose única, debelar o acesso da doença e, conseqüentemente promover a cura clínica e a imediata recuperação do paciente.

★

### RIO GRANDE DO SUL

#### Instituto Histórico e Geográfico

**ELEIÇÃO DO PRÍNCIPE DOM PEDRO DE ORLEÃES E BRAGANÇA** — Mediante proposta de nove dos seus sócios com parecer favorável da sua comissão de admissão, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul acaba de eleger para o seu quadro de sócios correspondentes o príncipe Dom Pedro de Orleães e Bragança, chefe da família imperial do Brasil e que se tem recomendado principalmente pela sua dedicação às pesquisas históricas. Sobe assim o número de entidades culturais a que pertence o príncipe Dom Pedro de Orleães e Bragança, que é sócio também dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro, de São Paulo, de Petrópolis, de Sergipe, Amazonas, Pará, Ceará, Bahia e Paraíba.

★

## Exterior

### PARAGUAI

#### Universidade de Assunção

**CONFERÊNCIA DO PROF. PEDRO CALMON** — Especialmente convidado pela Universidade de Assunção, o historiador brasileiro professor Pedro Calmon, realizou a 18 do corrente naquela Universidade uma conferência sobre o tema: "A civilização tupi-guarani", à qual estiveram presentes, além do presidente do Paraguai, Sr. Natalicio González que presidiu o auditório, os ministros da Educação, da

Fazenda e da Côrte Suprema, bem como de inúmeros intelectuais e cientistas paraguaios, notando-se também entre os que ali se acharam o embaixador do Brasil e senhora e membros das missões militar e cultural do nosso país na vizinha República.

O presidente da Côrte Suprema do Paraguai ofereceu ao Prof. Pedro Calmon uma homenagem que se realizou em sua residência e da qual participaram personalidades de destaque nos círculos oficiais e culturais daquele país.

## Relatórios de instituições de Geografia

### e ciências afins

# Relatório dos Representantes Estaduais Apresentado à VIII Reunião Ordinária da Assembléa Geral do C.N.G.

## ALAGOAS

Pelo Sr. Francisco Xavier da Costa, delegado do Estado de Alagoas à VIII Reunião Ordinária da Assembléa Geral do C.N.G., realizada nesta capital em julho findo, foi apresentado o seguinte relatório das atividades do Diretório Regional de Geografia daquele Estado:

Na qualidade de delegado do Estado de Alagoas, na oitava reunião plenária do Conselho Nacional de Geografia, cabe-me o dever de apresentar-vos o sucinto relato das atividades desenvolvidas no campo da geografia, sob a orientação e os auspícios do Diretório Regional de Geografia.

As circunstâncias não nos permitiram imprimir aos trabalhos do órgão regional do sistema geográfico brasileiro o ritmo acelerado que seria de desejar. Apesar dos esforços empreendidos com esse objetivo, estamos longe de alcançar o nível de eficiência que temos em vista. A ação do Diretório é forçosamente barreada por uma série de dificuldades que não puderam ser vencidas, não obstante a boa vontade e o interesse dos geógrafos alagoanos e, bem assim, a simpatia e o apoio do governo do Estado.

Contudo, é de esperar que, em breve prazo, o Diretório Regional de Geografia encontre, afinal, condições favoráveis ao desenvolvimento de suas atividades e possa, desse modo, realizar a parte que lhe cabe na obra admirável do Conselho Nacional de Geografia.

\* \* \*

Quando se processou, há seis anos, a reforma do sistema estatístico alagoano, foi objeto de estudo especial a criação de um órgão dedicado à execução de trabalhos geográficos. Verificaram-se, nessa oportunidade, entendimentos proveitosos com a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia, por intermédio do seu ilustre titular, o Dr. Christovam Leite de Castro.

Foi assim que o governo do Estado de Alagoas criou, pelo Decreto-lei n.º 2791, de 16 de outubro de 1942, como parte da estrutura do Departamento Estadual de Estatística, a Secção de Estatística Fisiográfica, dando-lhe, entre outras incumbências, a da realização de trabalhos de ordem geográfica.

As atribuições do novo órgão do D.E.E. foram fixadas no respectivo regimento, aprovado pelo Decreto n.º 97, de 25 de novembro de 1942. Dentro de suas possibilidades e apesar da mingua de recursos, a S.E.F. vem exe-

cutando, da melhor forma possível, as tarefas que lhe cabem.

Posteriormente à criação da S.E.F., procedeu-se à reorganização do Diretório Regional do Conselho. Foi baixado o Decreto-lei n.º 2954, de 14 de agosto de 1944, em complemento à reforma dos serviços estatísticos e geográficos no Estado. Consolidou-se, dessa forma, a obra corajosamente planejada.

Avulta, entre os trabalhos que a Secção de Estatística Fisiográfica leva a efeito, o da revisão sistemática dos mapas municipais, a fim de atender a uma das necessidades mais prementes do Estado e aos compromissos assumidos em relação à obra do C.N.G. Nesse particular, o que se fez em Alagoas se reveste de particular significação, porque representa um esforço inédito relativamente à caracterização do território alagoano, em sua distribuição municipal.

Também merece especial referência a revisão das Tábuas Itinerárias do Estado. Trata-se de uma obra do maior interesse, planejada segundo o melhor critério e enquadrada, a rigor, nas normas técnicas recomendadas pelo C.N.G. Procedeu-se ao estudo particularizado de cada município, apresentando uma admirável visão de conjunto do Estado. A primitiva edição dessas Tábuas Itinerárias — convém assinalar — serviu para atender a objetivos fundamentais da segurança e da defesa do País, por ocasião da última Grande Guerra.

Impõe-se, naturalmente, a atualização de certos elementos constantes dessas Tábuas Itinerárias, em virtude de modificações últimamente introduzidas no quadro municipal do Estado. Este é, entretanto, um trabalho que poderia ser empreendido e executado com relativa facilidade e rapidez, desde que se tornasse possível a reedição da obra, com a cooperação do C.N.G., mediante entendimento com o Governo do Estado.

Iniciativa de indiscutível importância foi a do preparo de um Dicionário Toponímico regional. Estabeleceu-se um programa cuidadoso de trabalho com o intuito de reunir todos os nomes de localidades, serras, montes, rios, lagoas, riachos, etc., do Estado, através da coleta de livros, publicações ou quaisquer outros trabalhos sobre Alagoas. Pesquisas penosas e demoradas vêm sendo realizadas, não obstante a deficiência de pessoal e o acúmulo de tarefas mais urgentes.

Também têm sido intensificados os estudos concernentes à futura fixação do quadro territorial do Estado. Tendo em vista o compromisso assumido na Convenção Nacional de Estatística, de 1936, e o estatuído no Decreto-lei n.º 311, de 2 de março de 1938, o governador

Silvestre Péricles, no propósito patriótico de encaminhar o meticuloso e necessário exame da matéria, designou uma comissão especial para o fim de elaborar o anteprojeto de lei que deverá regular a matéria. Essa Comissão ficou composta dos Srs. José Maria de Carvalho Veras, diretor-geral do Departamento Estadual de Estatística e presidente do Diretório Regional de Geografia, José Franklin Casado de Lima, inspetor regional de Estatística Municipal, e Everaldo de Oliveira Castro, diretor-geral do Departamento de Obras Públicas, membros, os dois últimos, do mesmo Diretório.

O governo do Estado está agora empenhado na confecção do mapa de Alagoas, já tendo iniciado os entendimentos cabíveis com a Secretaria-Geral do C.N.G. no propósito de estabelecer as condições para a realização daquele empreendimento. Esta é, de fato, uma necessidade imediata do Estado e as providências tomadas para que ela seja atendida demonstram, antes de mais nada, a elevada compreensão do governador Silvestre Péricles. Se executarmos, no prazo que esperamos, o mapa em apêço, teremos levado a cabo uma obra que constitui, hoje, uma aspiração do povo alagoano.

São estas, senhores delegados, as breves notícias que me cabia transmitir ao plenário da oitava reunião do Conselho Nacional de Geografia, a respeito das atividades geográficas desenvolvidas, com dedicação, pertinência e patriotismo, no Estado de Alagoas.

★

#### AMAZONAS

O Prof. Agnelo Bitencourt Filho, delegado do Estado do Amazonas à VIII Reunião Ordinária da Assembléia Geral do C.N.G., realizada nesta capital em julho findo, leu perante a mesma o seguinte relatório das atividades geográficas naquele Estado, durante o ano de 1946:

Cumprindo determinação regulamentar e atendendo a telegrama do senhor secretário-geral, tenho a honra de, com o presente, relatar as principais atividades deste Diretório, ocorridas durante o ano de 1946.

Apraz-me declarar que algo se trabalhou em prol das finalidades do Conselho, apesar das dificuldades oriundas das constantes mudanças de presidentes e demais membros dos Diretórios Municipais.

**Componentes do Diretório Regional** — Está este Diretório constituído pelos seguintes membros: Presidente — doutor Lauro Silva de Azevedo, secretário-geral do Estado; Secretário — professor Agnelo Bitencourt, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Amazonas; Membros — Professor Júlio Benevides Uchoa, doutor Admar de Andrade Thury, professor Mário Ipiranga Monteiro, doutor Moacir Paixão e Silva, doutor Manuel Dias Barroso, professor João Crisóstomo de Oliveira e doutor Agnelo Uchoa Bitencourt.

Houve as seguintes alterações:

Deixou o cargo de presidente o senhor Raimundo Nicolau da Silva em 2 de outubro último, assumindo as respectivas funções o doutor Lauro Silva de Azevedo, na sua qualidade de secretário-geral do Estado. Conservou-se no cargo até 28 de novembro, pela investidura do senhor Têlio Pinto da Veiga, temporariamente secretário-geral. Acha-se novamente o doutor Lauro Silva de Azevedo na presidência. Tendo transferido sua residência para o Rio de Janeiro, obteve sua exoneração o professor Temístocles Pinheiro Gadelha sendo substituído, a 25 de novembro, pelo professor João Crisóstomo de Oliveira. Reassumiu seu cargo, do qual se achava afastado, o doutor Admar de Andrade Thury, naquela

mesma data. Para integrar o Diretório foi nomeado o doutor Agnelo Uchoa Bitencourt, por ato de 25 daquele mês.

**Diretórios Municipais** — É lamentável dizer que esses diretórios se acham todos desorganizados em consequência das constantes mudanças de prefeitos municipais, seus presidentes. Tais mudanças provieram de circunstâncias políticas, ligadas à realização das eleições gerais de 2 de dezembro de 1945, para presidente da República, senadores e deputados federais. Pensou-se em tornar o pleito isento de injunções partidárias, com o fim de evitar completa interferência das antigas autoridades municipais. Seu afastamento deu como resultado a dissolução dos referidos diretórios. Esse fato acentuou-se em 1946. Tenho porém certeza de que tudo se há de normalizar com a reconstitucionalização do Estado.

**Curso de férias** — Infelizmente este Diretório não conseguiu enviar nenhum professor amazense para fazer o curso de férias instituído pela Faculdade Nacional de Filosofia, sob o patrocínio do I.B.G.E. Todas as nossas diligências para que dessas lições preciosas se beneficiassem elementos do magistério amazense se frustraram para o que também concorreu a urgência do convite por nosso intermédio feito.

O Diretório encaminhou o assunto junto às autoridades estaduais. Ignoramos o motivo por que se não aproveitou o excelente ensejo de proporcionar aos professores de Geografia, no Amazonas, um desenvolvimento de sua cultura científica e uma extensão de suas aptidões profissionais.

**Mapa geográfico do Amazonas** — O Estado contratou com a Secretaria-Geral do Conselho a feitura do seu mapa geográfico, fornecendo-lhe os elementos necessários para a realização de um trabalho mais completo do que o mapa atual, que data de 1925 e já está com a sua edição esgotada.

A nova carta, ora contratada, constituirá tão somente um aprimoramento e uma atualização da antiga, dada a precariedade de dados relativos a amplas áreas do nosso território. A ausência de levantamentos, em muitas regiões do Estado, obrigará a presença de claros, com que se vão ignorar, inevitavelmente, muitos acidentes geográficos de importância.

O Departamento Estadual de Estatística foi o órgão incumbido pela Interventoria Federal para promover e controlar a confecção da nova carta. Esse Departamento entrou em entendimentos com o Diretório e juntos encetaram a tarefa de rever o trabalho já efetuado pelos técnicos do Conselho.

Tal revisão foi minuciosa. A toponímia foi cuidadosamente examinada, sendo retificados os enganos verificados.

Quanto aos limites orientais, com o Pará, decidiu o Diretório que a nova carta registrará a mesma linha limítima por nós sustentada em várias oportunidades e especialmente no memorial apresentado ao Excelentíssimo Senhor Embaixador José Carlos de Macedo Soares, digníssimo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em abril de 1945. A linha pretendida pelo Estado do Amazonas, fundado em excelentes razões, em justos fundamentos, é a que deve aparecer no mapa em confecção.

Porque se trata de um direito insofismável do Amazonas, o Diretório deliberou, em sua sessão de 17 de dezembro último, insistir mais uma vez na linha que vem defendendo e assim descrita:

A nascente principal do rio Nhamundá. Este rio até seu alargamento chamado lago do Faro. Este lago até sua foz no rio do Faro. Este rio, ficando para o Estado do

Amazonas a ilha das Cotias, seguindo a linha até encontrar o paraná do Bom Jardim, pelo qual desce até sua foz, no Amazonas. Da foz do Bom Jardim a linha sobe pela margem esquerda do Amazonas, até defrontar a serra de Parintins, que fica  margem direita; da serra de Parintins a divisa segue por uma linha até alcançar o rio Juruti na altura do Posto Fiscal Amazonense denominado "Recordação", ficando para o Estado do Amazonas todas as guas que corram para o igarapé da Valéria; o rio Juruti desde o posto da "Recordação", subindo, até encontrar seu afluente da margem direita — rio Branco — este rio até suas nascentes, passando deste ponto as divisas a se fazerem pelo divisor das guas que se dirigem para o rio Tapajós, das que vertem para o paraná do Ramos, até encontrar o meridiano que passa pela nascente principal do rio Parauari, afluente do paraná do Urari, por sua vez tributário do paraná do Ramos; segue a linha por aquêle meridiano até encontrar a margem esquerda do rio Tapajós; sobre este rio até encontrar o paralelo de 8 e 48' de latitude sul, divisa do Amazonas com o Estado de Mato Grosso.

**Divisão Territorial do Estado** — Não obstante nos encontrarmos em plena vigência da Divisão Territorial do Estado estabelecida para o quinqnio de 1944-1948, ainda não se havia terminado em 1946 a sua estruturação relativamente a várias comunas, ficando o Diretório por muito tempo sem receber os mapas municipais respectivos.

Soamente em 3 de abril do ano findo foi possível remeter  Secretaria-Geral do Conselho os mapas em apro. Tal demora foi ocasionada ainda pela falta de pessoal técnico habilitado para proceder ao trabalho cartográfico. Este Diretório não dispõe de pessoal nem de equipamento para esse fim e o Estado não tem nenhuma repartição especializada para o mesmo. Valeu-nos, pois, mais uma vez, a dedicação do professor Julio Uchoa, diretor do Departamento Estadual de Estatística, cujos funcionários executaram os aludidos mapas com os elementos fornecidos pelo Diretório e com a competência que, todos lhes reconhecem.

Cumpra-me ainda informar que a publicação da Lei n. 1.400, de 5 de março de 1945, saiu ngada de erros e omissões, motivo por que o Diretório solicitou ao governo do Estado uma nova impressão. Espera-se até agora uma providência sobre o caso.

Enquanto o Amazonas não possuir o seu Departamento de Geografia e Geologia, cuja criação tem sido insistentemente sugerida pelo Diretório, esse esforço, todos os quinqnios renovado, de rever os limites municipais do Estado, obter sempre resultados precários e pouco rigorosos, apesar da preocupação de acerto e exatidão que invarivelmente o tem inspirado.

**Representação da Assembléa Geral do Conselho** — Na impossibilidade do nosso comparecimento pessoal  Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia, o governo do Estado nomeou nosso delegado, o doutor Ulisses Uchoa Bittencourt que, em ocasiões anteriores, tem desempenhado idêntica representação nesse conclave.

O nosso delegado desempenhou cabalmente o seu mandato, de tudo enviando ao governo e a este Diretório minucioso relatório.

**Custeio das despesas do Diretório** — E agradável trazer ao conhecimento da egrégia Assembléa que o governo do Estado, em sua lei orçamentária para 1947, consignou, pela primeira vez, uma verba para as despesas de expediente e outras deste Diretório.

Desde a sua fundação, em outubro de 1938, até a presente data, o Diretório recebeu, em

auxílios parcelados, sem verba específica, como despesa eventual, a quantia de quatro mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 4.500,00), com que tem custeado todos os seus gastos em impressões, correspondência, concerto de máquinas, papel de expediente e gratificação a um dactilgrafo.

A verba determinada no presente Orçamento atribui-nos a quantia anual de três mil e seiscentos cruzeiros (Cr\$ 3.600,00).

**Ateraes toponímicas** — De acordo com o Decreto-lei n. 5.901, de 21 de outubro de 1943, que manda substituir os nomes extensos de localidades, o Conselho apresentou ultimamente a este Diretório, como sugestão, trs designaes geográficas no Estado. Foram elas: município e cidade de Solimões (em vez de São Paulo de Olivença), distrito e vila de Iaba (em vez de Santo Antônio do I), e distrito e vila de Cassiara (em vez de Santa Rita do Weil). Este Diretório decidiu não aceitar os nomes indicados, preferindo, respectivamente, *Olivença*, *Foz do I* e *Sapucia*.

Justifiquemos: No primeiro caso, do nome tradicional e antigo algo ficou na simples palavra Olivença. Designação como Foz do I, no segundo caso,  usual em todas as localidades situadas no desaguadouro dos nossos rios. E Sapucia, finalmente,  o nome de uma ilha situada em frente de Santa Rita do Weil.

Foram poucas as alteraes toponímicas adotadas no Amazonas, por fôrça da legislação federal sobre o assunto. Incluindo estes três topnimos ora propostos, não passaram de sete as modificaes. Foram as seguintes:

Eirunepé — Município e cidade — Ex-Jo Pessa.

Uaups — Município e cidade — Ex-São Gabriel.

Tapurucuar — Vila — Ex-São Joaquim.

Alvarães — Vila — Ex-Caiçara.

**Campanha pr Biblioteca Pública** — Vultosa foi a contribuição de livros e outras publicações que vieram de vários pontos do país, por nosso intermédio, sobretudo do Distrito Federal, para a reconstituo da Biblioteca Pública do Estado, devorada, como se sabe, por um incêndio, a 22 de agosto de 1945, contribuição essa promovida pelo Diretório Central do Conselho na sua Resolução n. 200, de 3 de setembro do mesmo ano. Dita biblioteca que era um tesouro de obras antigas e valiosas, continua a ser restaurada com o concurso de entidades bibliográficas de quase todo o país, destacando-se, sobretudo, a iniciativa daquele Diretório, cujo apelo encontrou eco em toda parte. Dos trinta mil volumes que tem sido ofertados até agora, dez mil o foram em virtude da campanha consubstanciada na Resolução n. 200.

Do diretor da Biblioteca Pública recebemos, a respeito do assunto, o seguinte ofício:

"Estado do Amazonas — Diretoria do Arquivo e Biblioteca Pública. N. 252/46. Manaus, 30 de dezembro de 1946.

Senhor Secretário: Tenho a honra de acusar o recebimento do vosso ofício encaminhando a esta Diretoria as relações dos livros constantes da última remessa do Conselho Nacional de Geografia, para a recomposição da Biblioteca Pública do Amazonas.

Aproveito o ensejo para, mais uma vez, expressar o reconhecimento da Biblioteca Pública do Amazonas, ao Conselho Nacional de Geografia, pela maior cooperação feita a prol da reconstituo do patrimnio bibliográfico perdido no incêndio de 22 de agosto de 1945. Crca de 10.000 volumes, compreendendo obras de valor positivo para os servcios de consulta, foram arrecadadas por essa nobre instituição e, por intermédio de Vossa Senhoria, encaminhados devidamente  Biblioteca do Amazonas,

no decorrer de uma campanha que se desenvolveu com o maior entusiasmo em setores diversos da cultura nacional, sob os aplausos e as simpatias gerais.

A Vossa Senhoria, particularmente, esta Diretoria tem a testemunhar, também os seus agradecimentos pela colaboração valiosa e espontânea que eficientemente nos prestou, não somente como intermediário exato do C.N.G., mas também como dos maiores entusiastas propugnadores pelo enriquecimento das nossas coleções de livros, constituindo-se, sem favor, um benemérito da nova Biblioteca Pública do Amazonas.

Saúdo a V. Excia. (a) *Genesisino Braga*, Diretor.

Ao professor Agnelo Bitencourt, M.D. Secretário do Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia — Nesta”.

*Contribuições enviadas ao Conselho* — Por nosso intermédio foram enviados à Secretaria-Geral do Conselho os seguintes trabalhos, em original, entre outros: *Vida e obra de Curt Nimuendaju*, por Nunes Pereira; *O trabalho do Índio*, por Nunes Pereira; *Povoamento e fixação demográfica no Estado do Amazonas*, por Agnelo Bitencourt; *O lastro conveniente de um programa de ensino rural na Amazonia*, por Agnelo Bitencourt.

Quase todos esses trabalhos mereceram publicação no *Boletim Geográfico*.

*Museu Paisagístico* — Procurando realizar a finalidade da Resolução n.º 145, de 17 de julho de 1945, do Diretório Central, oficiamos a todos os prefeitos municipais enviando-lhes prospectos sobre a remessa de objetos para a formação do Museu Paisagístico do Brasil. Acontece, porém, que devido à constante substituição daqueles chefes comunais, e da grande dificuldade de transporte, até agora nada se

pôde fazer por um objetivo tão elevado e necessário nos estudos das nossas regiões, hábitos e costumes locais.

*Visitantes ilustres* — Em princípio de setembro estiveram nesta capital e visitaram a sede do nosso Diretório, os senhores doutores Christovam Leite de Castro, Virgílio Correia Filho, Alirio de Matos e Jorge Zarur, de regresso de Caracas, onde foram representar o Brasil no Congresso Pan-Americano de Geografia e História, ali realizado, em fins de agosto. Foram os dignos delegados brasileiros homenageados nesta capital com vivas demonstrações de apreço e simpatia.

*Criação de um Serviço de Geografia e Geologia* — Aproveitamos o ensejo do relato de nossas atividades durante o ano recém-findo, para insistirmos na necessidade de uma lei federal tornando obrigatória a criação, nos Estados que não o tiverem, de um Serviço de Geografia e Geologia, de acôrdo com as normas que o Conselho poderá indicar. Essa necessidade, de caráter urgente, promana, no nosso caso, da falta de levantamentos e documentação cartográfica da maior parte do território amazonense, cujos acidentes de importância, em boa parte, não constam do mapa do Estado. Podem-se calcular as dificuldades daí resultantes, sobretudo na divisão territorial, administrativa e judiciária, sem esquecer a confusão fiscal. A velha idéia, por nós tentada, por algumas vezes, aí persiste na esperança do valioso amparo do ilustre Conselho.

*Conclusão* — Aí, ficam, Senhor Presidente, o relato das nossas atividades e o pensamento de bem servir à Pátria, ativando os trabalhos para sua grandeza no âmbito da geografia nacional. Se mais não fizemos neste recanto imenso do Brasil, onde quase tudo está por fazer, foi porque mais não pudemos.

# Bibliografia

## Registos e

## comentários bibliográficos

### Livros

J. D. LEITE DE CASTRO — *Geografia Humana da Palestina* — Rio de Janeiro.

Perante a Associação de Geógrafos Brasileiros o autor, Joaquim Domingues Leite de Castro, proferiu em sessão de 20 de maio de 1948, uma conferência subordinada ao tema supra. E' este trabalho que acaba de aparecer impresso no folheto que é o objeto deste registo.

Empolga o autor a descrição e comentário de certos dados existentes na Bíblia sobre a Geografia da Palestina.

J. M. C. L.

H. HOESTLANDT — *Recherches sur la Biologie de l'Eriocheir Sinensis en France (Crustacé Brachyoure)* — *Annales de L'Institut Océanographique* — Tome XXIV — Fasc. 1. Paris, 1948.

Nesse trabalho acompanha o autor a propagação da espécie acima mencionada na França examinando a ecologia e aspectos funcionais característicos da mesma. Traz várias ilustrações relativas aos aspectos estudados.

J. M. C. L.

PRUDENTE DE MORAIS DIAS — *A cultura do arroz no vale do Paraíba* Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1946.

Em monografia editada pelo Departamento de Publicidade Agrícola da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, acaba de aparecer o presente estudo de autoria de Prudente de Moraes Dias que trata da cultura do arroz no vale do Paraíba, examinando-lhe minuciosamente as diversas fases, como se deduz da divisão de matérias nas seguintes partes: Histórico, Sistema de Cultura, Preparo do solo, Viveiro, Colheita, Batedura, Secagem, Beneficiamento, Variedades, Pra-

gas, Considerações. Conclui o autor pela necessidade da criação de uma Estação Experimental destinada a resolver os graves problemas que afetam a rizicultura da região, importante sob vários aspectos. A brochura vem profusamente ilustrada.

J. M. C. L.

A. H. WESTERGARD — *Supplementary Notes on the Upper Cambrian Trilobites of Sweden.*

N. GUNDIUS — *Femic leptite and veined gneiss* — The problem of the veined gneiss as illustrated by the geological relations in the Archipelago of Stockholm and in the garnet gneiss of södermanland.

OLOF H. ODMAN — *Manganese Mineralization in the Ultevis District, Jokkmokk, North Sweden* — Part. I.; Geology.

F. BROTZEN — *The Swedish Paleocene and its flora — mineral Fauna.*

CARL H. LINDROTH — *Interglacial Insect Remains from Sweden.*

PER THORSLUND — *Resumo: On the Silurian Beds above the Pentamerus Limestone in Jemtland. Description of Fossils.*

S. GAVELIN e O. GABRIELSON — *Spectrochemical Investigations of Sulphide Minerals from the ores of the Skeflefte district. On the Significance of minor constituents for certain practical and theoretical problems in economic geology.* Estocolmo, 1947 e 1948.

Trata-se de publicações do Serviço de Pesquisas Geológicas da Suécia, redigidas em inglês ou com resumos nesta língua. Os estudos de camadas geológicas e de fósseis, com descrição minuciosa das análises e classificação científica das espécies novas, acham-se profusamente ilustrados.

J. M. C. L.

# Periódicos

LES CAHIERS D'OUTRE-MER — *Revue de Géographie de Bordeaux et de l'Atlantique*. N.º V — 1ère année — Janvier-mars 1948.

O aparecimento da nova revista geográfica francesa *Les cahiers d'Outre Mer* representa um acontecimento de grande relevância especialmente para nós, geógrafos brasileiros, pois sua finalidade é a divulgação de estudos sobre as regiões tropicais, especialmente as regiões tropicais atlânticas.

Conta o novo periódico com a colaboração de grande número de geógrafos, alguns como Pierre Gourou, profundo conhecedor das regiões tropicais. *Os Problemas do Mundo Tropical* são por êle debatidos nesse primeiro número: relembra os velhos sonhos de riqueza e exuberância sem par, que contrastam tão violentamente com a triste realidade tropical, solos fracos e facilmente empobrecidos, insalubridade, dificuldades no estabelecimento das vias de comunicação etc ..., e propõe um plano de aproveitamento e saneamento dessas grandes áreas quase desabitadas.

Contém ainda o primeiro número de *Les cahiers d'Outre Mer* estudos regionais, um sobre o pôrto de Bordéus e outros três sobre regiões tropicais: a Martinica, a Costa do Marfim e o Nordeste do Brasil.

*Um drama da Economia Tropical e o Nordeste do Brasil* da autoria de Guy Lasserre, apresenta os traços característicos desta grande região brasileira, aspecto físico, povoamento e formação econômica. Finalizando, estuda o autor os grandes problemas da economia nordestina, ameaçada pelo desenvolvimento mais rápido nos Estados do Sul da indústria do açúcar, da cultura do algodão, e, mesmo, da criação do gado.

J. M. C. L.

ANALES DE ECONOMÍA Y ESTADÍSTICA — N.º 35 y 36 — Bogotá (Colombia) Noviembre y diciembre, 1947.

Oferece esta publicação uma série de interessantes trabalhos que dizem

com a sua especialidade. Do seu conteúdo dois estudos merecem salientados por atenderem a aspectos geográficos, a saber: *La industria siderúrgica en Colombia*, por Agostin Amaya Rojas e *Las bases geográficas y cartográficas para el levantamiento del censo demográfico y agro-pecuario de 1950*, pelo Prof. Ernesto Guhl.

J. M. C. L.

ANNALES DE GÉOGRAPHIE — *Bulletin de la Société de Géographie* — N.º 306 — LVII ème. Année — Paris, Avril-Juin, 1948.

Encerrando colaborações de eminentes especialistas, o novo número do órgão da "Société de Géographie", traz diversos trabalhos de interesse científico, além de resenhas, crônicas geográficas etc, entre os quais se salientam: "La notion de genre de vie et sa valeur actuelle" — por Max Sorre, que retoma o conceito de Vidal de la Blache, submetendo-o a uma análise apoiada nas aquisições novas da etnografia e da sociologia e "Changements de Structure dans la Géographie Humaine des Etats Unis", assinado por J. Gottmann, Pierre Monbeig assina um comentário sobre "Les campos cerrados du Brésil tropical" e "Les Indiens de l'Amerique du Sud".

J. M. C. L.

ANALES DE LA SOCIEDAD CIENTÍFICA ARGENTINA — Entrega V — Tomo CXLV, Buenos Aires, maio, 1948

Além de um trabalho que versa sobre "Integración directa de ecuaciones diferenciales" encerra o presente número desse órgão científico o estudo assinado pelo Dr. Alberto Boerger, intitulado "La desmineralización de los continentes". "Crescente desequilibrio productivo y nutritivo". Estuda o problema do ponto de vista dos processos naturais e humanos que o acarretam, bem como o seu reflexo na economia geral da vida sobre a terra.

J. M. C. L.

**BIBLIOGRAPHIE DES SCIENCES GÉOLOGIQUES** — *Fédération des Sociétés Françaises de Sciences Naturelles, Publiée par la Société Géologique de France avec le concours de la Société Française de Minéralogie* — Deuxième Série — Tome XVI (1945) — Paris, 1945.

Constitui bem elaborada bibliografia especializada, constando de obras aparecidas em Paris em 1945, embora compreenda algumas publicações a partir da interrupção determinada pela guerra. Reúne 3 480 referências. Classificam-se por assuntos e por regiões geográficas. Além do índice de matérias possui um completo índice por nomes de autores, obedecendo à ordem alfabética.

J. M. C. L.

**BIBLIOGRAPHIE MÉTÉOROLOGIQUE INTERNATIONALE** (année 1946) — *Météorologie Nationale E. C. M. et Société Météorologique de France* — Paris.

Cataloga extensa bibliografia com todas as indicações convencionais e classificada em grupos de assuntos ligados à meteorologia. Contém um índice alfabético por nomes geográficos e outro por nomes de autores.

J. M. C. L.

**BOLETIM BIBLIOGRÁFICO** (Biblioteca) — N.º 3 — Serviço de Biblioteca e Intercâmbio — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Rio de Janeiro, 1948.

Em edição mimeografada o Serviço de Biblioteca do I. B. G. E. apresenta nesse *Boletim* as relações quinzenais de publicações recebidas e que entraram para o seu acervo bibliográfico, correspondendo a meses do corrente ano. As referências estão agrupadas segundo critérios de classificação que atendem à natureza das publicações e à divisão dos assuntos e por critério geográfico.

J. M. C. L.

**BOLETIM ECONÔMICO** — Ano de 1948 — Ns. 2 e 3 — Ministério das Relações Exteriores — Rio de Janeiro, março de 1948.

Esta publicação informativa do Ministério das Relações Exteriores encerra panoramas sucintos sobre problemas

econômicos e financeiros, balanço comercial de diversos países e outros fatos que interessam às relações e à política na órbita internacional.

J. M. C. L.

**BOLETIM TÉCNICO DA SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS DE PERNAMBUCO** — Brasil — Ano X — Vol. XVI — Recife, 1948.

Este número marca o reaparecimento dessa publicação técnica do Serviço de Obras Públicas de Pernambuco. Por ela temos conhecimento das realizações e empreendimentos de engenharia daquela repartição, bem como se suscitam problemas e analisam aspectos técnicos e administrativos ligados aos mesmos. Este número trata de questões urbanísticas, sanitárias, rodoviárias, porto, abastecimento d'água, regime de marés etc.

J. M. C. L.

**BOLETÍN DE INFORMACIONES PETROLERAS** — Año XXV — N.º 282, Buenos Aires, Febrero, 1948.

Novo número dessa revista informativa de assuntos petrolíferos da Argentina trazendo amplo material sobre a atualidade da exploração do petróleo no vizinho país, sua situação legal, serviços, aparelhamentos mecânicos e notícias dos órgãos dedicados aos problemas ligados à pesquisa e industrialização daquele mineral. Na seção intitulada "Páginas Latino-Americanas", transcreve uma conferência do general J. C. Horta Barbosa, ex-presidente do Conselho Nacional do Petróleo, em que este expende seus pontos de vista sobre a política a adotar na exploração do petróleo brasileiro.

J. M. C. L.

**BOLETIN DE LA OFICINA SANITARIA PANAMERICANA (BULLETIN OF THE PAN-AMERICAN SANITARY BUREAU)** — Vol. 27 — N.º 4; Washington, Abril (April), 1948.

Apresenta esta excelente publicação além de estudos sobre doenças e problemas de ação profilática e assistência médica nos países americanos alguns trabalhos a respeito das condições sanitárias e métodos de combate a endemias aplicáveis em países deste continente.

J. M. C. L.

**BOLETÍN DE LA SOCIEDAD MEXICANA DE GEOGRAFÍA Y ESTADÍSTICA — Tomo LXV — N.º 1 — México, Enero — Febrero, 1948.**

Oferece este número do órgão da Sociedade Mexicana de Geografía e Estadística alguns estudos concernentes a aspectos geográficos do México. Vem em primeiro lugar um trabalho assinado pelo Dr. Frederico K. G. Mullerried, sob o título "Exploraciones geológicas en el centro de la región oriental del Estado de Coahuila y en las porciones limítrofes del Nuevo León". A região estudada corresponde à parte centro-oriental norte do México. Baseia-se em extensa documentação que vem indicada no final do trabalho, além dos estudos de campo efetuados pelo próprio autor, sob os auspícios do Instituto de Investigaciones Científicas de la Universidad de Nuevo León. Os seguintes aspectos são detidamente examinados: Fisiografia e morfologia (orografia), as rochas, as camadas e fósseis, sua idade geológica, posição geológica de camadas e rochas, períodos orogênicos, geologia histórica e geologia econômica. Ilustram o texto quadros e aspectos fotográficos. Compõem este número ainda os seguintes artigos:

ING. R. RUGE — Proyectos de irrigación y posibilidades agrícolas en la cuenca del río de Sinaloa, Sin.

ING. MARIANO SANCHEZ DE LA PEÑA — Datos sobre la reciente expedición al Archipiélago de "Revillagigedo".

ING. HORACIO HERRERA — Estudio sobre el límite internacional terrestre de los Estados Unidos de Norte con la República Mexicana.

J. M. C. L.

**BOLETÍN DE LA SOCIEDAD VENEZOLANA DE CIENCIAS NATURALES — Tomo XI. N.º 72 — Caracas, Enero — Abril, 1948.**

Apresenta este número do órgão da Sociedade Venezuelana de Ciências Naturais, alguns estudos especializados, além de notícias da referida instituição como se vê no Sumário seguinte: Charles B. Hitchcock — La región Orinoco — Ventuari, Venezuela (tradução do inglês). Traz reprodução de várias fotografias aéreas e, em apenso, um mapa do território mencionado na escala de 1:600.000. Inclui observações geológi-

cas, topográficas, sobre a geografia humana, além de referências à flora e fauna; T. Lasser — *Plantae Novae Venezuelanae*; William H. Phelps e William H. Phelps Jr. — Notas sobre Aves Venezolanas; Informe del Presidente de la Junta Directiva; Balance presentado por el Tesoro.

J. M. C. L.

**BULLETIN DE LA SOCIÉTÉ GÉOLOGIQUE DE FRANCE — Cinquième série — Tome Quinzième — Fascicule 7-8 e Fasc. 9 de 1945 — Tome Seizième — Fascicule 1-2-3 de 1946. Paris.**

Encerra esta publicação da Société Géologique de France, uma série de contribuições relativas a aspectos geológicos da França, não só no que se refere à idade e formação dos solos, como a sínteses geomorfológicas, e estudos analíticos de materiais e dos diversos fenômenos geológicos.

J. M. C. L.

**COMÉRCIO DE CABOTAGEM DO BRASIL (1943-1944) — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — Rio de Janeiro, Brasil, 1948.**

Compendia em quadros estatísticos diversos os dados referentes ao comércio de cabotagem no Brasil no biênio indicado acima. Tem-se por ele o panorama do volume, classificação e valor das mercadorias que foram objeto do comércio entre os diversos portos do país. Precede este balanço um resumo do mesmo movimento de mercadorias desde 1921. Atende-se nos quadros às classificações de mercadorias, às divisões políticas, à exportação e importação com referência aos portos de procedência e de destino, às grandes classes e categorias etc.

J. M. C. L.

**COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (1941-1942) (1942-1943) — Vol. IV e V — Serviço de Estatística Econômica e Financeira — Ministério da Fazenda — Rio de Janeiro, Brasil, 1948.**

Nesses três volumes vêm resumidos em quadros estatísticos os valores do comércio exterior do Brasil por portos de procedência e de destino (exportação e importação) com discriminação das mercadorias:

O último volume (IV) trata ainda da importação e exportação brasileira no biênio indicado, mas tomando por referência os países de procedência e de destino, respectivamente, também com especificação das mercadorias.

J. M. C. L.

ECONOMIA — Ano X — N.º 111, agosto, 1948.

Este número apresenta alguns trabalhos sobre a atualidade financeira e econômica do Brasil. Insere um trabalho assinado por Luís Amaral subordinado ao tema: *Reforma Agrária*, no qual se faz a crítica, frisando o aspecto econômico, de recentes projetos e pontos de vista sobre a reforma agrária no Brasil.

J. M. C. L.

INDIGENISTA — Vol. VIII — N.º 2 — México, junho, 1948.

O novo número deste órgão do *Instituto Indigenista Interamericano*, contém notícias referentes às atividades do Instituto e de outras organizações do continente que se dedicam a encaminhar e resolver os problemas ameríndios, do mesmo passo que transcreve leis e notícias de investigações recentes sobre aspectos culturais e étnicos dos autóctones americanos.

J. M. C. L.

INDÚSTRIA TÊXTIL — Ano XVII, N.º 199 — Rio de Janeiro, julho, 1948.

Apresenta o novo número desta publicação que se edita sob os auspícios do Sindicato das Indústrias de Viação do Rio de Janeiro, uma série de trabalhos que dizem com a indústria de tecelagem, como progressos técnicos, condições da matéria prima (sêda, algodão, etc.) e problemas relativos a salários e serviço social nas empresas desse ramo industrial. Traz também um resumo da legislação correspondente.

J. M. C. L.

PAPEIS AVULSOS DO DEPARTAMENTO DE ZOOLOGIA — Vol. VIII — Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio — São Paulo, 1948.

Apresenta essa publicação especializada uma coleção de estudos em que se descrevem e determinam várias es-

pécies e gêneros, colhidos diretamente ou de coleções, nos quais se tiram conclusões ecológicas e se observam particularidades incidentes.

J. M. C. L.

POPULATION — 3.º année — Numéro 2 — Paris — Avril-juin, 1948.

Encerra este órgão do Instituto Nacional de Estudos Demográficos da França uma série de estudos sobre os fatos demográficos e teorias a eles referentes, como se vê do sumário abaixo:

Alfred Sauvy — Faits et problèmes du jour.

Louis Chevalier — Préface à Moheau.

Liebmann Hersch — Démographie potentielle et vieillissement de la population.

Alfred Sauvy — La reprise de la natalité dans le monde. Ses causes, ses chances de durée.

Hannes Hyrenius — La mesure de la reproduction et de l'accroissement naturel.

J. Bourgeois Pichat — Un nouvel indice de mesure de la fécondité.

Sully Ledermann — Les divorces et les séparations de corps en France.

Paul Vicent — L'accroissement futur des effectifs scolaires.

Alain Girard — Les conditions d'existence des familles. Dépenses et ration alimentaire en janvier-février, 1948.

J. M. C. L.

REVISTA DE LA UNIÓN MATEMÁTICA ARGENTINA — Órgano de la Asociación Física Argentina — Buenos Aires, 1948.

Reúne esta publicação especializada diversos resumos de trabalhos apresentados à Associação Física Argentina e contribuições originais sobre temas científicos que entram no âmbito cultural daquele órgão, assim como crônicas das reuniões do mesmo e uma secção bibliográfica.

Inclui dois artigos, a saber: *Un valor medio integral de la característica de Euler para ovalos móviles* e *Efecto dieléctrico remanente y cargas permanentes en dieléctricos sólidos*; por B.

Gross. Traz também "um informe sôbre a reunião internacional de matemática convocada pela Sociedade de Matemática da França sob os auspícios da UNESCO, para tratar da constituição de uma União Internacional de Matemática", que ocorreu em junho de 1947.

J. M. C. L.

REVISTA DO CLUBE DE ENGENHARIA — N.º 143 — Vol. XIX — Rio de Janeiro, 1948.

Desta publicação especializada, sublinhamos o trabalho assinado pelo Eng.º Américo Barbosa de Oliveira sôbre "O desenvolvimento planejado da economia brasileira" em que estuda os diversos fatores que concorrem para o desenvolvimento harmonioso e sincronizado da nossa economia, mostrando a necessidade de um plano de conjunto que a encare simultaneamente em todos os ângulos e vise à coordenação de esforços.

J. M. C. L.

REVISTA DO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA — Ano I — N.º 4 — maio, 1948. Rio de Janeiro.

Em seu novo número essa publicação compreende uma série de estudos sôbre problemas sanitaristas de diferentes regiões do Brasil, encerrando alguns os resultados de investigações e atividades normais dos serviços públicos que são mantidos no país com finalidades profiláticas. Para melhor conhecimento do seu conteúdo, a que se prendem não raro problemas de interesse para o geógrafo, transcrevemos-lhe abaixo o sumário: *Notas sôbre a distribuição e a biologia dos anofelinos das regiões nordestina e amazônica do Brasil* — L. M. Deane, O. R. Causey e M. P. Deane; *Verificação de portadores de Bacilo Manchester e de Shigella Tieté em Belém — Pará* — Carlos Solé Vernin; *Projetos de sentinas executados em localidades da Amazônia* — Guilherme Miranda, Mário Andrade e João Luís Dias da Silva; *Ação do DDT sôbre o A. darlingi, A. albitalarsis e outros culicídeos* — A. Maciel da Costa e Maurício Sanches Bassères; *Abastecimento d'água potável em localidades da Amazônia* — Guilherme Miranda, Jucundino Puget, Guilherme Messias, João L. D. Silva e Mário Andrade; *O problema da água potável em várias regiões do Brasil* — Antônio Barreto Gonçalves Fer-

reira; *Experiência com novos medicamentos contra a malária no programa da Amazônia* — Roberto M. Mein e Pedro N. S. Rosado; *Conferência de organização sanitária, realizada no Serviço Especial de Saúde Pública entre 12 e 17 de abril de 1948; A aplicação domiciliar de DDT no contrôlo da malária em localidades da Amazônia* — L. M. Deane, E. P. Serra Freire, Válder Tabosa e José Ledo; *Expurgo domiciliar com DDT. Considerações de ordem econômica* — H. Maia Penido, E. Furtado de Sousa, D. B. Bustorff Pinto e F. Bezerra Filho.

REVUE INTERNATIONALE DU TRAVAIL — Vols. LVII — N.º 6 de junho e LVIII — N.º 1 de julho — Genève, 1948.

Tratando de problemas ligados às relações sociais e econômicas do trabalho, divulgando investigações e experiências, estudando instituições e sua esfera de ação, prescrevendo meios de obstar a situações anormais com o objetivo de promover a harmonia dos trabalhadores com outras classes sociais e o seu bem estar e segurança, esta publicação do Bureau Internacional do Trabalho presta incontestavelmente um serviço apreciável concorrendo para que, por meio de análises positivas, se chegue a conclusões justas que ajudem a estabelecer sólidos princípios de estabilidade social. Assuntos versados: seguro social, orientação profissional, migrações operárias, organização sanitária, notícias de órgãos e conclaves trabalhistas, etc.

J. M. C. L.

SOCIÉTÉ GÉOLOGIQUE DE FRANCE — *Compte Rendu Sommaire des Séances* — Années 1946 e 1947 — Paris.

Em diversos cadernos, correspondentes a meses de 1946 e 1947, a *Société Géologique de France* oferece resumos das comunicações, tanto orais como escritas, apresentadas nas sessões realizadas por aquela entidade científica, além de notícias referentes às suas atividades. Um índice alfabético por autores auxilia a localizar os diversos assuntos e temas versados, sendo também de notar as relações bibliográficas especializadas que se constituem das obras apresentadas.

J. M. C. L.

THE AMERICAN MIDLAND NATURALIST — Vol. 39, N.º 3, Indiana, Estados Unidos, maio, 1948.

Traz uma série de estudos especializados sobre várias espécies da fauna e da flora de regiões americanas, abrangendo dados de observações acerca dos característicos das suas funções biológicas, hábitos e condições de existência.

J. M. C. L.

REVUE GÉNÉRALE DU CAOUTCHOUC — Vol. 25, N.º 7, Fasc. 248 — Paris, julho, 1948.

Encerra esta publicação especializada trabalhos sobre aspectos teóricos e de aplicação industrial, bem como dos problemas de produção e mercado mundial da borracha.

Retrospecto geográfico

e cartográfico

# Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo

Índice, por autor, dos trabalhos publicados nos volumes I a XXX

(LETRAS S e T)

- Sacklen (J. F.)* — *Esbôço biográfico de Gustavo Beyer.* — Tradução de Göran Björkman — XIII — 435.
- Sacramento Blake* — Veja "Blake (Raimundo A. S. do Sacramento)".
- Saldanha (Martim Lopes Lôbo de)* — *Plano para a remessa de tropas para o sul* — IV, 321.
- Sampaio (Rafael Correia de)* — *Necrológio dos sócios falecidos durante o ano social de 1908* — XIII, 461. — Idem, idem, do ano de 1909 — XIV, 431.
- Sampaio (Teodoro)* — *A propósito do nome "Caramuru"* — II, 11. — *A propósito do nome "ceará"* — VI, 552 e 569. — *Guainãs (Os) da Capitania de São Vicente* — VIII, 159. — *Guianases (A propósito dos) da Capitania de São Vicente* — XIII, 197. — *Da evolução histórica do vocabulário geográfico no Brasil* — VIII, 150. — *Discurso na sessão aniversária do Instituto em 1-11-1901* — VI, 572. — *Fundação (A) da cidade de São Paulo* — X, 524. — *Índias. O caminho das* — *Discurso na sessão de 20-5-1898* — III, 209. — *João Ramalho, alcaide-mor de Santo André da Borda do Campo, era analfabeto?* — *Parecer, de colaboração com A. de Toledo Piza, João Mendes de Almeida Júnior e Orville Derby* — VII, 255. — *João Ramalho. A propósito de* — VII, 299. — *Memória sobre a Igreja do Colégio dos Jesuítas de São Paulo* — II, 1. — *Navegação aérea. Parecer de colaboração com Francisco Ferreira Ramos e Orville Derby, sobre o — Aparelho misto para a navegação aérea de invenção do Dr. Domingos Jaguaribe* — VI 443. — *Necrológio dos sócios falecidos durante o ano social de 1901, Srs. Eduardo Prado e Francisco Malta Júnior* — VI, 572. — *Necrológio dos sócios falecidos em 1902* — VII, 580. — *Necrológio dos sócios falecidos em 1903* — VIII, 502. — *Nota a propósito do testamento de D. Luís de Mascarenhas* — III, 201. — *Posse (A) do Brasil meridional. Fundação da primeira colônia regular dos portugueses em São Vicente* — I, 175. — *Problema (UM) histórico-geográfico. Onde foi o assento da vila de Santo André da Borda do Campo* — XIV, 25. — *Qual a verdadeira grafia do nome "Guaianá"? (Goyaná ou Guayaná). De colaboração com Orville Derby* — II, 27. — *Quarto centenário do descobrimento do Brasil. Discurso* — VI, 98. — *Quem era o bacharel de Cananéia?* — VII, 280. — *Restauração histórica da vila de Santo André da Borda do Campo* — IX, 257. — *São Paulo de Piratininga no fim do século XVI* — IV, 257.

- São Paulo no século XIX — VI, 159.
- Sertão (O) antes da conquista (Séc. XVII) — V, 79.
- Tupi (O) na geografia nacional — VI, 488.
- Veja “Prêmio a sócios do Instituto”.
- Sanctis (Mário de) — Carimbos e marcas postais do Brasil — XXV, — Santos (Artur Vieira Gomes dos) — Amortização de uma dívida. (Homenagem a Pedro Taques) — XIX, 265.
- Necrológio dos sócios falecidos durante o ano social de 1915 — XX, 791.
- Santos (Cel. Joaquim Quirino dos). Veja “Homens e aspectos”, por Júlio de Mesquita — VIII, 170.
- Santos Dumont. Veja “Iconografia” e “Navegação aérea”.
- Schmidel — Ulrich. Veja “Ulrich Schmidel”. ...
- Schmidt (Afonso) — Canção (a Cananéia) — XXX, 95.
- Sena (Cel. Ernesto do — Pereira). Veja “Pereira” (Cel. Ernesto do Sena).
- Severo (Ricardo) — Origens e fatos da expansão portuguesa no Brasil até 1530. Com retrato do autor — XXIX, 13.
- Silva (Artur Orlando da) Bandeirantes (Pernambuco a São Paulo) XIV, 129. — Clima brasileiro — XV, 291. — São Paulo versus Alexandre VI — XIV, 39. — Zonas geográficas brasileiras — XIII, 311.
- Silva (Capitão Henrique) — Qual a principal cabeceira do rio Paraná? — XIV, 229.
- Silva (Mário Henrique da) — Caramuru na lenda e na história — XX, 41.
- Silva (Nicolau Duarte) Líbero Badaró — XXVIII, 463.
- Silva (Oscar Pereira da) — Folia do Espírito Santo, gravura — XXIII, 120 A.
- “Na hora da Ave Maria”, gravura XXIII, 146 A.
- Silveira Bueno. Veja “Bueno (Francisco da Silveira)”.
- Silveira — Carlos Pedroso. Veja “Carlos Pedroso da Silveira”.
- Silveira Martins. Veja “Martins (Conselheiro Gaspar da Silveira)”.
- Simão de Toledo Piza (Dom). — A propósito de um requerimento. (Permissão para advogar em São Paulo), por Alfredo de Toledo — XX, 5 e 813.
- Siqueira (Joaquim da Costa) — Crônicas de Cutabá — IV, 4.
- Sousa (Enes de) — Brasileiros que estudaram engenharia de minas na Academia Real de Minas de Freiberg, na Saxônia — XIV, 243.
- Sousa (Conselheiro João Carlos de Menezes e) Veja “Barão de Parana-piacaba”.
- Sousa (T. Oscar Marcondes de) Calendário (O) mexicano — XIV, 373.
- Sousa (Washington Luís Pereira de) — Veja “Washington Luís”.
- Staden (Hans) — Veja Hans (Staden).
- Spix — Viagem do Rio de Janeiro à cidade de São Paulo. Da Reise in brasilien, de Spix e Martius. Tradução de João Wetter — XV, 337.
- Steinen (Carlos von den). — Veja “Etnografia”. (Moderna classificação etnográfica dos índios do Brasil).
- Stella (Jorge Bertolaso) — Conexão (A) lingüística basco-americana — XXVII, 153.
- Língua (A) etrusca — XXVII, 183.
- Línguas (As) indígenas da América XXVI, 5.
- Studart (Barão de) — D. José Lourenço da Costa Aguiar, 1.º bispo do Amazonas. Biografia — XII, 656.
- Nome (O). “Ceará”. Carta a Teodoro Sampaio — VI, 565.
- Taunay (Afonso d’Escragnolle) Discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — XVII, 95.
- Discurso de saudação a Alberto Rangel por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — XVIII, 123.
- Discurso de saudação a Manuel de Oliveira Lima por ocasião de sua posse no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — XVIII, 47.
- Frei Gaspar da Madre de Deus — XX, 127.
- Frei Gaspar da Madre de Deus Inéditos e documentos sobre o historiador vicentino — XX, 187.
- João Ramalho e Santo André — XXIX, 39.
- Lenda (A) de Amador Bueno — XX, 175.
- Léxico de lacunas. Subsídios para os dicionários da língua portuguesa — XVI, 5.
- Livro (O) 3.º das “memórias para a História da Capitania de São Vicente” de frei Gaspar da Madre de Deus — XX, 182.

- Marco (O) quinhentista de Cananéia — XXVIII, 65.
- Missão (A) artística de 1816 e o meio colonial fluminense — XVI, 295.
- Necrológio dos sócios falecidos durante o ano social de 1912 — XVII, 475.
- Necrológio dos sócios falecidos durante o ano social de 1913 — XVIII, 591.
- Pedro Taques. Conferência comemorativa do 2.º centenário do seu nascimento — XIX, 235.
- Pedro Taques. Inéditos de Pedro Taques e documentos inéditos referentes ao autor da Nobiliarquia Paulista — XX, 743.
- Princípios (Os) gerais da moderna crítica histórica — XVI, 323.
- Quatro (Os) primeiros lustros da vida do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — XIX, 3.
- Representantes (Os) de São Paulo nos parlamentos do antigo regime — XIV, 347.
- Viagens (Extrato das) relativo à estada de Francisco Pyrad, de Laval no Brasil, em 1610 — XIII, 341.
- Taunay (Visconde de) — João Carlos Augusto d'Oeynhausén Grevenberg, marques de Aracati, XVIII e último governador e capitão-general de Capitania de São Paulo. Ensaio de reconstituição biográfica — XIX, 217.
- Tavares (João de Lira) — Rebelião (A) Praieira — XVII, 155.
- Teodoro Koch. Apreciação de Rodolfo von Ihering, das "Pictogravuras sul-americanas" — XII, 663.
- Toledo (Alfredo de) — A propósito de um requerimento (de D. Simão de Toledo Piza) — XX, 5.
- Juiz de Fora em São Paulo. Com retratos dos marqueses de Valença e Mont'Algre — XII, 244.
- Juizado de Fora e Ouvidoria de Itu — XII, 312.
- Médicos (Os) dos tempos coloniais — XX, 369.
- Necrológio do almirante barão de Jaceguai — XIX, 1184.
- Necrológio de Manuel Ferraz de Campos Sales — XVIII, 646.
- Ouvidoria de Paranaguá — XII, 262.
- Parecer, de colaboração com Augusto de Siqueira Cardoso e Luís Gonzaga da Silva Leme, sobre a "Genealogia do Dr. M. F. de Campos Sales", de autoria de Leôncio do Amaral Gurgel — XI, 157.
- Reivindicação (Uma) improcedente. (A propósito da precursoridade da independência e da república para Bernardo Vieira de Melo) — VI, 123.
- Saudação ao Prof. José Durieu, da Faculdade de Ciências Sociais de Paris — XIX, 1186.
- Toledo (Lafaiete de) — Dicionário Topográfico de Casa Branca — XII, 121.
- Imprensa paulista. Memória histórica — III, 303.
- Notas genealógicas de — XV, 405.
- Toledo Piza-Família. Veja "Notas genealógicas" — XV, 407.
- Tórres de Oliveira. Veja Oliveira (José Tórres de).

# Leis e Resoluções

## Legislação federal

### Ementário das leis e decretos publicados no período de 1 a 28 de fevereiro de 1948

#### Leis

- Lei n.º 224, de 2 de fevereiro de 1948** — “Concede isenção de direitos de importação e demais taxas aduaneiras, inclusive imposto de consumo e taxa de armazenagem para uma caixa com uma imagem de madeira”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Lei n.º 226, de 6 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Guerra, do crédito especial de Cr\$ 5 000,00 para pagamento de gratificação por trabalho técnico, ao artifice classe F, Alexandre Kalicheski”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 227, de 6 de fevereiro de 1948** — “Revoga a letra “d” do artigo 1.º da Lei n.º 102, de 18 de setembro de 1947”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 228, de 6 de fevereiro de 1948** — Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr. 57 000,00 para pagar gratificação de magistério ao professor João Otaviano Gonçalves”.  
“Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 229, de 6 de fevereiro de 1948** — “Autoriza o Poder Executivo a abrir pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 10 833,90 para atender a pagamento de gratificações de magistério a Francisco Barreto Rodrigues Campelo”.  
“Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 230, de 6 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Educação e Saúde, do crédito especial de Cr\$ 25 987,00 para atender a pagamento de diferença de gratificação de magistério”.  
“Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 231, de 6 de fevereiro de 1948** — “Restabelece os Quadros Paralelos criados no Exército em 1932 e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Lei n.º 232, de 9 de fevereiro de 1948** — “Cria o Departamento de Desportos do Exército e dá outras providências”.  
“Diário Oficial” de 13-2-948.
- Lei n.º 233, de 9 de fevereiro de 1948** — “Abre crédito especial ao Congresso Nacional, ao Ministério da Viação e Obras Públicas e ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 234, de 9 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura de crédito especial ao Ministério da Educação e Saúde para pagamento de gratificações de magistério”.  
“Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 235, de 9 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura de crédito especial para pagamento de fornecimentos de material para instalações no Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 236, de 12 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Agricultura de crédito especial para pagamento de auxílio decorrente de acôrdo firmado com o Estado do Rio Grande do Sul”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 237, de 12 de fevereiro de 1948** — “Estende aos alunos matriculados na Escola Naval as mesmas regalias, direitos e vantagens asseguradas aos cadetes da Escola de Aeronáutica no que concerne à reforma por incapacidade para o serviço militar”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 238, de 12 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura, no Congresso Nacional de crédito especial para pagamento de diferença de gratificação adicional”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 239, de 12 de fevereiro de 1948** — “Abre ao Congresso Nacional crédito especial para pagamento de ajuda de custo”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 240, de 12 de fevereiro de 1948** — “Isenta de impostos de consumo rédes para dormir”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.

- Lei n.º 241, de 12 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial para pagamento de juros de apólices unidas nos termos do Decreto-lei n.º 6 116, de 16 de dezembro de 1943”.
- “Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 242, de 12 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda, de crédito especial para pagamentos de juros de apólices emitidas nos termos do Decreto-lei n.º 7 393, de 16 de março de 1945”.
- “Diário Oficial” de 14-2-948.
- Lei n.º 243, de 17 de fevereiro de 1948** — “Revisora em relação ao ano letivo de 1947 o artigo 3.º da Lei n.º 7, de 19 de dezembro de 1947”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 244, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Educação e Saúde de crédito especial para pagamento à Prefeitura do Distrito Federal, do auxílio destinado à manutenção no exercício de 1947 dos serviços de esgotos da capital da República”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 245, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para pagamento de gratificação de magistério”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 246, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a prestação de auxílio às populações dos Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas e Rio Grande do Norte”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 247, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza o aumento de capital da Companhia Vale do Rio Doce S. A. e dá outras providências”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 248, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas de crédito especial para pagamento à concessionária do porto de Santos”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 249, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Agricultura de crédito especial para pagamento de gratificações a José Augusto Faria”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 250, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, de crédito especial para a aquisição de vagões postais”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 251, de 17 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Fazenda de crédito especial para atender às despesas da Comissão de Reparações de Guerra, no decorrer de 1947”.
- “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Lei n.º 252, de 18 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura, ao Ministério da Educação e Saúde, de crédito especial para auxílio à União Nacional dos Estudantes”.
- “Diário Oficial” de 25-2-948.
- Lei n.º 253, de 18 de fevereiro de 1948** — “Abre ao Ministério da Fazenda crédito especial para indenização do acervo da Companhia Indústrias Brasileira de Papel, Empresa de Armazéns Frigoríficos e Southern Brazil Lumber and Colonization Company e autoriza a alienação dessas empresas”.
- “Diário Oficial” de 25-2-948.
- Lei n.º 254, de 19 de fevereiro de 1948** — “Transfere para o Quadro Permanente do Ministério da Fazenda o cargo de Tesoureiro do Quadro Permanente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.
- “Diário Oficial” de 25-2-948.
- Lei n.º 255, de 19 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura ao Ministério da Guerra de crédito especial destinado à construção de edifícios e à instalação da maquinaria já adquirida ao Governo dos Estados Unidos para fabricação de munições”.
- “Diário Oficial” de 26-2-948.
- Lei n.º 256, de 19 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Guerra, de crédito especial para atender às despesas com a organização a realização do III Pentatlon Militar Moderno Sul Americano”.
- “Diário Oficial” de 26-2-948.
- Lei n.º 257, de 19 de fevereiro de 1948** — “Isenta de direitos o material importado pela S/A Empresa de Viação Aérea Rio Grandense VARIG”.
- “Diário Oficial” de 25-2-948.
- Lei n.º 258, de 28 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério das Relações Exteriores de crédito especial para atender às despesas decorrentes da realização da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e Segurança do Continente”.
- “Diário Oficial” de 25-2-948.
- Lei n.º 259, de 23 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para atender ao pagamento de despesas com a manutenção de menores”.
- “Diário Oficial” de 26-2-948.
- Lei n.º 260, de 23 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores de crédito especial para pagamento de gratificações”.
- “Diário Oficial” de 26-2-948.
- Lei n.º 261, de 23 de fevereiro de 1948** — “Autoriza a abertura, pelo Ministério da Fazenda de crédito especial para atender à despesa da extinta Organização Henrique Laje — Patrimônio Nacional”.
- “Diário Oficial” de 25-2-948.

Lei n.º 262, de 23 de fevereiro de 1948 — “Subordina ao regime de licença prévia o intercâmbio de importação e exportação com o exterior”.

“Diário Oficial” de 25-2-948.

Lei n.º 263, de 23 de fevereiro de 1948 — “Modifica a competência do Tribunal do Júri e dá outras providências”.

“Diário Oficial” de 26-2-948.

Lei n.º 264, de 25 de fevereiro de 1948 — “Dispõe sobre os padrões de vencimentos dos cargos que integram o quadro da Secretaria do Supremo Tribunal Federal”.

“Diário Oficial” de 28-2-948.

Lei n.º 266, de 26 de fevereiro de 1948 — “Autoriza o financiamento do saldo da safra de cêra da carnaúba de 1946-1947 e da safra de 1947-1948”.

“Diário Oficial” de 28-2-948.

## Decretos legislativos

Decreto Legislativo n.º 2, de 1948 — “Determina que o Tribunal de Contas registre os termos dos contratos celebrados em 23 de maio de 1947, entre o Ministério da Agricultura e a Serviços Hollerith, S. A., Instituto Brasileiro de Mecanização (I. B. M.), para

execução dos cálculos mensais e anuais das observações meteorológicas”.

“Diário Oficial” de 7-2-948.

Decreto Legislativo n.º 5, de 1948 — “Aprova os textos do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, para a Manutenção da Paz e Segurança do Continente”.

“Diário Oficial” de 18-2-948.

## Decretos executivos

Decreto n.º 22 849, de 31 de março de 1947 — “Autoriza a empresa de mineração Sociedade Água Mineral Gaúcha Limitada a pesquisar água mineral no município de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul”.

“Diário Oficial” de 17-2-948.

Decreto n.º 23 221, de 20 de junho de 1947 — “Outorga à Empresa Fôrça e Luz de Inhumas, concessão para o aproveitamento de energia hidráulica na corredeira Laje de Baixo, situada no rio Meia Ponte, distrito de Itaberá, município de Inhumas, Estado de Goiás”.

“Diário Oficial” de 21-2-948.

Decreto n.º 23 949, de 29 de outubro de 1947 — “Aprova o Decreto n.º 18 117, de 21 de março de 1945”.

“Diário Oficial” de 13-2-948.

Decreto n.º 24 114, de 26 de novembro de 1947 — “Autoriza a Companhia Paulista de Fôrça e Luz a construir uma linha de transmissão entre a usina hidro-elétrica de Avanhadava e a cidade de Araçatuba, no Estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 6-2-948.

Decreto n.º 24 147, de 2 de dezembro de 1947 — “Concede reconhecimento ao curso ginásial do Ginásio Teresa Cristina de Teresópolis”.

“Diário Oficial” de 28-2-948.

Decreto n.º 24 169, de 5 de dezembro de 1947 — “Prorroga por 10 anos a concessão outorgada à Sociedade Rádio Cosmos, atualmente denominada Rádio América S. A.”.

“Diário Oficial” de 6-2-948.

Decreto n.º 24 186, de 10 de dezembro de 1947 — “Concede equiparação ao curso ginásial da Escola Normal Osvaldo Aranha, de Alegrete”.

“Diário Oficial” de 4-2-948.

Decreto n.º 24 187, de 10 de dezembro de 1947 — “Concede reconhecimento ao curso da Faculdade de Ciências Econômicas do Paraná”.

“Diário Oficial” de 6-2-948.

Decreto n.º 24 245, de 23 de dezembro de 1947 — “Concede à Bei Irmãos Limitada autorização para funcionar como empresa de minerações”.

“Diário Oficial” de 20-2-948.

Decreto n.º 24 263, de 29 de dezembro de 1947 — “Autoriza a Empresa Elétrica Orion de Barretos Sociedade Anônima a construir uma linha de transmissão entre a localidade de Altair no município de Olímpia e a sede do município de Guaraci no Estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 6-2-948.

Decreto n.º 24 266, de 30 de dezembro de 1947 — “Autoriza a Companhia Taubaté Industrial a construir uma linha de transmissão para suprir de energia elétrica a Prefeitura Municipal de São Luís de Paraitinga, Estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 2-2-948.

Decreto n.º 24 267, de 30 de dezembro de 1947 — “Autoriza a Empresa Elétrica de Santa Isabel a ampliar suas instalações de produção, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica no município de Santa Isabel, Estado de São Paulo”.

“Diário Oficial” de 2-2-948.

Decreto n.º 24 291, de 31 de dezembro de 1947 — “Autoriza Heard Rand Co. a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado na cidade de Vitória, Estado do Espírito Santo”.

“Diário Oficial” de 14-2-948.

Decreto n.º 24 308, de 31 de dezembro de 1947 — “Concede à Sociedade anônima “Societé

- Sucrrière de Rio Branco" autorização para continuar a funcionar na República".  
"Diário Oficial" de 17-2-948.
- Decreto n.º 24 315, de 8 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza estrangeiros a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 320, de 8 de janeiro de 1948** —  
"Concede autorização para funcionar como empresa de energia elétrica à Empresa de Eletricidade Divinópolis — Capim S. A.". **Decreto n.º 24 368, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Retifica o Decreto n.º 19 447, de 17 de agosto de 1945".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- "Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 328, de 10 de janeiro de 1948** —  
"Aprova alterações introduzidas nos estatutos da Companhia Paulista de Seguros".  
"Diário Oficial" de 4-2-948.
- Decreto n.º 24 332, de 13 de janeiro de 1948** —  
"Aprova projeto de orçamento para construção de triângulo de reversão na estação de Bocoroca no trecho ferroviário de Santiago a São Luís".  
"Diário Oficial" de 17-2-948.
- Decreto n.º 24 340, de 15 de janeiro de 1948** —  
"Concede à Mineração e Indústria Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração".  
"Diário Oficial" de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 350, de 19 de janeiro de 1948** —  
"Concede à Sociedade anônima "The Rio de Janeiro Flour Mills and Granaries, Limited" autorização para continuar a funcionar na República".  
"Diário Oficial" de 2-2-948.
- Decreto n.º 24 351, de 20 de janeiro de 1948** —  
"Outorga concessão à Rádio Difusora de Alagoas Limitada para estabelecer uma estação radiodifusora em Maceió, Estado de Alagoas".  
"Diário Oficial" de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 355, de 21 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Janine Saldanha da Gama Frota a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — Classe X — nos municípios de Bofete e Guareí, Estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 2-2-948.
- Decreto n.º 24 356, de 21 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Cristóvão Dias de Ávila Pires a pesquisar jazidas de petróleo e gases naturais — Classe X — nos municípios de Piracicaba, Pirambóia e São Pedro, Estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 2-2-948.
- Decreto n.º 24 357, de 21 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza a Sociedade Industrial de Rochas Betuminosas, Limitada a lavar jazidas de rochas pirobetuminosas — Classe IX — no município de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 2-2-948.
- Decreto n.º 24 358, de 21 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o Ginásio Sant'Ana com sede em Uruguaiana, no Estado do Rio Grande do Sul, a funcionar como Colégio".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 369, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Retifica o artigo 1.º do Decreto n.º 22 577, de 24 de janeiro de 1947".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 371, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Renova o Decreto n.º 14 539, de 19 de janeiro de 1944".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 372, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Renova o Decreto n.º 16 700, de 29 de setembro de 1944".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 373, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Renova o Decreto n.º 19 102, de 4 de julho de 1945".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 374, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Renova o Decreto n.º 19 272, de 25 de julho de 1945".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 375, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza a cidadã brasileira Antônia Garcia de Almeida a pesquisar caulim e associados no município de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 376, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Boanerges da Costa a pesquisar água mineral radioativa no município de Santa Luzia, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 378, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza a Companhia Nacional de Mineração de Carvão do Barro Branco a pesquisar carvão mineral e associados no município de Orleães do Estado de Santa Catarina".  
"Diário Oficial" de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 379, de 22 de janeiro de 1948** —  
"Concede à Sociedade Comercial Córbia Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração".  
"Diário Oficial" de 16-2-948.
- Decreto n.º 24 387, de 23 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Osvaldo Alves Durães a comprar pedras preciosas".  
"Diário Oficial" de 6-2-948.
- Decreto n.º 24 388, de 23 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro César Coitrim a comprar pedras preciosas".  
"Diário Oficial" de 6-2-948.
- Decreto n.º 24 389, de 23 de janeiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Manuel Francisco Pereira a comprar pedras preciosas".  
"Diário Oficial" de 6-2-948.

- Decreto n.º 24 394, de 26 de janeiro de 1948** —  
 “Prorroga o prazo a que se refere o item IV do artigo 2.º do Decreto n.º 21 913, de 14 de outubro de 1946 que outorga à Companhia Fôrça e Luz de Abaeté concessão para o aproveitamento de energia hidráulica no trecho denominado Corredeira do Funil no rio Lambari distrito de Bom Despacho, município de igual nome, Estado de Minas Gerais”.
- “Diário Oficial” de 4-2-948.
- Decreto n.º 24 395, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Dispõe sobre a relocação das repartições do Ministério da Fazenda”.
- “Diário Oficial” de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 396, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Concede à Empresa de Mineração Esperança Limitada autorização para funcionar como empresa de mineração”.
- “Diário Oficial” de 4-2-948.
- Decreto n.º 24 397, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Renova o Decreto n.º 19 733, de 5 de outubro de 1945”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 398, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro, Camilo Valente a lavar água mineral no município de Tubarão, Estado de Santa Catarina”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 399, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro João Busola a lavar calcário argila e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 400, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Raimundo Pessoa de Siqueira Campos Filho a pesquisar minério de cobre no município de Viçosa, Estado do Ceará”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 401, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Valdemiro de Oliveira Gomes a pesquisar cassiterita no Território Federal do Amapá”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 402, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza a empresa de mineração Sociedade Carbonífera Paulista Limitada a pesquisar carvão mineral no município de Itapeva, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 403, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Luís Pratti a pesquisar areia quartzosa no município de Maceió, Estado de Alagoas”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 404, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro, Rinaldo Amorati a pesquisar caulim, quartzo e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 405, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza os cidadãos brasileiros Armando
- Vitório Bei e Fábio Salvador Bei a pesquisar areia quartzífera e associados no município de São Vicente, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 406, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro João David Justus a pesquisar areia, argila e associados no município de Ponta Grossa, Estado do Paraná”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 407, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza cidadãos brasileiros Napoleão Bezerra de Araújo e Francisco Leonis Gomes de Assis a pesquisar minérios em Currais Novos, Estado do Rio Grande do Norte”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 408, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro José Cândido de Cerqueira Leite a pesquisar argila e associados no município de Guarulhos, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 409, de 22 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Bernardo Gavião Monteiro a pesquisar calcário, argila, chisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 410, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Firmino Arcanjo Guedes a pesquisar diamantes e associados no município de Diamantina, Estado de Minas Gerais”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 411, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Antenor Chiossi a pesquisar fosfatos naturais no município de Rio Claro, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 412, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Mendes de Sousa a pesquisar água mineral no município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 414, de 28 de janeiro de 1948** —  
 “Autoriza o cidadão brasileiro Salvador Júnior a pesquisar jazidas de petróleo, de gases naturais — classe X — nos municípios de Guareí e Tatuí, Estado de São Paulo”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 416, de 29 de janeiro de 1948** —  
 “Concede à sociedade anônima “Empresa Fluvial Marítima Sociedade Anônima” autorização para continuar a funcionar como empresa de navegação e cabotagem de acordo com o que prescreve o Decreto-lei n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940”.
- “Diário Oficial” de 18-2-948.

- Decreto n.º 24 417, de 29 de janeiro de 1948** —  
“Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 216 531,90 para pagamento ao bispo de Guaxupé”.  
“Diário Oficial” de 4-2-948.
- Decreto n.º 24 418, de 29 de janeiro de 1948** —  
“Abre no Ministério da Fazenda o crédito especial de Cr\$ 300 000,00 para atender ao pagamento de despesas com o Serviço de Assinatura de Notas e Títulos”.  
“Diário Oficial” de 4-2-948.
- Decreto n.º 24 421, de 2 de fevereiro de 1948** —  
“Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 42 500 000,00 para atender às despesas com a aquisição de trilhos e acessórios”.  
“Diário Oficial” de 2-2-948.
- Decreto n.º 24 422, de 2 de fevereiro de 1948** —  
“Aprova projeto e orçamento para construção pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil da sede do Hórto Florestal, em Araribá”.  
“Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 451, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Declara insubsistente o Decreto n.º 23 644, de 10 de setembro de 1947 e revalida o Decreto n.º 21 345, de 25 de junho de 1946”.  
“Diário Oficial” de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 452, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Aprova o Regulamento da Secção de Segurança Nacional do Ministério da Agricultura”.  
“Diário Oficial” de 6-2-948.
- Decreto n.º 24 455, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Renova o Decreto n.º 16 701, de 29 de setembro de 1944”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 456, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Renova o Decreto n.º 19 166, de 12 de julho de 1945”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 457, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Renova o Decreto n.º 19 168, de 12 de julho de 1945”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 458, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Renova o Decreto n.º 19 338, de 3 de agosto de 1945”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 459, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza o cidadão brasileiro Aristófares Fernandes e Silva a lavrar chelita e associados no município de Sant’Ana de Matos, no Estado do Rio Grande do Norte”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 460, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza o cidadão brasileiro Sêrvulo Pereira de Araújo a lavrar minério de tungstênio no município de Sant’Ana de Matos, Estado do Rio Grande do Norte”.  
“Diário Oficial” de 8-2-948.
- Decreto n.º 24 461, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza o cidadão brasileiro Roberto Santos a lavrar jazida de areia silicosa no município de São Vicente, Estado de São Paulo”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 462, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza o cidadão brasileiro João Paulo de Luca a lavrar jazida de carvão mineral no município de Crisciúma, Estado de Santa Catarina”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 463, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza o cidadão brasileiro Mário Lopes Teixeira a pesquisar mica e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais”.  
“Diário Oficial” de 18-2-948.
- Decreto n.º 24 466, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Aprova o Regulamento para o Estado Maior do Exército (R-173)”.  
“Diário Oficial” de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 468, de 4 de fevereiro de 1948** —  
“Aprova o Regulamento da Secção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores”.  
“Diário Oficial” de 9-2-948.
- Decreto n.º 24 470, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Extingue cargos excedentes”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 471, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Extingue cargo excedente”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 472, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Extingue cargos excedentes”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 473, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Extingue cargos excedentes”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 474, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Extingue cargos excedentes”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 475, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Suprime cargo vago”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 476, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Suprime cargos vagos”.  
“Diário Oficial” de 7-2-948.
- Decreto n.º 24 477, de 5 de fevereiro de 1948** —  
“Dispõe sobre a relocação do Ministério da Guerra”.  
“Diário Oficial” de 27-3-948.
- Decreto n.º 24 483, de 6 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona situado nesta capital”.  
“Diário Oficial” de 23-2-948.
- Decreto n.º 24 484, de 6 de fevereiro de 1948** —  
“Autoriza estrangeiro a adquirir o domínio útil do terreno de marinha que menciona, situado nesta capital”.  
“Diário Oficial” de 24-2-948.

- Decreto n.º 24 490, de 6 de fevereiro de 1948** —  
"Revoga o decreto que concedeu à sociedade econômica "N. V. Albertam Bagger en Bouwmaatschappij" autorização para funcionar na República e cassa a respectiva carta".  
"Diário Oficial" de 23-3-947.
- Decreto n.º 24 492, de 7 de fevereiro de 1948** —  
"Prorroga a concessão autorizada à Sociedade de "Rádio Cultura de Campos" atualmente denominada "Rádio Cultura de Campos Limitada" para estabelecer uma estação radiofusora".  
"Diário Oficial" de 23-2-948.
- Decreto n.º 24 494, de 7 de fevereiro de 1948** —  
"Aprova projeto e orçamento para construção do cais da Lapa em Campos Estado do Rio de Janeiro".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 495, de 7 de fevereiro de 1948** —  
"Aprova projeto e orçamento para construção em Barão de Mauá".  
"Diário Oficial" de 20-2-948.
- Decreto n.º 24 496, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Aprova projeto e orçamento relativo à ampliação do Armazém B-1 no porto do Rio Grande".  
"Diário Oficial" de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 497, de 7 de fevereiro de 1948** —  
"Declara de utilidade pública para desapropriação, imóvel situado em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, necessário ao prosseguimento das obras de construção da ligação rodoviária Itaipava-Teresópolis".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 498, de 7 de fevereiro de 1948** —  
"Declara de utilidade pública para desapropriação pela Estrada de Ferro Santos a Jundiá, a área de terreno necessária à construção do prédio e demais dependências da sub-estação elétrica de Campo Limpo, em Jundiá, Estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 499, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 500, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargos vagos".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 501, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 502, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargos vagos".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 503, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 504, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargos vagos".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 505, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 506, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargos vagos".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 507, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Extingue cargo excedente".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 508, de 9 de fevereiro de 1948** —  
"Extingue cargos excedentes".  
"Diário Oficial" de 13-2-948.
- Decreto n.º 24 509, de 11 de fevereiro de 1948** —  
"Concede reconhecimento aos Cursos Técnicos de Química Industrial e de Eletrotécnica Bandeirante, mantida e administrada pela Sociedade de Colégio Bandeirante S. A.".   
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 510, de 12 de fevereiro de 1948** —  
"Aprova novos orçamentos para as obras do porto de Santa Vitória do Palmar".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 511, de 12 de fevereiro de 1948** —  
"Declara caduca a concessão outorgada ao Governo do Estado de Mato Grosso para estabelecer uma estação radiodifusora em Curumbá, no mesmo Estado".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 512, de 12 de fevereiro de 1948** —  
"Outorga concessão à Rádio Voz do Oeste Limitada, para estabelecer, na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, uma estação radiodifusora".  
"Diário Oficial" de 20-2-948.
- Decreto n.º 24 513, de 12 de fevereiro de 1948** —  
"Declara de utilidade pública para desapropriação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem imóvel situado no município de Queluz, Estado de São Paulo, necessário à execução do novo traçado da rodovia Getúlio Vargas".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 514, de 12 de fevereiro de 1948** —  
"Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Divisão de Águas para igual Tabela da Divisão do Material tôdas do Ministério da Agricultura".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 517, de 13 de fevereiro de 1948** —  
"Aprova o Regulamento da Escola de Aprendizagem de Artes Gráficas da Imprensa Nacional".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 518, de 13 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 14-2-948.
- Decreto n.º 24 519, de 13 de fevereiro de 1948** —  
"Declara a caducidade do contrato da concessão que menciona e dá outras providências".  
"Diário Oficial" de 16-2-948.

- Decreto n.º 24 521, de 13 de fevereiro de 1948 —**  
 “Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ 307 500,00 para pagamento de salários aos alunos da Escola Profissional da Rede de Viação Cearense”.  
 “Diário Oficial” de 16-2-948.
- Decreto n.º 24 522, de 13 de fevereiro de 1948 —**  
 “Abre no Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ ..... 1 134 628,00 para pagamento de “diária de risco de fogo” às praças do Corpo de Bombeiros”.  
 “Diário Oficial” de 16-2-948.
- Decreto n.º 24 523, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Altera sem aumento de despesa a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista da Fábrica de Curitiba, do Ministério da Guerra”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 524, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Transfere da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário Mensalista da Diretoria de Recrutamento para igual Tabela do Superior Tribunal Militar tôdas do Ministério da Guerra”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 525, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Transfere função da Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro para igual Tabela da Escola do Estado Maior, ambas do Ministério da Guerra”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 526, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Transfere funções das Tabelas Numéricas Ordinárias de Extranumerário-Mensalista do Depósito Central de Material de Engenharia e da Prefeitura Militar, para idêntica Tabela do Gabinete do Ministro tôdas do Ministério da Guerra”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 527, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Retifica o Decreto n.º 24 354, de 21 de janeiro de 1948”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 528, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Altera sem aumento de despesa a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Instituto de Biologia do Exército do Ministério da Guerra, e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 529, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Restabelece o Consulado honorário do Brasil em Sevilha, Espanha”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 530, de 17 de fevereiro de 1948 —**  
 “Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4 166, de 11 de março de 1942, os bens pertencentes ao espólio do súdito italiano José Orlando”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 531, de 18 de fevereiro de 1948 —**  
 “Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 6 107 515,80 para ocorrer ao pagamento de despesas realizadas em 1946”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 532, de 18 de fevereiro de 1948 —**  
 “Abre pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de Cr\$ 4 040,30 para pagamento da gratificação de magistério ao professor Alberto Rossi Lazzoli”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 533, de 18 de fevereiro de 1948 —**  
 “Altera a lotação do Ministério da Educação e Saúde”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 534, de 18 de fevereiro de 1948 —**  
 Regula a matrícula no Instituto Benjamim Constant, do Ministério da Educação e Saúde”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 535, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Suprime cargo vago”.  
 “Diário Oficial” de 19-2-948.
- Decreto n.º 24 536, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Aprova projeto de orçamento complementar para obras no porto de Itajaí, Estado”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 537, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Prorroga a concessão outorgada à Rádio Club Hertz, atualmente denominada “Rádio Club Hertz S. A. para estabelecer uma estação radiodifusora”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 538, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Cria a Tabela Numérica Suplementar de Extranumerário-Mensalista da Escola Técnica de Aviação, do Ministério da Aeronáutica”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 541, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Transfere função da Tabela Numérica de Mensalista do Departamento Nacional do Trabalho ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio, tôdas do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 544, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Altera, sem aumento de despesa, a Tabela Numérica Ordinária de Extranumerário-Mensalista do Arsenal de Marinha, da ilha das Cobras, do Ministério da Marinha”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 545, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Extingue cargos excedentes”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 546, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Suprime cargos vagos”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 547, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Extingue cargos excedentes”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 548, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Extingue cargos excedentes”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 549, de 19 de fevereiro de 1948 —**  
 “Extingue cargo excedente”.  
 “Diário Oficial” de 21-2-948.

- Decreto n.º 24 550, de 19 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 551, de 19 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 552, de 19 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo vago".  
"Diário Oficial" de 21-2-948.
- Decreto n.º 24 553, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Declara caduco o Decreto n.º 20 578, de 12 de fevereiro de 1946".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 555, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza a empresa de mineração Moagem de Minérios Limitada a pesquisar dolomita e associados no município de Vassouras, Estado do Rio de Janeiro".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 556, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro José Frederico de Sousa Martins a lavar cassiterita e associados no município de São João del Rei, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 557, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Júlio Artur Goulart Buzola a pesquisar calcário, argila, chisto argiloso e associados no município de Capão Bonito, Estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 558, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Bernardo Antônio de Moraes a pesquisar caulim, argila e associados no município de São Paulo, Estado de São Paulo".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 559, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Ivo de Magalhães a lavar carvão mineral no município de São Jerônimo, Estado do Rio Grande do Sul".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 560, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Hermílio Vieira da Silva a pesquisar quartzo, mica e pedras preciosas no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 561, de 21 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Marcelino Conadi a pesquisar minério de ferro e associados no município de Cláudio, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 24-2-948.
- Decreto n.º 24 562, de 23 de fevereiro de 1948** —  
"Renova o Decreto n.º 13 807, de 29 de outubro de 1943".  
"Diário Oficial" de 25-2-948.
- Decreto n.º 24 563, de 23 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Carlos Alberto Tavares a pesquisar feldspato, caulim e associados no município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro".  
"Diário Oficial" de 25-2-948.
- Decreto n.º 24 564, de 23 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro Arnaldo Ferreira de Carvalho a pesquisar mica, feldspato, águas marinhas e associados no município de Nova Era, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 25-2-948.
- Decreto n.º 24 565, de 23 de fevereiro de 1948** —  
"Autoriza o cidadão brasileiro José Latorre a pesquisar quartzo, pedras coradas e associados no município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais".  
"Diário Oficial" de 25-2-948.
- Decreto n.º 24 566, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Abre no Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de Cr\$ ..... 11 000 000,00 (onze milhões de cruzeiros) para construção da rodovia Bajé-Aceguá, no Estado do Rio Grande do Sul".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 567, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Declara de utilidade pública para desapropriação, os imóveis situados em Teresópolis, Estado do Rio de Janeiro, necessários à construção da rodovia Itaipava-Teresópolis".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 568, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Declara de utilidade pública para desapropriação os imóveis situados em Engenheiro Passos, Estado do Rio de Janeiro, necessário à construção da nova rodovia Rio-São Paulo no trecho Engenheiro Passos-Valparaíba".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 571, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Aprova projeto e orçamento para aumento da secção de vagão da ponte do Espinhara".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 572, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Abre no Ministério da Agricultura o crédito especial de Cr\$ 1 981 640,00 para obras e equipamentos na sede da Universidade Rural no km 47, da rodovia Rio-São Paulo".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 573, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Concede à sociedade Navegação Sebastianaense Limitada autorização para funcionar como empresa de navegação de cabotagem de acórdio com o que prescreve o Decreto n.º 2 784, de 20 de novembro de 1940".  
"Diário Oficial" de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 574, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Extingue cargos excedentes".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 575, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargos provisórios".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 576, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargo provisório".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 577, de 24 de fevereiro de 1948** —  
"Suprime cargos provisórios".  
"Diário Oficial" de 26-2-948.

- Decreto n.º 24 578, de 24 de fevereiro de 1948** —  
 “Libera dos efeitos do Decreto-lei n.º 4 166, de 11 de março de 1942, os bens pertencentes ao espólio do súdito italiano Alfonso Bovero”.  
 “Diário Oficial” de 26-2-948.
- Decreto n.º 24 579, de 25 de fevereiro de 1948** —  
 “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ ..... 14 109 504,00 para pagamento de quotas adicionais às praças da Polícia Militar do Distrito Federal”.  
 “Diário Oficial” de 27-2-948.
- Decreto n.º 24 580, de 25 de fevereiro de 1948** —  
 “Suprime cargos provisórios”.  
 “Diário Oficial” de 27-2-948.
- Decreto n.º 24 581, de 25 de fevereiro de 1948** —  
 “Suprime cargos provisórios”.  
 “Diário Oficial” de 27-2-948.
- Decreto n.º 24 582, de 25 de fevereiro de 1948** —  
 “Suprime cargos excedentes”.  
 “Diário Oficial” de 27-2-948.
- Decreto n.º 24 583, de 25 de fevereiro de 1948** —  
 “Suprime cargos excedentes”.  
 “Diário Oficial” de 27-2-948.
- Decreto n.º 24 584, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de Cr\$ ..... 1 000 000,00 a fim de atender às despesas com eleições municipais”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 585, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ..... 128 000,00, para pagamento de gratificações aos Auxiliares dos Escrivães Eleitorais”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 586, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Abre ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de Cr\$ ..... 1 000 000,00, para atender às despesas que menciona”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 587, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Incorpora o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro ao Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras e dá outras providências”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 588, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Altera a redação do artigo 16, do Regulamento para o Conselho do Almirantado aprovado pelo Decreto n.º 22 070, de 10 de novembro de 1932”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 593, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Declara sem efeito o Decreto n.º 20 682, de 28 de fevereiro de 1946”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.
- Decreto n.º 24 594, de 26 de fevereiro de 1948** —  
 “Altera o artigo 1.º do Decreto n.º 23 642, de 10 de setembro de 1947”.  
 “Diário Oficial” de 28-2-948.

 O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca, Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

# Íntegra da legislação de interêsse geográfico

## Leis

Lei n.º 305, de 18 de julho de 1948

*Regula a aplicação do artigo 15, § 4.º da Constituição Federal.*

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — A União, por intermédio do Ministério da Fazenda e respectivas delegacias fiscais nos Estados, promoverá a distribuição, em partes iguais, de uma quota anual correspondente a 10 % (dez por cento) da arrecadação geral do imposto de renda e proventos de qualquer natureza, a todas as municipalidades do país, excluídas as capitais.

Parágrafo único — No ano de 1948, será entregue apenas a metade da quota prevista.

Art. 2.º — As importâncias devidas na forma do artigo anterior serão distribuídas em duodécimos, nos termos do Código de Contabilidade Pública, às exatarias federais, a fim de que estas efetuem mensalmente o pagamento.

Art. 3.º — O pagamento será feito diretamente à Prefeitura de cada Município pela Coletoria nêle instalada ou pela que nêle tiver jurisdição, mediante ordem, neste último caso, da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, no respectivo Estado.

Art. 4.º — A apuração e fixação da importância devida aos Municípios, como quota de cada exercício, a partir de 1948, inclusive, terão por base o total consignado no balanço da Contadoria Geral da República, a título de imposto de renda.

Parágrafo único — A parte devida a cada Município será fixada pela Diretoria da Receita Pública, que tomará por base o número dos Municípios existentes a 31 de dezembro do ano anterior.

Art. 5.º — No ano seguinte ao do recebimento da respectiva quota-parte, cada Município enviará ao Congresso Nacional e ao Ministério da Fazenda, um relatório acêrca da aplicação de que lhe houver dado, para comprovação de que foi observada a parte final do parágrafo 4.º do artigo 15 da Constituição Federal.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1948; 127.º da Independência e 60.º da República.

EURICO G. DUTRA

*Correia e Castro  
Adroaldo Mesquita da Costa.*

"Diário Oficial" de 22-7-1948.

## Decretos legislativos

\* O Congresso Nacional decreta, nos termos do artigo 66, item I, da Constituição Federal, e eu, Nereu Ramos, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

### DECRETO LEGISLATIVO

N.º 4, de 1948

Artigo único — Fica aprovada a Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Nações Unidas, aprovadas com o voto do representante do Brasil na Assembléa-Geral da Organização das Nações Unidas, em 13 de fevereiro de 1946 e em execução dos artigos 104 e 105, da Carta das Nações Unidas, aprovada pelo Decreto-lei n.º 7 935, de 4 de setembro de 1945, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 13 de fevereiro de 1948.  
— *Nereu Ramos.*

**Convenção sobre privilégios e imunidades das Nações Unidas, aprovada pela Assembléa-Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946**

Considerando que o Artigo 104 da Carta das Nações Unidas estipula que a Organização goza,

\* Republica-se por ter saído sem a Convenção.

no território de cada um de seus Membros, da capacidade jurídica que lhe é necessária para exercer suas funções e atingir seus fins;

Considerando que o Artigo 105 da Carta das Nações Unidas estipula que a Organização goza, no território de cada um de seus Membros, dos privilégios e imunidades que lhe são necessárias para atingir seus fins, e que os representantes dos Membros das Nações Unidas e os funcionários da Organização gozam igualmente dos privilégios e imunidades que lhe são necessários para exercerem, com toda independência, suas funções em relação à Organização;

Em consequência, por uma resolução adotada em 13 de fevereiro de 1946, a Assembléa Geral aprovou a Convenção seguinte, que foi proposta à adesão de cada um dos Membros das Nações Unidas:

### ARTIGO I

#### *Personalidade jurídica*

Secção 1 — A Organização das Nações Unidas possui personalidade jurídica. Tem capacidade para:

- a) contratar;
- b) adquirir e vender bens imóveis e móveis;
- c) comparecer em juízo.

## ARTIGO II

*Bens, fundos e haveres*

Secção 2. A Organização das Nações Unidas, seus bens e haveres, onde quer que estejam e quaisquer que sejam os seus detentores, gozam de expressa renúncia por parte da Organização, em casos especiais. Fica, porém, entendido que a renúncia não pode estender-se a medidas de execução.

Secção 3. Os locais da Organização são invioláveis. Seus bens e haveres, estejam onde estiverem e quaisquer que sejam seus detentores, estão isentos de busca, requisição, confisco, expropriação ou qualquer outra forma de sujeição executiva, administrativa, judiciária ou legislativa.

Secção 4. Os arquivos da Organização e, de modo geral, todos os documentos que lhe pertençam ou estejam em seu poder, são invioláveis, onde quer que se encontrem.

Secção 5. Sem estar sujeita à fiscalização e regulamentos, financeiros ou a moratória de qualquer natureza:

a) a Organização pode deter fundos, em ouro ou em qualquer divisa, e ter contas em quaisquer moedas;

b) a Organização pode transferir livremente seus fundos, seu ouro ou suas divisas de um país para outro, ou para o interior de um país determinado, e converter suas divisas em qualquer espécie de moeda.

Secção 6. No exercício dos direitos que lhe são conferidos em virtude da Secção 5 acima a Organização das Nações Unidas tomará em consideração as representações apresentadas pelo Governo de um Estado Membro, na medida em que, estime possível dar-lhe seguimento, sem prejuízo para os seus próprios interesses.

Secção 7. A Organização das Nações Unidas, seus haveres, suas rendas e outros bens são:

a) exonerados de todo imposto direto. Fica entendido, porém, que a Organização não reclamará a isenção de taxas que, de fato, não são outra coisa senão retribuição de serviços de utilidade pública;

b) exonerados de todos os direitos de alfândega bem como de proibições ou restrições de importação ou exportação relativamente aos objetos importados ou exportados pela Organização das Nações Unidas para seu uso oficial. Fica, contudo, entendido que os artigos importados em franquia não serão vendidos no território do país em que tenham sido introduzidos, salvo se o forem de acordo com as condições impostas pelo Governo desse país;

c) exoneração de todo direito de alfândega e toda proibição ou restrição de importação ou exportação relativamente às suas publicações.

Secção 8. Ainda que a Organização das Nações Unidas não reivindique, em princípio, a exoneração dos direitos de consumo e das taxas de venda que entrem no preço dos bens móveis, os Membros das Nações Unidas tomarão, sempre que lhes for possível, as disposições administrativas apropriadas para a devolução ou reembolso desses direitos e taxas sempre que a Organização efetuar para seu uso oficial compras importantes em cujos preços estejam incluídos direitos e taxas dessas natureza.

## ARTIGO III

*Faculdades de comunicações*

Secção 9. A Organização das Nações Unidas gozará no território de cada um de seus Membros para suas comunicações oficiais, de

um tratamento pelo menos tão favorável quanto o que for este concedido a qualquer outro Governo, inclusive à sua Missão Diplomática, no que concernir às prioridades, tarifas e taxas sobre o correio, os cabogramas, radiotelegramas, telefotos, comunicações telefônicas e outras comunicações, assim como sobre as tarifas especiais para as informações a imprensa e a rádio. A correspondência oficial e as outras comunicações oficiais da Organização não poderão ser censuradas.

Secção 10. A Organização das Nações Unidas terá o direito de empregar códigos e de expedir e receber sua correspondência por meio de correio ou malas que gozarão dos mesmos privilégios e imunidades de que gozam os correios e malas diplomáticas.

## ARTIGO IV

*Representantes dos Membros*

Secção 11. Os representantes dos Membros junto aos órgãos principais e subsidiários das Nações Unidas e às conferências convocadas pelas Nações Unidas gozarão, durante o exercício de suas funções e no correr das viagens de ida e volta aos lugares das reuniões, dos privilégios e imunidades seguintes:

a) imunidade de prisão pessoal ou de detenção, a apreensão de suas bagagens pessoais, e imunidade de jurisdição no que concernir aos atos por eles praticados como representantes (inclusive suas palavras e escritos);

b) inviolabilidade de todos os papéis e documentos;

c) direito de fazer uso de códigos e de receber documentos ou correspondência por meio de correios ou malas seladas;

d) isenção para eles mesmos e para seus cônjuges, de todas as medidas restritivas relativas à imigração, de todas as formalidades de registro de estrangeiros e de todas as obrigações de serviço nacional nos países visitados ou transitados no exercício de suas funções;

e) as mesmas facilidades, no que concernir às regulamentações monetárias ou cambiais, que as que forem dadas aos representantes de governos estrangeiros em missão temporária;

f) as mesmas imunidades e facilidades no que concernir às suas bagagens pessoais, que as que forem dadas aos agentes diplomáticos, e igualmente;

g) todos os outros privilégios, imunidades e facilidades não incompatíveis com os precedentes e dos quais possam gozar os agentes diplomáticos, menos o direito de reclamar a isenção dos direitos aduaneiros sobre objetos importados (outros que não aqueles que façam parte de suas bagagens pessoais), ou dos impostos de consumo ou das taxas sobre vendas mercantis.

Secção 12. Para assegurar aos representantes dos Membros junto aos órgãos principais e subsidiários das Nações Unidas e junto às conferências convocadas pela Organização uma completa liberdade de palavra e uma completa independência no desempenho de suas funções, a imunidade de jurisdição, no que concernir às palavras, aos escritos ou aos atos deles providos no desempenho de suas funções, continuará a ser-lhes concedida, mesmo depois que essas pessoas tenham deixado de ser os representantes dos Membros.

Secção 13. No caso em que a incidência de qualquer imposto dependa da residência, não serão considerados como de residência os períodos durante os quais permaneçam no território de um Estado-Membro, no exercício,

de suas funções, os representantes dos Membros junto aos órgãos principais e subsidiários das Nações Unidas e às conferências convocadas pela Organização das Nações Unidas.

Secção 14. Os privilégios e imunidades são concedidos aos representantes dos Membros não para sua vantagem pessoal, mas sim no intuito de assegurar, com toda a independência, o exercício de suas funções relacionadas com a Organização. Por consequência, um Membro tem, não somente o direito, mas ainda o dever de cassar a imunidade de seu representante em todos os casos em que, a seu juízo, a imunidade possa impedir que seja feita justiça e também naqueles casos em que possa ser suspensa sem prejudicar o fim para o qual foi concedida.

Secção 15. As disposições das Secções 11, 12 e 13 não se aplicam nos casos de relação entre um representante e as autoridades do Estado de que fór nacional ou do qual seja ou tenha sido representante.

Secção 16. Para os fins do presente artigo, o termo *representantes* é considerado como compreendendo todos os delegados adjuntos, conselheiros, peritos técnicos e secretários de delegação.

## ARTIGO V

### *Funcionários*

Secção 17. O secretário geral determinará as categorias dos funcionários aos quais se aplicam as disposições do presente artigo assim como as do artigo VII. Submeterá a lista dessas categorias à Assembléa Geral e, em seguida, dará conhecimento aos Governos de todos os Membros. Os nomes dos funcionários compreendidos nas referidas categorias serão comunicados periódicamente aos Governos dos Membros.

Secção 18. Os funcionários da Organização das Nações Unidas:

a) gozarão de imunidades de jurisdição para os atos praticados no exercício de suas funções oficiais (inclusive seus pronunciamentos verbais e escritos);

b) serão isentos de qualquer imposto sobre os salários e emolumentos recebidos das Nações Unidas;

c) serão isentos de tôdas as obrigações referentes ao serviço nacional;

d) não serão submetidos, assim como suas espôsas e demais pessoas da família que dêles dependam, às restrições imigratórias e às formalidades de registro de estrangeiros;

e) usufruirão, no que diz respeito às facilidades cambiais, dos mesmos privilégios que os funcionários, de equivalente categoria, pertencentes às Missões Diplomáticas acreditadas junto ao Governo interessado;

f) gozarão, assim como suas espôsas e demais pessoas da família que dêles dependam das mesmas facilidades de repatriamento que os funcionários diplomáticos em tempo de crise internacional;

g) gozarão do direito de importar, livre de direitos, o mobiliário e seus bens de uso pessoal quando da primeira instalação no país interessado.

Secção 19. Além dos privilégios e imunidades previstas na Secção 13, o secretário-geral e todos os subsecretários-gerais, tanto no que lhes diz respeito pessoalmente, como no que se refere a seus cônjuges e filhos menores gozarão dos privilégios, imunidades, isenções e facilidades concedidas, de acôrdo com o direito internacional, aos agentes diplomáticos.

Secção 20. Os privilégios e imunidades são concedidos aos funcionários unicamente no interesse das Nações Unidas e não para que dêles aufram vantagens pessoais. O secretário-geral poderá e deverá suspender as imunidades concedidas a um funcionário sempre que, em sua opinião, essas imunidades impeçam a justiça de seguir seus trâmites e possam ser suspensas sem trazer prejuízo aos interesses da Organização. No caso do secretário-geral, o Conselho de Segurança tem competência para suspender as imunidades.

Secção 21. A Organização das Nações Unidas colaborará sempre com as autoridades competentes dos Estados-Membros a fim de facilitar a boa administração da justiça, de assegurar a observância dos regulamentos de polícia e vetar todo abuso a que os privilégios, imunidades e facilidades, enumeradas no presente artigo possam dar lugar.

## ARTIGO VI

### *Técnicos a serviço das Nações Unidas*

Secção 22. Os técnicos (independentes dos funcionários compreendidos no artigo V), quando a serviço das Nações Unidas, gozam enquanto em exercício de suas funções, incluindo-se o tempo de viagem, dos privilégios ou imunidades necessários para o desempenho independente de suas missões. Gozam, em particular dos privilégios e imunidades seguintes:

a) imunidade de prisão pessoal ou de detenção e apreensão de suas bagagens pessoais;

b) imunidade de toda ação legal no que concerne os atos por êles praticados no desempenho de suas missões (compreendendo-se os pronunciamentos verbais e escritos). Esta imunidade continuará a ser-lhes concedida mesmo depois que os indivíduos em questão tenham terminado suas funções junto à Organização das Nações Unidas;

c) inviolabilidade de todos o papéis e documentos;

d) direito de usar códigos e de receber documentos e correspondência em malas invioláveis para suas comunicações com a Organização das Nações Unidas;

e) as mesmas facilidades, no que toca a regulamentação monetária ou cambial, concedidas aos representantes dos governos estrangeiros em missão oficial temporária;

f) no que diz respeito a suas bagagens pessoais as mesmas imunidades e facilidades concedidas aos agentes diplomáticos.

Secção 23. Os privilégios e imunidades são concedidos aos técnicos no interesse da Organização das Nações Unidas e não para que aufram vantagens pessoais. O secretário-geral poderá e deverá suspender a imunidade concedida a um técnico sempre que, a seu juízo impeçam a justiça de seguir seus trâmites e quando possa ser suspensa sem trazer prejuízo aos interesses da Organização.

## ARTIGO VII

### *Salvo-conduto das Nações Unidas*

Secção 24. A Organização das Nações Unidas poderá expedir salvo-condutos a seus funcionários. Esses salvo-condutos serão reconhecidos e aceitos pelas autoridades dos Estados-Membros como documento válido para viagens, de acôrdo com as disposições da Secção 25.

Secção 25. Os pedidos de visto sempre que necessários feitos pelos titulares desses salvo-condutos, quando acompanhados de um certi-

ficado de que o funcionário viaja por conta da Organização, devem ser despachados no mais breve tempo possível. Além disso, devem ser concedidas facilidades para viagens rápidas aos titulares desses salvo-condutos.

Secção 26. Facilidades análogas às mencionadas na Secção 25 serão concedidas aos técnicos e demais pessoas que, sem estarem munidas de salvo-condutos das Nações Unidas sejam portadores de certificado de que viajam por conta da Organização.

Secção 27. O secretário-geral, os subsecretários-gerais e os diretores, viajando por conta da Organização e munidos de um salvo-conduto por essa expedido, gozam das mesmas facilidades que os agentes diplomáticos.

Secção 28. As disposições do presente artigo podem ser aplicadas aos funcionários de equivalente categoria, pertencentes às instituições especializadas, se assim dispuserem os acordos fixando as relações das ditas instituições com a Organização, nos termos do artigo 63 da Carta.

## ARTIGO VIII

### *Solução dos dissídios*

Secção 29. A Organização das Nações Unidas deverá prever o modo apropriado de solução para:

a) os dissídios em matéria de contrato ou outras controvérsias e direito privado nas quais a Organização seja parte;

b) os dissídios nos quais esteja implicado um funcionário da Organização que, pela sua situação oficial, goze de imunidades, se estas não forem suspensas pelo secretário-geral.

Secção 30. Qualquer dúvida a respeito da interpretação ou da aplicação da presente convenção será levada à Corte Internacional de Justiça, a menos que, em qualquer caso, as partes concordem em recorrer a outro meio de solução. Se surgir uma disputa entre a

Organização das Nações Unidas, de um lado, e um Membro, de outro, será pedido um parecer consultivo sobre o ponto de direito em causa, de acordo com o artigo 96 da Carta e com o artigo 65 do Estatuto da Corte.

O parecer da Corte será aceito pelas partes como decisivo.

## ARTIGO FINAL

Secção 31. A presente Convenção está aberta à adesão de todos os Membros da Organização das Nações Unidas.

Secção 32. A adesão efetuar-se-á pelo depósito do respectivo instrumento no Secretariado Geral da Organização das Nações Unidas e a Convenção entrará em vigor para cada Membro na data em que for depositado o referido instrumento da adesão.

Secção 33. O secretário-geral informará todos os Membros das Organizações das Nações Unidas do depósito de cada adesão.

Secção 34. Fica entendido, que, quando um instrumento de adesão for depositado por um Membro qualquer, deve este estar capacitado, em virtude de sua própria legislação a dar cumprimento à presente Convenção.

Secção 35. A presente Convenção permanecerá em vigor entre a Organização das Nações Unidas e todo o Membro que tenha depositado o respectivo instrumento de adesão, enquanto este Membro for Membro da Organização, ou até que uma Convenção geral revista tenha sido aprovada pela Assembléa-Geral e o dito Membro se torne parte nesta última Convenção.

Secção 36. O secretário-geral poderá concluir com um ou mais Membros, acordos suplementares, ajustados, no que diz respeito ao referido Membro ou Membros, às disposições da presente Convenção. Esses acordos suplementares serão submetidos sempre à aprovação da Assembléa Geral.

"Diário Oficial" de 15-7-948.

## Decretos executivos

Decreto n.º 25 291, de 30 de julho de 1948

*Altera o Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, aprovado pelo Decreto n.º 4 438, de 26 de julho de 1939.*

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º — O artigo 3.º do Regimento do Departamento Nacional da Produção Vegetal, aprovado pelo Decreto n.º 4 438, de 26 de julho de 1939, fica acrescido do seguinte:

"Art. 3.º .....

Parágrafo único — A D. T. C. terá um assistente jurídico, diretamente subordinado ao respectivo diretor".

Art. 2.º — Os artigos 17, 18, 19 e 20, do Regimento, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 — A D. T. C. é constituída dos seguintes órgãos:

- I — Secção de Terras
- Secção de Colonização
- Secção de Administração;

II — Núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais.

"Art. 18 — À Secção de Terras compete:

a) estudar os títulos de terras públicas e particulares, para colonização;

b) organizar o registro de terras para colonização, procedendo às necessárias vistas;

c) promover a incorporação das fazendas e terras, de propriedade da União, que sirvam para colonização e que estejam em poder de qualquer repartição pública, sem aplicação;

d) organizar o arquivo e mapoteca das terras federais, públicas e particulares, destinadas à colonização, bem como dos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais de forma a obter elementos para divulgação, relativos a terras, climas, produção agrícola, desenvolvimento económico e social das zonas rurais e sua situação geográfica;

e) organizar o registro de núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais, federais, estaduais, municipais e particulares;

f) realizar o estudo, sob o ponto de vista económico dos processos referentes a terras federais que interessem à colonização;

g) propor a aquisição, diretamente ou por desapropriação, de imóveis em qualquer

ponto do país, para fins de colonização, de preferência os marginais às estradas de ferro, rodagem ou rios navegáveis;

h) acompanhar os processos judiciais, relativos a incorporação de terras para colonização, prestando auxílio e informações que forem solicitados pelos representantes legais da União Federal;

i) elaborar planos, estudos, projetos, especificações e orçamentos de serviços e de obras destinadas à colonização;

j) controlar a execução de serviços topográficos, geodésicos e geográficos e de obras, a cargo das administrações dos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais;

l) calcular e desenhar gráficos, projetos e cartas topográficas e geográficas, necessárias à Divisão;

m) executar diretamente obras e serviços a cargo da Divisão, quando para isto haja ordem expressa do diretor;

n) examinar e fiscalizar, emitindo parecer na parte que lhe competir, os núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais.

"Art. 19 — A Secção de Colonização compete:

a) estudar os métodos de colonização mais apropriados às diferentes regiões do país;

b) estudar as organizações de caráter social, financeiro e econômico, a serem adotadas nos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais;

c) coligir dados e elementos úteis à propaganda da colonização;

d) amparar e encaminhar as correntes migratórias que se formarem dentro do país, promovendo a sua localização em núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais;

e) organizar o registro de núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais, bem como o da concessão de lotes;

f) fazer a escrituração da dívida nos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais;

g) promover a realização de convênios entre grupos de agricultores estrangeiros ou nacionais, para aquisição de propriedades rurais, mediante contrato de compra e venda ou arrendamento com opção de compra, de modo a formar e a proteger a pequena propriedade rural;

h) propor a concessão de lotes de terra em núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais, de acordo com a legislação vigente;

i) promover acordos com os Estados, municípios, empresas de viação, companhias ou associações e particulares, nos moldes da legislação em vigor, para fins de colonização;

j) fazer o levantamento estatístico colonial;

l) difundir, em colaboração com as repartições competentes, nos núcleos e colônias agrícolas nacionais, o ensino rural, o de princípios de higiene e o das organizações cooperativas;

m) orientar, em colaboração com as repartições competentes, os trabalhos agropecuários e sanitários dos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais;

n) estabelecer todas as medidas indispensáveis ao saneamento do meio, à educação e à modificação dos hábitos higiênicos

dos indivíduos que vivam nos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais, zelando por sua perfeita saúde;

o) expedir cadernetas e elaborar as normas para os contratos agrícolas, nos termos dos artigos 175 e 179, do Decreto n.º 5 101, de 30 de agosto de 1933;

p) organizar os planos técnicos de trabalho agropecuário dos estabelecimentos ou serviços que forem subordinados à D. T. C., ouvidos os respectivos dirigentes;

q) justificar a criação de novos estabelecimentos ou modificações nos já existentes;

r) proceder ao inventário dos bens a cargo da secção e de suas dependências;

s) examinar e resumir as observações meteorológicas efetuadas nos núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais;

t) zelar pelo cumprimento das disposições referentes à concentração e assimilação de estrangeiros nos núcleos coloniais (Decreto n.º 5 101, de 20 de agosto de 1933), julgando os autos lavrados por funcionários do Ministério da Agricultura, no Distrito Federal.

"Art. 20 — A Secção de Administração compete promover as medidas necessárias à administração de pessoal, material, orçamento e comunicações, devendo para tanto:

a) receber, distribuir e encaminhar o expediente, promovendo os necessários registros;

b) preparar a correspondência ordinária e a que se tornar necessária ao andamento do serviço;

c) promover o expediente relativo às requisições de adiantamentos à conta de dotações destinadas à Divisão;

d) proceder às coletas de preços para aquisição de materiais a ser feita diretamente pela Divisão, na forma da legislação em vigor;

e) receber e encaminhar ao D. T. C., por intermédio da D. M., devidamente autorizados, os pedidos de materiais cuja aquisição seja feita pela verba ordinária;

f) proceder anualmente ao inventário da Divisão, de acordo com as normas em vigor;

g) efetuar a escrituração das dotações destinadas à Divisão e particularmente, das que estão sujeitas a regime de aplicação especial, na forma da legislação em vigor;

h) receber, mensalmente, as folhas de pagamento do pessoal de "Obras" dos Núcleos da Baixada Fluminense, conferindo-as e debitando as suas dependências pelas respectivas importâncias;

i) apresentar, trimestralmente, ao diretor um demonstrativo do movimento das dotações consignadas às colônias agrícolas nacionais ou núcleos coloniais;

j) elaborar a proposta orçamentária e a proposta de distribuição de créditos de acordo com as necessidades da Divisão e justificação apresentada pelas demais Secções e pelos Núcleos Coloniais e Colônias Agrícolas Nacionais;

l) processar e classificar as contas a serem encaminhadas à D. O., bem como as comprovações de adiantamentos;

m) controlar os serviços de transporte da Divisão;

n) apreciar todos os processos relativos a assuntos de administração geral que

devam ser submetidos à apreciação do diretor ou encaminhados às Divisões do Departamento de Administração;

o) preparar o expediente e elaborar todos os atos relativos aos assuntos de que trata a alínea precedente e que devam ser assinados pelo diretor.

Parágrafo único — "A Secção de Administração deverá funcionar perfeitamente articulada com o Departamento de Administração do Ministério da Agricultura, observando as normas e métodos de trabalho prescritos pelo mesmo".

Art. 3.º — Os artigos 25 e 26 do Regimento passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 — Ao secretário incumbem executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pelo diretor-geral ou diretores de Divisão respectivos e ao auxiliar os que lhe forem determinados pelo diretor-geral ou secretário d'este.

Art. 26 — Ao assistente jurídico incumbem:

I — opinar nos processos que contiverem matéria jurídica e que lhe forem submetidos pelo diretor;

II — examinar e estudar a documentação constante de processos em trânsito na D. T. C. que dependam de parecer jurídico;

III — emitir parecer nos processos que devam ser encaminhados à Procuradoria da República para as competentes ações judiciais;

IV — dar parecer sobre processos que, em trânsito no judiciário, necessitarem da audiência da D. T. C."

Art. 4.º — O artigo 30, do Regimento, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30 — Aos administradores de núcleos coloniais e colônias agrícolas nacionais incumbem:

a) receber os agricultores estrangeiros e nacionais que se destinem ao núcleo ou colônia agrícola nacional, na estação da via férrea, pôrto marítimo ou fluvial, transportá-los, com suas bagagens, até a respectiva sede e dar-lhes agasalho;

b) providenciar a respeito dos auxílios de que necessitam os agricultores estrangeiros e nacionais para sua manutenção e de suas famílias, na forma do presente regimento;

c) efetuar a distribuição dos lotes pelos agricultores e entregar aos concessionários de lotes os respectivos títulos provisórios e definitivos;

d) fornecer gratuitamente aos concessionários de lotes, recém-chegados ao núcleo ou colônia agrícola nacional, ferramentas de trabalho, plantas e sementes;

e) proporcionar aos concessionários de lotes os favores concedidos neste regimento, quando fôr de sua competência;

f) facultar aos estrangeiros o serviço de intérpretes;

g) encaminhar a correspondência dos colonos e promover a entrega da que lhes fôr endereçada;

h) orientar os concessionários de lotes em seus primeiros trabalhos, ministrando-lhes os conhecimentos necessários à boa compreensão de seus direitos e deveres;

i) administrar, orientar e fazer executar todos os serviços e obras do núcleo ou colônia agrícola nacional;

j) visitar freqüentemente os lotes ocupados, informando a D. T. C. sobre o estado e progresso dos trabalhos dos colonos, necessidades do núcleo ou colônia agrícola nacional e dos seus habitantes;

l) providenciar o pagamento de tôdas as despesas do núcleo ou colônia agrícola nacional;

m) aplicar ao pessoal seu subordinado penas disciplinares até a de suspensão por quinze dias e representar ao diretor da Divisão quando a penalidade não couber na sua alçada;

n) manter e fazer manter a ordem em todo o núcleo ou colônia agrícola nacional e requisitar das autoridades competentes as providências que das mesmas dependerem;

o) providenciar o fornecimento de materiais e gêneros alimentícios de que necessitar o núcleo ou colônia agrícola nacional;

p) comunicar à autoridade superior, com os esclarecimentos precisos, o falecimento, ocorrido no núcleo ou colônia agrícola nacional, de qualquer estrangeiro ou nacional, fazendo arrecadar, arrolar e guardar, para os devidos fins, os bens do finado, se este não deixar família presente;

q) enviar à D. T. C. até o dia 15 de cada mês, a relação das despesas feitas durante o mês anterior; nos primeiros 15 dias seguintes ao término do trimestre, um balancete das despesas realizadas no trimestre findo, acompanhado de uma via de todos os documentos das despesas realizadas; — até o dia 15 de janeiro de cada ano, um balancete demonstrativo de tôdas as despesas da administração durante o ano anterior, acompanhado de um projeto de orçamento das despesas a serem efetuadas no ano seguinte; — trimestralmente, dentro dos 15 primeiros dias de abril, julho, outubro e janeiro, uma sinopse dos serviços feitos no trimestre anterior e dos que se acharem em andamento; — anualmente, nos primeiros 15 dias de janeiro, um relatório circunstanciado dos serviços de administração durante o ano anterior, acompanhado de indicações de todos os trabalhos executados, custo médio dos mesmos e informações completas sobre o estado do núcleo ou colônia agrícola nacional; — semestralmente, nos primeiros 15 dias de janeiro e julho, para ser encaminhada à Secção competente, uma relação dos estrangeiros que se localizarem no núcleo ou colônia agrícola nacional;

r) encaminhar ao órgão competente, no Estado, a fôlha de pagamento ou o resumo do ponto do pessoal, bem como todos os elementos necessários às atividades da-quele órgão;

s) aprovar a escala de férias para o pessoal do núcleo ou colônia agrícola nacional;

t) encerrar o ponto do pessoal".

Art. 5.º — Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1948, 127.º da Independência e 60.º da República.

EURICO G. DUTRA.

Carlos de Sousa Duarte.

# Íntegra das leis, decretos e demais atos de interesse geográfico

## BAHIA

Decreto n.º 14 040, de 9 de agosto de 1948

*Designa o dia 7 de setembro do corrente ano para a instalação da comarca de Seabra.*

O Presidente da Assembléia Legislativa, no exercício do cargo de governador do Estado da Bahia, no uso de suas atribuições e de acôrdo com o artigo 10, do Decreto-lei n.º 247, de 2 de julho de 1944,

Decreta:

Art. 1.º — Fica designado o dia 7 de setembro do corrente ano para a instalação da comarca de Seabra, criada pelo Decreto-lei n.º 512, de 10 de junho de 1945.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado da Bahia, 9 de agosto de 1948. — *Jaime Tourinho Junqueira Aires* — *Alberto Fraga*.

"Diário Oficial" da Bahia, 10-8-948.

## PIAUI

Lei n.º 128, de 26 de julho de 1948

*Dá nova denominação ao município de Berlingas, dêste Estado.*

O governador do Estado do Piauí:

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º — Passa a denominar-se Valença do Piauí o município de Berlingas, dêste Estado.

Art. 2.º — A presente lei entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1949.

O Secretário-Geral do Estado assim o faça executar.

Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 26 de julho de 1948; 60.º da República. — *José da Rocha Furtado* — *Agenor Barbosa de Almeida*.

"Diário Oficial" do Piauí, 29-7-948.